UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FLÁVIA DA CUNHA BASTOS

**Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte:
o caso de Santana de Parnaíba**

São Paulo

2008

FLÁVIA DA CUNHA BASTOS

**Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte:
o caso de Santana de Parnaíba**

Tese apresentada à Faculdade de Educação da Universidade
de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Educação.
Área Temática: Estado, Sociedade e Educação

Orientadora: Prof^a Dr^a Lisete Regina Gomes Arelaro

São Paulo

2008

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

320.6
B327p

Bastos, Flávia da Cunha
Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte: o caso
de Santana de Parnaíba / Flávia da Cunha Bastos; orientadora
Lisete Regina Gomes Arelaro. São Paulo : s.n., 2008.
168 p.; fig.; tabs. ; anexos

Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em
Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação)
- Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

1. Políticas Públicas 2 . Gestão Democrática 3. Esportes I.
Arelaro, Lisete Regina Gomes, orient.

AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos àqueles que participaram de alguma forma desse trabalho: aos meus pais, Álvaro e Maria José que, além de serem responsáveis pela minha existência, me concederam seu amor e apoio incondicionais e incutiram os valores que foram fundamentais para meu desenvolvimento pessoal e profissional.;

aos meus irmãos, Mauro e Gláucia que, por serem mais velhos, me ensinaram o companheirismo e a “ficar esperta” diante da vida;

ao companheiro Luiz que, nessa trajetória de mais de 15 anos, teve a paciência, a sensibilidade e a coragem de assumir e o grande prazer de compartilhar a felicidade de termos uma filha do coração;

e por falar nela, à Marina, filha tão desejada que, nesse processo que se iniciou em 2003 e termina em 2008, ou seja, entre seus 4 e 9 anos, apesar de privada em muitos momentos da minha atenção, da minha companhia e da minha paciência, e talvez até um pouco por conta disso mesmo, está se desenvolvendo como uma pessoa observadora e questionadora. Filha, você será sempre objeto do meu maior amor;

aos amigos Gláucia (além de irmã), Paulo, Leonice, Luci, Luisa, Jorge e Selma, que têm um lugar especial no meu coração por me apoiarem em momentos especiais da minha vida e pela sua torcida e incentivo constantes;

a Marta, que nesses quase dez anos de convivência deu o suporte para que a casa e a família funcionassem sempre, e muito bem!;

a Dr^a Lisete que me acolheu como orientanda – um privilégio – e, com paciência e estímulo constantes, teve um papel fundamental não só na realização desse trabalho, mas foi também uma grande incentivadora e apoiou o desenvolvimento na minha vida acadêmica na USP;

aos Doutores Jorge Dorfman Knijnik, José Roberto Gnecco e Lino Castellani Filho pelas valiosas sugestões e contribuições durante o processo de elaboração desse trabalho;

aos colegas orientandos da Dr^a Lisete que me acolheram, acompanharam, sugeriram e sobretudo respeitaram a minha condição de “estranha no ninho”. Muito obrigada ‘
companheirismo, pelas discussões e pelos ensinamentos;

aos Doutores Maria Tereza Silveira Böhme, Maria Augusta Pedutti Dal Molin Kiss, Dante de Rose Júnior e Alberto Carlos Amadio, da Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo, pelo apoio ao meu retorno à Universidade e ao meu desenvolvimento profissional;

aos amigos do Teatro e do Coral, pois sem os quais o prazer de desenvolver atividades artísticas seria um prazer solitário e sem momentos tão intensos para compartilhar sentimentos e emoções tão essenciais para o meu viver;

aos colegas, alunos e ex-alunos que nesses quatro anos participaram do GEPAE-EEFEUSP (Grupo de Estudos e Pesquisa em Administração Esportiva) e se constituíram em fonte de estímulo ao estudo e à reflexão sobre temas da área. Sou grata a todos, e em especial ao Reynaldo, ao Michel, ao Fernando, ao Ferdinand e ao Marcel por sua amizade e por serem exemplos de capacidade e competência profissional;

a Leda, amiga resgatada de mais de 40 anos, pela disposição em colaborar com seus conhecimentos e capacidade profissional;

ao Vitor Bara, a quem acompanhei literalmente desde o seu nascimento e jamais poderia imaginar um dia seria tão fundamental nesse processo com sua competência, dedicação, opiniões e carinho. Suas críticas, observações e sugestões foram fundamentais para a elaboração do texto final desse trabalho;

a Gláucia (novamente a irmã), pelo carinho e apoio ao partilhar os bons momentos, e aqueles não tão suaves, que fazem parte das nossas vidas e ainda pela disposição em colaborar na elaboração e revisão final desse texto.

Agradeço a todos vocês e aos outros parentes e amigos que não pude citar, para não me alongar mais, mas que tiveram e terão sempre um lugar especial no meu coração.

RESUMO

BASTOS, Flávia da Cunha. **Gestão Democrática e Política Municipal de Esporte:** o caso de Santana de Parnaíba. 2008. 168 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

O processo de descentralização das políticas sociais no País, implantado pela Constituição Federal do Brasil de 1988, levou a reformulações na gestão dessas políticas em Estados e Municípios, em termos da cultura gerencial, da estrutura administrativa e da abertura de canais de participação da sociedade civil na construção, acompanhamento e avaliação das ações. Nesse processo, as relações entre Estado, Mercado e Comunidade deveriam atingir um equilíbrio, a partir de políticas baseadas no modelo de consenso político (OFFE, 1998). No contexto da gestão de políticas públicas municipais, o Conselho Gestor é considerado um canal de participação da Comunidade e condição para o município ter acesso a verbas estaduais e federais para programas sociais locais. No Esporte, a prevalência dos interesses do Mercado se reflete nas normas legais e nos planos de desenvolvimento do Esporte implantados nas duas últimas décadas no País. O registro da existência de Conselhos Municipais de Esporte ou congêneres é muito recente no país, e o conhecimento sobre o seu papel e desempenho, no sentido de viabilizar a participação da Comunidade na formulação e desenvolvimento de políticas locais, é bastante limitado. Esta Pesquisa foi desenvolvida com o intuito de verificar se o Conselho Municipal de Esporte se constitui efetivamente em espaço de definição de políticas e de discussão e articulação entre os interesses dos diferentes segmentos da ordem social – Estado, Mercado e Comunidade – em uma política de Esporte local. Para tanto, foi desenvolvido estudo de caso sobre o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física de Santana de Parnaíba-SP, referente ao período da sua criação em 2003 até 2006, a partir da análise de fontes documentais, complementadas por depoimentos de membros do Conselho e do representante do Executivo Municipal da área de Esporte, com base na metodologia da História Oral. As análises realizadas sobre o processo de implantação e a atuação do Conselho levaram a não confirmação da hipótese do estudo. Foi constatado um distanciamento entre a proposta participativa do governo municipal e o que ocorreu no âmbito da política de Esporte e do Conselho, não havendo incentivo a participação da sociedade civil no processo de formulação e acompanhamento da Política de Esporte. Considerações e perspectivas quanto à superação das lacunas identificadas na ação do Conselho são levantadas

no sentido de contribuir para a reflexão teórica e o aprimoramento da atuação desse mecanismo de gestão democrática em outros municípios brasileiros.

Palavras-chave: Políticas públicas. Gestão Democrática. Participação Popular. Esporte.

ABSTRACT

BASTOS, Flávia da Cunha. **Democratic Governance and municipal Sports policy:** the case of Santana de Parnaíba. 2008. 168 p. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

The decentralization process of social policies in the Country, as implemented by the 1988 Federal Constitution of Brazil, led to the reformulation of such policies' management in States and Municipalities, as regards managerial culture, administrative structure and opening of channels for the civil society's participation in the construction, follow-up and assessment of such actions. In this process, the relationships among State, Market and Community should reach a balance, by means of policies based on the model of Political Consensus (OFFE, 1998). In terms of management of municipal public policies, the Managing Board is a channel for the Community's participation and places the municipality in position to access state and federal allowances for local social programs. In Sports, the prevalence of the Market's interest is reflected in legal rules and Sports development plans implemented within the past two decades in the Country. The record of the existence of Municipal Boards of Sports is very recent in the country, and the knowledge as regards their role and performance towards making the Community's participation in the formulation and development of local policies feasible is extremely limited. This research was developed aiming at ascertaining whether the Municipal Board of Sports actually constitutes a space for defining policies and discussion and organization of the interests of the social order's different segments – State, Market and Community – into a local Sports policy. Therefore, a case study of the Municipal Board of Sports, Leisure and Physical Activity of Santana de Parnaíba-SP was developed, regarding the period from its creation in 2003 up to 2006, based on the analysis of documental sources, complemented by statements by Board members and the representative of the municipal executive power in the Sports field, relying on the Oral History methodology. The analyses carried out as regards the process' implementation and the Board's activities led to the non-confirmation of the study's hypothesis. A distancing between the municipal government's participative proposal and what took place within the sphere of the Sports and the Board's policy was ascertained, as well as an absence of encouragement for civil society's participation in the process to formulate and follow-up the Sports Policy. Considerations and perspectives as regards filling in the blanks identified in the Board's actions are raised aiming

at contributing to the improvement of such democratic management mechanism's activities in other Brazilian municipalities.

Keywords: Public Policies. Democratic Governance. Popular Participation. Sports.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização do Município de Santana de Parnaíba em relação ao Estado de São Paulo e à Grande São Paulo.....	22
Figura 2 – Comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Município de Santana de Parnaíba e o do Estado de São Paulo.....	23
Figura 3 – Comparação entre a Taxa de Mortalidade Infantil do Município de Santana de Parnaíba e a do Estado de São Paulo.....	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Caráter dos Conselhos de Esporte no âmbito federal (1993-2006).....	64
Quadro 2 – Atribuições dos Conselhos de Esporte no âmbito federal (1993-2006).....	66
Quadro 3 – Atividades desenvolvidas pela SMAFEL em 2006.....	90
Quadro 4 – Evolução do número de atendimentos da SMAFEL.....	92
Quadro 5 – Projetos desenvolvidos pela SMAFEL/GESP sem parcerias.....	93
Quadro 6 – Projetos desenvolvidos pela SMAFEL/GESP, na forma de eventos, em parceria com outros órgãos municipais e sindicato.....	94
Quadro 7 – Calendário de reuniões do CMELAF para 2005.....	105
Quadro 8 – Comparação da representação da sociedade civil no CMELAF entre 2003 e 2005.....	112
Quadro 9 – Participação dos representantes da sociedade civil nas reuniões do CMELAF.....	116
Quadro 10 – Participação dos representantes do poder público nas reuniões do CMELAF.....	116

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos membros do Conselho Nacional do Esporte – 2007.....	63
Tabela 2 – Conselho Municipal que atue na área do esporte, por tipo de Conselho Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2003.....	69
Tabela 3 – Municípios, total e com existência do Conselho Municipal de Esporte, por caráter do Conselho, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2003.....	70
Tabela 4 – Municípios, total e com existência de Conselho Municipal de Esporte, por frequência das reuniões, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2003.....	70
Tabela 5 – Municípios com existência de Conselho Municipal de Esporte, por proporção do tipo de entidades participantes.....	71
Tabela 6 – Despesa estimada para o Fundo de Apoio ao Esporte (2003-2006).....	82
Tabela 7 – Despesas da Função Esporte e do Município de Santana de Parnaíba (2003-2006).....	91
Tabela 8 – Créditos adicionais especiais abertos ao GESP (2004-2006).....	100

LISTA DE SIGLAS

APROEX	Associação para Prosperidade do Excepcional e Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBCE	Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CEPAM	Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal
CDBB	Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro
CME	Conselho Municipal de Esporte
CMAFEL	Conselho Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer
CMELAF	Conselho Municipal de Esportes, Lazer e Atividade Física
CNE	Conselho Nacional de Esporte
CSD	Conselho Superior de Desportos
DEM	Democratas
EPROCAD	Fundação Esportiva Educacional Pró-Criança e Adolescente
EPROPAR	Esporte Pró-Parnaíba
FAE	Fundo de Apoio ao Esporte
GESP	Grêmio Esportivo de Santana de Parnaíba
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOM	Lei Orgânica do Município
MARE	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
ONG	Organização Não-Governamental
ONGs	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PFL	Partido da Frente Liberal
PMAT	Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos
PNE	Política Nacional de Esporte
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SMAFEL	Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer
SMEL	Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 QUESTÕES, HIPÓTESES E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	19
1.2 NOTAS METODOLÓGICAS.....	20
1.2.1 Santana de Parnaíba: o caso escolhido.....	21
1.2.2 Coleta e análise dos dados.....	24
1.2.3 Apresentação dos Capítulos.....	26
 2 ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	 28
2.1 POLÍTICAS DE ESPORTE NO BRASIL.....	31
2.2 POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE: ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO, MERCADO E COMUNIDADE.....	40
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO.....	52
2.3.1 Participação institucionalizada: os Conselhos Gestores.....	58
2.3.2 Conselhos Municipais de Esporte.....	67
 3 AS POLÍTICAS DE ESPORTE EM SANTANA DE PARNAÍBA.....	 73
3.1 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO.....	73
3.2 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO ATÉ 2002.....	77
 4 ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE ESPORTE DE SANTANA DE PARNAÍBA ENTRE 2003 E 2006.....	 88
4.1 ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES DO GOVERNO MUNICIPAL E COM OS NÍVEIS ESTADUAL E FEDERAL.....	94
4.2 ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E COM O MERCADO.....	96
4.3 ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE – O CONSELHO COMO CANAL DE PARTICIPAÇÃO.....	102
4.3.1 Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física - criação, motivações e significados.....	102
4.3.2 Organização e funcionamento do CMELAF.....	104
4.3.3 Papel, natureza, caráter e competências do CMELAF.....	107
4.3.4 Constituição e composição do CMELAF – contradições e divergências.....	110
4.3.5 Reuniões e participação no CMELAF – conflitos e tensões.....	114

4.3.6 As Políticas Municipais de Esporte no âmbito do CMELAF.....	118
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	130
APÊNDICES.....	141
ANEXOS.....	146

1 INTRODUÇÃO

O Esporte está cada vez mais inserido no bojo de ações tanto de governos, através de políticas públicas por eles desenvolvidas, como da iniciativa privada. Esta inserção cada vez mais acentuada na sociedade se dá em função dos papéis que o Esporte pode assumir junto aos diversos segmentos da população conforme a cultura, a orientação política e os interesses econômicos que norteiam a dinâmica social e política dos diferentes países.

Um indicativo da dimensão que o Esporte tem tido na sociedade atual é o fato da Organização das Nações Unidas (ONU) ter proclamado 2005 como o “Ano Internacional do Esporte e da Educação Física”. Kofi Annan, então Secretário Geral das Nações Unidas, considera que Esporte deve ser incluído de maneira mais sistemática por governos, agências de desenvolvimento e comunidades em planos para ajudar crianças, especialmente aquelas que vivem no meio da pobreza, doença e conflitos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2003). A democratização da prática, assegurando o acesso ao Esporte e a Educação Física para todos, e o fortalecimento da cooperação através de parcerias entre todos os atores – família, escola, clubes/ligas, comunidades locais, associações de esportes para jovens, setor público e privado – são orientações dadas no sentido de se viabilizar o desenvolvimento da Educação Física e do Esporte nos países membros.

Neste trabalho de pesquisa, no qual foram abordadas questões referentes a políticas sociais de esporte no Brasil, Esporte é considerado como direito social, passível de apropriação por parte do cidadão e de grupos sociais com níveis diferenciados de representação, manifestando-se na sociedade como atividade esportiva formal; atividade voltada para o desenvolvimento da saúde, da educação, e atividade de recreação e lazer.

O Esporte foi reconhecido como direito social pela Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) e a partir de então passou a ter um novo papel junto à sociedade brasileira, sendo considerado elemento das políticas sociais do País. Com a promulgação da Constituição, uma nova configuração política se desenhou no país: a descentralização das políticas públicas. Conseqüentemente, as políticas sociais, entendidas como o processo de formulação de políticas públicas sobre determinado direito social, estavam inseridas nesse novo quadro. O papel do governo federal foi redefinido, no sentido do Estado tornar-se ser responsável pela coordenação das políticas públicas sociais, enquanto que Estados e Municípios assumiram a maior parte da execução dessas políticas, incluindo-se as referentes ao Esporte.

Este modelo de descentralização foi implantado por diferentes países frente à questão social, e as orientações adotadas apresentam algumas medidas comuns, entre elas a privatização de programas de bem-estar social. Desta forma, instalou-se uma progressiva isenção do Estado no que se refere à garantia dos mínimos sociais necessários à sobrevivência humana. Este processo de descentralização tem sido considerado como promotor do desmonte da rede de proteção social antes mantida pelo Estado, levando a uma progressiva intervenção dos interesses privados nas questões sociais e implementação de ações de políticas sociais por organizações da sociedade civil (CUNHA; CUNHA, 2003).

No Esporte, as ações do Mercado se caracterizam pela atuação de empresas privadas como “parceiras” de clubes e entidades de administração do esporte e principalmente através de patrocínio ao esporte de rendimento. Fenômeno mais recente indica o crescente envolvimento de empresas no desenvolvimento de ações voltadas ao Esporte, apoiando iniciativas do setor público ou implementando seus próprios projetos sociais, utilizando o esporte em seu bojo. A atuação da Comunidade, através do chamado “terceiro setor” (Organizações Não-Governamentais ou entidades públicas não-estatais) se dá de forma marcante através da implementação de projetos sociais de Esporte e de Educação desenvolvidos em parceria com organizações públicas e privadas.

A execução das políticas sociais de diferentes áreas pelos municípios tem sido acompanhada, avaliada e monitorada por diferentes instâncias dos Governos Federal, Estaduais e Municipais; pelo meio acadêmico, e por fundações e institutos¹ quanto aos processos de gestão pública no desenvolvimento de ações de políticas sociais locais. As análises sobre o processo de descentralização têm demonstrado uma crescente ação do Estado como promotor da “privatização” das políticas sociais, com a delegação de determinados serviços públicos para organizações do Mercado e entidades da sociedade civil.

Um outro foco de questionamentos e reflexões recai sobre um dos princípios que fundamentaram o processo de descentralização das políticas: a participação da Comunidade no controle social sobre a ação do Estado. A participação popular tem se apresentado sob diferentes formatos na gestão local das políticas, sendo evidenciadas experiências como gestão compartilhada, co-gestão, formação de redes e conselhos gestores. Essas experiências têm sido consideradas caminhos possíveis para se concretizar a participação da sociedade na

¹ Exemplos podem ser encontrados em ações do Ministério das Cidades, Fundação Getúlio Vargas (Escola Brasileira de Administração Pública, Programa Gestão Pública e Cidadania), Fundação Prefeito Faria Lima – CEPAM (Centro de Estudos e Pesquisas em Administração Municipal).

concepção, implementação e avaliação de políticas sociais (GOHN, 2000; JACOBI; PINHO, 2006).

As políticas de Esporte e Lazer são temas recentes nas reflexões do meio acadêmico no Brasil (CASTELLANI FILHO, 2006). A criação, em 1997, do Grupo de Trabalho Temático em Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer, no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) foi um marco para o desenvolvimento da discussão do tema no País. As reflexões de pesquisadores e de profissionais que atuam junto ao poder público e a produção acadêmica têm contribuído com o avanço e a consolidação de conhecimentos na área. Os principais enfoques que se apresentam em trabalhos acadêmicos e publicações podem ser considerados em três eixos norteadores²:

- o primeiro reúne estudos referentes às políticas públicas federais de Esporte³
- o segundo, voltado à avaliação de projetos sociais de Esporte e Lazer⁴
- o terceiro, englobando estudos sobre políticas sociais municipais e estaduais⁵

Independentemente do eixo em que estão situados, os enfoques desses estudos e reflexões têm se voltado para temas como o conteúdo das políticas (envolvendo o conceito de Esporte e Lazer), a democratização e a diversidade da prática (incluindo a extensão do direito à prática a populações específicas), a democratização dos processos decisórios e as formas de gestão. No que se refere à garantia do acesso e à diversidade da prática, as políticas públicas têm sido avaliadas como ainda inoperantes em muitos casos, apesar da ampliação e da criação de espaços e programas públicos para a prática esportiva ter se configurado como uma crescente demanda da sociedade democrática (VAZ, 2001; ZINGONI, 2003; PINTO, 2003).

Quanto ao papel que representam nas administrações municipais, as políticas de Esporte e Lazer são consideradas como sendo freqüentemente “[...] relegadas a um certo ‘abandono’ e delegadas a partidos políticos de ‘menor importância’ dentro do governo [...]” (ZINGONI, 2003). Dentre os fatores apontados como relevantes neste quadro encontra-se a destinação inexpressiva de recursos; a ausência de mecanismos de controle por parte da população nas ações; o assistencialismo, corporativismo e clientelismo, restando o

² Extenso levantamento da trajetória das discussões e produção acadêmica sobre políticas públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil foi produzido por Lião Júnior (2003).

³ Alguns autores de estudos focados neste eixo são: Azevedo; Barros, 2004; Couto; Lemos, Couto, 2005; Linhares, 1998; Menezes, 2001; Miranda; Dores; Vieira, 2003; Silva, 1999; Stigger, 1998 e Veronez, 2005.

⁴ Ver Virtuoso; Crispim; Cardoso, 2003 e Melo, 2003, 2005.

⁵ Alguns estudos deste eixo foram desenvolvidos por: Amaral, 2003; Batista, 2002; Cristán, 2002; Leal, 2002; Lião Júnior, 2003; Malheiros, 2001; Pereira Filho, 1998; Pinto, 1998; Saldanha Filho, 2003; Silva, 2001, 2005 e Zingoni, 1998.

envolvimento da população; a ausência de fóruns de debates para dimensionar os problemas e soluções; a falta de formação política dos gerentes, e o pouco foco na avaliação de resultados.

É marcante ainda a crítica de diferentes autores sobre a influência da alternância de poder nas sociedades democráticas, nas quais a Comunidade não acompanha e participa da elaboração das políticas públicas. Em municípios em que as políticas públicas são desenvolvidas sem esse acompanhamento são frequentes a interrupção de programas em execução ou o “revestimento” de projetos em andamento, com novas administrações apresentando-os sob novo formato, gerando descontinuidade no atendimento. Especificamente em relação aos jovens, as ações ainda têm se caracterizado como ações descoordenadas e implantadas como meio para se tentar conter os problemas sociais emergenciais que atingem especificamente o jovem das grandes cidades – delinquência juvenil, uso e tráfico de drogas, entre outros, numa visão funcionalista do Esporte, com o objetivo de “canalizar” a energia dos jovens envolvidos na violência urbana, considerada como indicador de ruptura social nos espaços urbanos desfavorecidos (CHANTELAT; FODIMBI, 1996; CONSTANTINO, 1994; MELO, 2005).

O cenário não se modifica muito quando passamos a considerar a gestão das políticas sociais de esporte no nível municipal. Os dados disponíveis provêm de raros estudos: as dissertações de Batista (2002) e de Menezes (2001), e as teses de Amaral (2003) e de Silva (2005) sobre participação cidadã na construção e desenvolvimento de políticas públicas; a publicação de Melo (2005) sobre a trajetória do Projeto VOM (Vila Olímpica da Maré), que analisa a gestão do Projeto sob a ótica da atuação do Estado e das relações estabelecidas com a Sociedade Civil e o Mercado.

Estes apontamentos iniciais nos levam a questionar se as políticas sociais de Esporte no âmbito municipal têm se desenvolvido de maneira diferenciada entre aquelas que provêm de municípios administrados pelos chamados setores da esquerda e as implementadas por administrações dos setores considerados liberais. Estas posturas têm levado a diferentes formas de institucionalização da participação da sociedade civil na elaboração, condução e avaliação das políticas sociais, como o orçamento participativo, co-gestão e conselhos municipais. Outro aspecto relevante nesta análise é a articulação entre Estado, Mercado e Comunidade na elaboração, execução e controle das políticas sociais de Esporte, uma vez que os interesses desses segmentos da sociedade têm peso diferenciado conforme a orientação das políticas locais.

No sentido de contribuir para a reflexão das políticas públicas de Esporte no Brasil, a pesquisa de doutorado que resultou nesta Tese teve como objeto central analisar as

políticas sociais de Esporte em um município tradicionalmente administrado por prefeituras ligadas aos setores liberais, no sentido de se verificar como se dá a articulação entre Estado, Mercado e Comunidade no desenvolvimento de políticas locais de Esporte e como a institucionalização da participação da sociedade, através de um Conselho Municipal de Esporte, interfere nos rumos dessas políticas.

1.1 QUESTÕES, HIPÓTESES E OBJETIVOS DO ESTUDO

Na trajetória percorrida na busca de compreender o processo da gestão de políticas públicas de Esporte em um município, no que se refere à participação da Comunidade e à articulação dos interesses da Comunidade, do Mercado e do Estado, levantamos questões que nortearam e se configuraram como ponto de partida para o desenvolvimento do presente estudo:

- Com a descentralização das políticas sociais no País, há uma maior participação da Comunidade no processo de planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas de Esporte no âmbito do município?
- As diretrizes da política de esporte são determinadas com a participação dos diferentes atores envolvidos?
- O Conselho Municipal de Esporte é um mecanismo que propicia a discussão e o debate sobre os interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade que norteiam a política de Esporte do município?

Frente a estas inquietações, ao se elaborar esta Pesquisa, foi estabelecido como objetivo compreender como se dá a elaboração, a condução e a avaliação das políticas sociais de Esporte no município, partindo do pressuposto de que a implantação de um Conselho Municipal significa uma possibilidade de inovação no processo de gestão da política local de Esporte, especialmente no que tange ao envolvimento e à participação da Comunidade e na articulação das ações das organizações que desenvolvem programas de Esporte no município.

A partir desse pressuposto, definiu-se o município de Santana de Parnaíba como *locus* de estudo exploratório, por ter constituído um órgão colegiado específico no âmbito da do Esporte – o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física (CMELAF). Foi

levantada a hipótese de que, em função da institucionalização desse canal de participação, o município implementa inovações na gestão das políticas locais, através da ação do Conselho, tratando-o como um canal efetivo de participação dos atores sociais nas decisões das políticas locais e promove a articulação entre as ações das organizações que desenvolvem programas de Esporte no município.

No sentido de se verificar a hipótese levantada, e com base no cenário local e no referencial teórico, nos propusemos a investigar e analisar a gestão de políticas sociais (programas/projetos) de Esporte no âmbito municipal, em Santana de Parnaíba, tendo como objetivos específicos: a) verificar como se dá a representação e a atuação dos diferentes atores no Conselho Municipal; b) verificar como se dá a articulação dos diversos interesses envolvidos na gestão dos projetos/programas das diferentes organizações que desenvolvem o Esporte no município.

1.2 NOTAS METODOLÓGICAS

Com base nos apontamentos teóricos sobre participação e articulação na gestão de políticas sociais, pesquisamos a gestão da Política de Esporte de Santana de Parnaíba, em especial os processos de participação e articulação de programas/projetos de Esporte desenvolvidos pelos diferentes segmentos junto à população da Cidade, na perspectiva de identificar não só a ação do poder público, mas também aquelas promovidas por todos os atores envolvidos no desenvolvimento e na gestão das políticas sociais de Esporte na cidade.

A opção pelo Estudo de Caso se deu por esta ser uma abordagem que permite colaborar para a construção de conhecimento mais aprofundado e gerar compreensão sobre o fenômeno estudado, circunscrito a uma Comunidade, ao longo de um período determinado de tempo. Para tal, foi utilizada a abordagem qualitativa, por sua característica descritiva, com ênfase no processo, de análise indutiva, de busca de significados, possibilitando uma interpretação de dados provenientes do ambiente natural em que ocorrem (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

A delimitação do período considerado para a pesquisa se deu em função de dois momentos considerados marcos relevantes para se focalizar a análise dos pontos levantados nas questões e nos objetivos do estudo. O marco inicial é a criação, do ponto de vista jurídico e institucional, do Conselho Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer no município, em

agosto de 2003. Como marco final foi definida a aprovação e a entrada em vigor do Plano Diretor da cidade, para o período 2006-2013, em novembro de 2006. Nesse período foram analisadas as ações de Esporte no município, procurando-se não perder de vista os fatos e a conjuntura que as desencadearam, no sentido de contextualizá-las no conjunto das políticas sociais do município.

1.2.1 Santana de Parnaíba: o caso escolhido

Santana de Parnaíba é um município do Estado de São Paulo, localizado na Região Metropolitana de São Paulo, microrregião de Osasco (Figura 1). A população, segundo o Perfil Municipal da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS - SEADE, 2006), é de 103.742 habitantes, possui área de 176 km² e densidade demográfica de 468,73 hab/km². Em termos políticos, Santana de Parnaíba se caracteriza historicamente por administrações municipais vinculadas a partidos liberais, geridas por frentes compostas por diferentes partidos políticos.

O município, um dos mais antigos do país, foi fundado em 1625 e está localizado às margens do Rio Tietê. Segundo alguns registros históricos, o português Manuel Fernandes Ramos – participante de uma expedição, realizada em 1561, por Mem de Sá para explorar o sertão Rio Tietê abaixo, em busca de ouro e metais preciosos – foi o primeiro a se estabelecer no povoado. Construiu uma fazenda e uma capela em louvor a Santo Antônio, mas sua estrutura precária não resistiu às constantes enchentes e acabou destruída. Seus herdeiros e sua mulher resolveram erguer, em 1580, uma nova capela, desta vez em honra de Sant'Ana, próximo à cachoeira denominada pelos indígenas de "Parnaíba" (lugar de muitas ilhas). Em 1625, o povoado que cresceu ao redor da capela, foi elevado à categoria de Vila, com a denominação de Santana de Parnaíba (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006).

Nos séculos XVII e XVIII, Santana de Parnaíba se desenvolveu a partir do emprego da mão-de-obra indígena e pela chegada de famílias importantes. Entrou no século XIX desenvolvendo poucas atividades econômicas, situação agravada ainda mais pela abertura de novas estradas que ligavam São Paulo a outras vilas e cidades sem passar por Parnaíba. Sofreu também o impacto de não ter havido em suas terras a substituição da cultura de cana-de-açúcar pela de café. O crescimento econômico de Santana de Parnaíba permaneceu estagnado até o início do século XX, quando a *Light & Power Company*

construiu sua primeira usina hidrelétrica no país, abrindo um novo campo de trabalho na região.

Figura 1. Localização do Município de Santana de Parnaíba em relação ao Estado de São Paulo e à Grande São Paulo

Fonte: Perfil dos Municípios (FUNDAÇÃO SEADE, 2006).

Em 1901, a Usina Hidrelétrica Edgard de Sousa é inaugurada no Rio Tietê mas não revitaliza a cidade, pelo contrário, ela perde grande parte dos seus territórios para seus antigos distritos de Cajamar, Pirapora de Bom Jesus e Barueri, ao longo do século XX. Foi elevada à categoria de cidade com a denominação de Parnaíba em 1906, e voltou a ser denominada Santana de Parnaíba, em 1944. Magnani (1984) aponta a melhoria das condições da rodovia SP 312 e a abertura de duas importantes vias de penetração para o interior, as rodovias Anhangüera e Castelo Branco, como fatores de desenvolvimento, principalmente a partir de 1960, com reflexos importantes na ocupação de seu território. O autor salienta que a partir da década de 1980 o Município volta a ganhar dinamismo econômico com a melhoria das ligações rodoviárias com o restante da Grande São Paulo e com o impulso provocado pela implantação de diversos condomínios residenciais, notadamente Alphaville.

Atualmente, a economia de Santana de Parnaíba é baseada no setor de serviços e no comércio. O desenvolvimento industrial da cidade não aconteceu de forma tão marcante quanto nas vizinhas Barueri e Cajamar, mas há algumas indústrias em atividade, em especial na área leste do município. O turismo vem se desenvolvendo apoiado pelo extenso conjunto colonial do Centro Histórico, patrimônio cultural tombado pelo Estado de São Paulo, que abriga o Museu Histórico e Pedagógico Casa do Anhangüera e o sobrado construído no século XVIII, onde está instalada a Casa da Cultura, que foram tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional (IPHAN). Santana de Parnaíba apresenta contornos diferenciados, com traços de cidade industrial, dormitório e de veraneio, aliados a características de cidade de interior com cerca de cem mil habitantes.

O município apresenta, a partir das décadas de 70 e 80 do século XX, aumento acelerado das taxas de crescimento da população, e novos padrões de assentamento urbano, até então não presentes na cidade, como expansão da periferia, urbanizações planejadas de padrão médio a alto e especialização industrial. No Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS) da Fundação SEADE (2006) o município é classificado no Grupo 2 - Municípios que, embora com níveis de riqueza elevados, não exibem bons indicadores sociais. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Santana de Parnaíba (Figura 2) encontra-se 0.3 acima da média do índice registrado para o Estado de São Paulo.

Figura 2. Comparação entre o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Município de Santana de Parnaíba e o do Estado de São Paulo

A Taxa de Mortalidade Infantil (Figura 3) de Santana de Parnaíba é menor comparada às do Estado e da Região Metropolitana de São Paulo, indicando um quadro favorável de desenvolvimento de políticas locais de Saúde.

Figura 3. Comparação entre a Taxa de Mortalidade Infantil do Município de Santana de Parnaíba e a do Estado de São Paulo

São verificados ainda melhora nos índices de desenvolvimento humano e uma correlação positiva entre o crescimento da arrecadação e os investimentos nos setores sociais, como Educação, Lazer/Recreação/Esporte e Saúde.

1.2.2 Coleta e análise dos dados

Em estudos qualitativos, o processo de elaboração do plano de estudo do caso pode ser definido como um funil, com sua extremidade mais larga representando a busca e a exploração inicial de procedimentos e fontes de dados que possam orientar as decisões quanto aos objetivos do trabalho (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

Nesse sentido, realizamos um estudo exploratório, em julho de 2006, na Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer (SMAFEL) e no Conselho Municipal de

Esportes, Lazer e Atividade Física (CMELAF), no qual foram identificadas as seguintes organizações que desenvolvem programas/projetos de Esporte no Município: Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer e Fundação Esportiva Educacional Pró-Criança e Adolescente (EPROCAD). Neste levantamento prévio foram também recolhidos documentos legais e institucionais relativos a área de Esporte no município.

A partir dessas informações iniciais, foram definidas como fontes documentais as normas legais e os materiais institucionais e/ou normativos das políticas e/ou das ações das organizações estudadas. Os documentos normativos de âmbito local que norteiam as políticas gerais e aqueles que regulamentam o Esporte no município analisados no presente estudo foram:

- a Lei Orgânica do Município, de 10 de dezembro de 2002;
- o Plano Diretor do Município para o período 2006-2013;
- a Lei Municipal nº 2.146, de 23 de novembro de 1999, que cria a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- a Lei nº 2449, de 27 de agosto de 2003, que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física;
- as demais normas legais que as atualizaram ou regulamentaram.

As demais fontes documentais são constituídas por material institucional das organizações pesquisadas e dados da “Pesquisa de Informações Básicas Municipais” realizada em 2004 pelo INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), em prefeituras dos municípios brasileiros, relativamente à gestão do Esporte no ano de 2003 (BRASIL, 2006). Ainda em relação ao Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, foram utilizados documentos fornecidos pelo Presidente do Conselho – atas extra-oficiais das reuniões realizadas entre 2004 e 2006 – uma vez que as mesmas não haviam sido registradas e publicadas até o término dessa Pesquisa.

Com o intuito de complementar a reconstrução da trajetória dos acontecimentos e da ação das instituições no processo de gestão do Esporte no município e levantar percepções e fatos que não constam dos documentos oficiais utilizamos a metodologia da História Oral, que segundo Alberti (1989) é aquela que “[...] privilegia a recuperação do vivido, conforme o concebido por quem viveu [...]” (ALBERTI, 1989, p. 5). Foram realizadas entrevistas temáticas com base em roteiro geral e em roteiros individuais, elaborados pela pesquisadora (APÊNDICE A) para os representantes de cada segmento, contendo aspectos relativos à

participação e representação dos atores na política local de Esporte; o papel deliberativo e fiscalizador do Conselho Municipal nas políticas de Esporte; a integração das ações com as demais desenvolvidas no Município, e seu conhecimento, interpretação e ação em relação às normas legais.

Os sujeitos entrevistados foram o presidente do CMELAF; o Secretário Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer e o Presidente da Fundação Eprocad, que exerciam seus cargos no período pesquisado (2003-2006). As entrevistas foram realizadas pela pesquisadora, entre julho e setembro de 2007, após agendamento com os entrevistados. Imediatamente antes de iniciar a entrevista a pesquisadora foi autorizada a realizar gravação por meio do equipamento Gravador de Voz Digital Nakashi PDR-3, com microfone externo de lapela. Os entrevistados assinaram Carta de Cessão de direitos de entrevista. Após a realização das entrevistas, os arquivos das mesmas foram transferidos para um PC e as entrevistas transcritas pela pesquisadora. A primeira transcrição literal foi enviada aos entrevistados para possíveis correções e complementações, conforme procedimento preconizado por Meihy (2005).

O primeiro passo da análise foi observar os dados coletados nas fontes documentais e nas entrevistas, segundo as questões e hipóteses levantadas. Em uma segunda etapa, as informações obtidas nas entrevistas foram classificadas, no sentido de se verificar as relações entre elas visando identificar as percepções dos entrevistados ao longo do tempo em função de fatos específicos do meio (alterações políticas, legais, administrativas, gerenciais) (BOGDAN; BIKLEN, 1994). O terceiro passo constituiu-se da análise dessas relações, visando possíveis generalizações sobre participação e articulação na gestão de políticas municipais de Esporte.

Configura-se como limitação desta pesquisa a não realização de levantamento de informações diretamente junto à Comunidade no sentido de se verificar sua participação e visão em relação às políticas de Esporte, embora estes aspectos tenham sido considerados a partir de sua representação no processo de implementação do Conselho e elaboração do Plano Diretor da cidade.

1.2.3 Apresentação dos Capítulos

No segundo Capítulo são apresentados alguns marcos contextuais, históricos e legais a respeito do Esporte, do desenvolvimento das políticas de Esporte no País e os marcos

teóricos para análise da articulação entre Estado, Mercado e Comunidade e da participação da Comunidade, que nortearam as análises realizadas.

No terceiro Capítulo são apresentadas e analisadas as Políticas Sociais de Esporte em Santana de Parnaíba em termos da sua organização, das diretrizes e das ações desenvolvidas no município até 2002, ano em que passou a vigorar a última Lei Orgânica do Município.

No quarto Capítulo são apresentados os dados primários e secundários referentes às ações de Esporte no município, relativos ao período de 2003 a 2006, tendo como marcos legais a institucionalização da participação da Comunidade, através do Conselho Municipal de Esportes e a entrada em vigor do Plano Diretor do Município para o período 2006-2013. A apresentação dos dados é acompanhada de análise das ações de Esporte promovidas na cidade sob a ótica dos interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade envolvidos nessas ações. Num segundo momento, a participação da Comunidade é descrita e analisada a partir da experiência de implantação e implementação do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física em termos da sua organização, caráter, competência, representação e representatividade de seus membros. Finalmente, nesse capítulo, é apresentada uma breve análise de como são tratados temas referentes às políticas municipais de Esporte no âmbito do Conselho.

No último Capítulo são apresentadas considerações finais sobre as análises realizadas sobre a participação da Comunidade, e a articulação dos interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade na concepção, condução e avaliação das políticas de Esporte do Município.

2 ESPORTE E POLÍTICAS PÚBLICAS

As relações entre Esporte e sociedade têm sido tema de estudos e debates dentre antropólogos, sociólogos, filósofos e historiadores, com diferentes enfoques de análise. Nesse capítulo tecemos inicialmente algumas considerações que apoiaram a compreensão do fenômeno esportivo que norteou este trabalho de pesquisa. Esta breve “leitura” do fenômeno Esporte se deu sobre modelos e teorias que tentam explicar as relações entre o fenômeno esportivo e outras estruturas sociais, especialmente aquelas que sustentam a compreensão no contexto do mundo capitalista.

Leonard (1998), no capítulo inicial de sua obra intitulada “Introdução à Sociologia do Esporte”, apresenta as diferentes teorias sociológicas sobre a relação entre Esporte e Sociedade. Segundo o autor, seriam três as abordagens macrosociológicas do fenômeno esportivo: a Teoria do Conflito, o Funcionalismo Estrutural e o Interacionismo Simbólico.

A Teoria do Conflito se fundamenta no entendimento dos processos sociais produzindo instabilidade, ruptura, desorganização, desarmonia, tensão e conflito, e nesse contexto vê o Esporte como uma ferramenta de opressão, um instrumento através do qual o poder manipula, explora, domina. Estes argumentos também estão presentes nas Teorias Críticas do Esporte⁶: a Tese da Coisificação ou Alienação e a Tese da Repressão e Manipulação⁷.

Em relação aos interesses do Mercado, essas Teses sustentam a crítica ao Esporte moderno na sua excessiva vinculação aos interesses econômicos, sendo subsidiado por tributações, orientado para o lucro e pelos interesses capitalistas. Nesses posicionamentos também são consideradas as distorções que o Esporte pode sofrer no meio social em função das necessidades do capital e pelo seu uso como instrumento de alienação dos problemas oriundos do poder econômico.

O Interacionismo Simbólico fundamenta sua visão na compreensão do mundo de um ponto de vista subjetivo, proveniente de uma palavra alemã “verstehen”, que significa compreender o comportamento a partir da posição estratégica do ator. Para essa Teoria, os atores que promovem a interação com o Esporte são o atleta, o praticante, os espectadores e

⁶ As Teorias Críticas foram desenvolvidas a partir de um movimento nas Ciências Sociais proveniente da Escola de Frankfurt, iniciado na década de 1960, com vertente na América do Norte (VAZ, 2005/2006). A crítica ao Esporte é fundamentada em duas teses: a Tese da Coisificação, ou Alienação, e a Tese da Repressão e Manipulação.

⁷ Tese da Repressão e Manipulação, na qual a sociedade moderna se caracteriza por ser tecnologicizada, industrializada e desenvolvida, representando um sistema de repressão, dominação e manipulação.

os consumidores (LEONARD, 1998). O objeto Esporte é socialmente construído e emerge da capacidade do ator criar e manipular símbolos. Coakley (2001) considera que o Esporte é uma forma de cultura criada através da interação social e as decisões de participação, que são tomadas pelas pessoas em conexão com suas identidades e suas relações. Em sua análise, evidencia as fraquezas deste posicionamento teórico, especialmente por ignorar as questões do poder e das relações de poder da sociedade e por não explicar como o significado, a identidade e a interação estão relacionadas às estruturas sociais e as condições materiais da sociedade.

O Esporte, no enfoque Teoria do Funcionalismo Estrutural, é considerado fator socializante, proporcionando desenvolvimento social e individual, bem-estar e qualidade de vida. Esta conexão com outros elementos do sistema social é enfatizada, com o Esporte sendo considerado elemento do sistema social e analisado através de suas funções individuais e sociais – tanto as manifestas como as latentes, atingidas por meio de ações de políticas sociais que conectem o Esporte com Cultura, Educação e Saúde. São destacadas também suas possíveis disfunções, ligadas a valores como violência excessiva, brutalidade, comercialização e competição desigual (COAKLEY, 2001; STEVENSON; NIXON⁸, 1972 apud LEONARD, 1998, p. 83). As estruturas sociais consideradas nas relações com o Esporte são a família, os clubes, os grupos e as organizações, elementos característicos das dinâmicas sociais em comunidades e municípios (CHANTELAT e FODIMBI, 1996; CONSTANTINO, 1994; LEONARD, 1998).

No final do século XX, outros modelos e concepções surgiram, na tentativa de prospectá-lo para o próximo milênio. O Esporte passa a ser considerado pelo viés da diversidade cultural, de seus diversos sentidos de apropriação por parte dos praticantes, e através de sua diferenciada relação com os grupos sociais (BENTO, 1991; PADIGLIONE, 1995). A coexistência de diferentes modelos de Esporte é defendida por DIGEL (1995), a partir da visão diversificada da sociedade na qual o Esporte pode assumir diferentes papéis, conforme o grupo social no qual está inserido:

[...] Modelo profissional e comercial - compreende o esporte como espetáculo, empresa comercial e de negócio.
 Modelo do esporte de competição organizado - ênfase na competição, performance, vitória e derrota, altamente ligado a realidade social.
 Modelo sem competição organizada - baseado na alegria, prazer e auto-expressão - oposição à realidade social da vida em especial ao trabalho industrial.

⁸ Stenvenson, C. C.; Nixon, J. E. A conceptual scheme of the social functions of sport. **Sportwissenschaft**2, 1972, p. 119-132.

Modelo alternativo do esporte - atividades subculturais em oposição ao esporte tradicional - parte da oposição política contra o capitalismo.

Modelo institucional - esporte como instrumento determinado por certas funções: sócio-emocional, sócio-integrativa, política ou biológica. Este modelo está no foco de muitos debates sobre esporte na educação (DIGEL, 1995, p. 27).

O modelo institucional descrito por Digel (1995) está presente no papel atribuído ao Esporte em Fóruns e Conferências internacionais recentes, dos quais participam dirigentes políticos de diversas nações do mundo⁹. Segundo Meirim (2004, p. 27), o Esporte é apresentado “[...] como *instrumento* [grifo do autor] de uma bem sucedida política de integração social”. As idéias-base quanto à utilização do desporto em políticas públicas se circunscrevem em relação ao desenvolvimento humano e à Educação, com os valores do Desporto podendo auxiliar no combate a todas as formas de discriminação (racial, de sexo, de origem) ou de quaisquer outras circunstâncias pessoais; em termos da integração de minorias étnicas e na luta contra o racismo.

Nesses encontros foram feitas recomendações aos governos no sentido de que sejam implementadas ações nos países para a democratização do acesso, eliminando-se obstáculos econômicos, e o conseqüente desenvolvimento social por meio de políticas de prática esportiva. Também é citada a importância do Esporte no desenvolvimento dos povos, como uma “escola para a cidadania”, na convicção de que o Esporte e a Educação Física podem contribuir positivamente nas problemáticas de saúde e de bem-estar, na diminuição de desigualdades, no resgate de valores e de princípios, entre outras questões.

Consoante com essas orientações internacionais recentes, o Estado brasileiro tem ação cada vez mais marcante no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas de Esporte, incorporando-o no rol das políticas sociais. O Estado tem se caracterizado por coordenar a política nacional do setor e implementar e fomentar projetos específicos voltados ao Desporto de Rendimento, Desporto Educacional e de Desporto de Participação, com diferentes níveis de articulação com a sociedade civil e o Mercado.

A perspectiva Funcionalista tem sido amplamente incutida na sociedade brasileira, reforçada pelo que Melo (2005) define como função “salvacionista” do Esporte, fortemente presente na concepção e na justificativa de projetos sociais, e provavelmente responsável pelo

⁹ Alguns exemplos são o XII Fórum Europeu do Desporto, do qual participaram países da União Européia, realizado em Verena, novembro de 2003 (MEIRIM, 2004); e a IV Conferência Internacional de Ministros, Altos Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esporte realizada em Atenas em 2004 (UNESCO, 2006).

número cada vez mais expressivo desses projetos no Brasil. Muitos desses projetos sociais são desenvolvidos na ótica da “filantropização” e “incorporados” nas políticas públicas de Esporte das diferentes esferas de governo, através de subsídios para organizações da iniciativa privada (OLIVEIRA; HÚNGARO, 2005).

A crítica a essa abordagem “Funcionalista” aplicada nos projetos recai sobre a leitura da “função social” do Esporte realizada, ou seja, por estes projetos serem calcados na premissa da existência de uma relação direta de causa e efeito: magicamente, as crianças e adolescentes participantes dos projetos terão garantidos o desenvolvimento de sua cidadania, a sua inserção social, obterão resultados escolares positivos e a melhora nas relações familiares e sociais em geral (MELO, 2005).

O desenvolvimento do Esporte no Brasil está fortemente atrelado a presença do Estado, que historicamente, conforme os diferentes momentos de sua organização social e política, assumiu posturas e orientações diferenciadas. No sentido de se compreender esse processo, esboçamos uma breve apresentação histórica das políticas públicas do setor.

2.1 POLÍTICAS DE ESPORTE NO BRASIL

Os primeiros registros de atividades físicas praticadas no Brasil são relativos a atividades utilitaristas realizadas pelos índios, a partir do descobrimento do País em 1500 (TUBINO, 1996). Marinho (198?) considera como a primeira aula de Ginástica realizada do país uma demonstração de ginástica acrobática feita pelo almoxarife Diogo Dias, relatada por Pero Vaz de Caminha na célebre carta ao Rei de Portugal, de 1º de maio de 1500.

Com a Proclamação da Independência, a partir da qual foram criadas instituições como Secretarias de Estado, Supremo Conselho Militar, Imprensa Régia, Biblioteca Real, entre outras (MARINHO, 198?), a Educação Física foi institucionalizada, fazendo parte da formação educacional dos jovens, principalmente através dos exercícios ginásticos, da Dança, da Natação, no âmbito civil e militar. Data de 7 de setembro de 1851 a Lei nº 630 que baixa ao regulamento da instrução primária e secundária do Município da Corte, incluindo a Ginástica nos currículos das escolas públicas de ensino primário. Em 1880, a Educação Física é introduzida como atividade para o alunos da 5ª série da Escola Normal de Municípios da Corte.

O desenvolvimento da competição esportiva tem como um de seus primeiros registros a realização de provas de Remo no Rio de Janeiro, no ano de 1846. A partir desta época a modalidade se expandiu, com a fundação de clubes e a multiplicação da realização de eventos, e tornou-se segundo Marinho (198?, p. 32): "[...] o desporto que atraiu a mocidade brasileira no século XIX". Assim como o Remo, outras modalidades esportivas como o Basquetebol, a Esgrima, com forte influência da prática nas Escolas Militares, a Natação, o Pólo-Aquático e o Futebol, entre outras, tiveram sua organização clubística iniciada ainda no século XIX e expandindo-se fortemente no século XX.

Seguiu-se a evolução da prática do esporte formal (regulado por normas nacionais e internacionais), assim como a fundação de clubes, federações, associações. Como decorrência deste processo, a participação de atletas e de representações nacionais em competições internacionais passou a ser mais freqüente, destacando-se as participações de equipes brasileiras nos Jogos Olímpicos da Antuérpia, em 1920, e na Copa do Mundo de Futebol no Uruguai, em 1930.

Mas o quadro do desenvolvimento do Esporte no País era de "desorganização", liberdade de associação, com duplicidade de entidades desportivas dirigentes e de crises relacionadas ao profissionalismo e racismo, especialmente no Futebol. As representações esportivas do País filiavam-se e participavam de competições internacionais diretamente ou através do Comitê Olímpico Brasileiro, criado em 1935. No caso do Futebol, por exemplo, dois órgãos representavam o Brasil: a Confederação Brasileira de Desportos e a Confederação Brasileira de Futebol (MAZONI, 1941). Veemente defensor do Estado Novo, o autor relata ainda a existência de três entidades administrativas do Ciclismo em São Paulo, antes de 1941, para ilustrar e justificar a necessidade da organização centralizada do Estado em relação ao Esporte.

Em 1937, por intermédio da Lei nº 378, foi criada a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e, nesse mesmo ano, a Constituição dos Estados Unidos do Brasil definiu a obrigatoriedade da Educação Física nas Escolas Primária, Normal e Secundária, na época fundamentada pela prática da Ginástica, com visão higiênica e eugênica remanescente do século XIX (BETTI, 1991; CASTELLANI FILHO, 1994). Segundo Tubino (1996) o Esporte começou a ser considerado numa perspectiva semi-isolada, isto é, parcialmente dissociado da Educação Física. No âmbito universitário, foi criada, em 1939, a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU). Estes e outros fatos históricos caracterizam a fase inicial da inserção do Esporte no País e nas políticas públicas federais.

O processo de organização institucional do Esporte no Brasil teve início em 1937, na fase de consolidação do Estado Novo. Como vimos, à época havia um descompasso entre a ordem desportiva brasileira, na qual predominava a ordem liberal, através da ação de entidades de direito privado; clubes; ligas; federações e confederações sem interferência do Estado, e o projeto da ordem social dominante, de intervenção e controle. Este quadro foi avaliado por Lyra Filho, em depoimento pessoal a Manhães (2002, p. 36): “Em 1941, a razão do Decreto nº 3.199 foi o abastardamento das atividades desportivas. Precisava-se por ordem na vida desportiva”.

Para tanto, foi instituída a Comissão Nacional de Desportos, em 1939, para “[...] estudar o problema desportivo nacional [...]”, elaborar plano de regulamentação para a área e desenvolver projeto do Código Nacional de Desportos (BRASIL, 1939, p.1). Durante os dois anos seguintes a Comissão elaborou e o governo Getúlio Vargas baixou o Decreto-Lei 3.199, em 14 de abril de 1941, do Ministério da Educação e Saúde que estabeleceu as bases de organização dos desportos no Brasil e criou o Conselho Nacional e os Conselhos Regionais de Desportos, com função de orientar, fiscalizar e incentivar a prática dos desportos em todo o País (BRASIL, 1941).

Pode-se considerar que esta Lei foi elaborada nos moldes da representação do Esporte para os governos ditatoriais da Itália e da Alemanha, ou seja, como instrumento de soberania nacional. Fica evidente no Decreto-Lei o discurso disciplinador, nacionalista e moralizador do Esporte, assim como fortemente institucionalizado, reproduzindo e se fundindo com valores da ideologia predominante, numa perspectiva elitista e centralizadora do Estado, sem referência à prática esportiva pelo povo (CASTELLANI FILHO, 1994, 2007; MANHÃES, 2002; TURINO, 2004).

Entre 1942 e 1943, a Educação Física tornou-se também obrigatória em outros níveis de ensino (industrial, comercial e agrícola), com a argumentação de que o desporto serve para realizar o princípio de unidade da empresa e de espaço para manifestações de solidariedade. Esta visão socializadora do Esporte é complementada pela visão compensatória, que segundo Castellani Filho (1994) se manifesta na relação apresentada entre o desporto e o desenvolvimento e a conservação da saúde e da capacidade de trabalho.

Foi neste contexto que o Esporte foi regulamentado no País, de maneira intervencionista, controladora e visando atingir os objetivos políticos de controle da ordem pública, como meio de afirmação nacional no contexto internacional, como política de saúde/lazer e de interesses econômicos, coincidentes com os de outras nações (BRACHT, 1997, STEFFANO, 2000).

Entre o fim do Estado Novo e o início da Nova República (1945 a 1985) o desenvolvimento do Esporte praticamente esteve circunscrito e aliado a expansão do País no cenário internacional. Neste período, o Brasil foi sede da Copa do Mundo de Futebol de 1950 e de outros eventos internacionais; ocorreu a multiplicação dos clubes sociais/esportivos, das federações e confederações, e de cursos de formação de profissionais de Educação Física.

No contexto mundial, neste período, a atuação de governos de diversos países, dentre eles o Brasil, praticamente ignora a orientação de organismos internacionais no sentido de se resistir ao uso político-ideológico voraz do Esporte, iniciado com Hitler em 1936 e reforçado pela Guerra Fria. Entre 1964 e o final da década de 1970 foram publicados diversos documentos internacionais, entre eles a Carta Internacional de Educação Física e Esporte pela UNESCO, em 1978, que consolida a posição internacional a respeito do direito de todos à Educação Física e à prática esportiva (TUBINO, 1996).

No Brasil, as políticas públicas para o setor praticamente não se modificaram, com o Esporte aparecendo como forte instrumento e aliado do Estado em suas ações, com ênfase no controle social, como resultante dos conflitos gerados pela implantação de ditaduras militares em diversos países da América Latina. No final da década de 1960, aliadas a medidas de controle social utilizadas pelo Estado após o Golpe Militar de 1964, destacam-se outras medidas como a introdução da Educação Física como disciplina obrigatória e com predominância esportiva no Ensino Superior, em julho de 1969; e, em setembro do mesmo ano, a introdução da disciplina Educação Moral e Cívica e a exclusão dos cursos de Filosofia do currículo obrigatório do Segundo Grau (BETTI, 1991; CASTELLANI FILHO, 1994).

Dentre as ações na área de Esporte ligadas ao controle social, duas delas foram especificamente voltadas aos estudantes: o incentivo a realização dos Jogos Estudantis Brasileiros (JEBs) e dos Jogos Universitários Brasileiros (JUBs), e o apoio a criação de associações atléticas nas universidades. Além dessas, destacam-se ainda a forte utilização política da conquista do Tri-Campeonato Mundial de Futebol, em 1970, e o agendamento de jogos oficiais, os chamados “clássicos” de futebol, para os dias 1º de Maio, prática da então Confederação Brasileira de Desportos (CBD) na tentativa de desmobilização da participação de população em geral e da juventude junto a movimentos reivindicatórios durante a comemoração do Dia do Trabalho.

É deste período a publicação do Diagnóstico de Educação Física/ Desportos, resultado de convênio entre a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério do Planejamento, firmado em 1969. As principais conclusões apontavam para uma estruturação de valores sociais predisposta a um grande

desenvolvimento e significação do Esporte no país, embora com distorções regionais e setoriais, evidenciando o atraso no desenvolvimento esportivo do país. Como consequência, houve uma busca do governo em modernizar a legislação, o que ocorreu efetivamente em 1975, mas que não significou a realização de ações no sentido tornar o Esporte direito de todos (TUBINO, 1996).

Em termos de recursos para a área, em 1971 foi criada a Loteria Esportiva no País com a finalidade de destinar parte do prêmio líquido a ações de desenvolvimento do Esporte, uma vez que era marcante a falta de investimentos no setor. Os recursos obtidos foram direcionados ao Esporte de Alto Rendimento, para o desenvolvimento científico da área, para o financiamento de participação de delegações nacionais em Jogos Olímpicos, Jogos Pan-americanos e em Campeonatos Mundiais de Futebol. Entretanto, o Esporte nunca foi prioritário e nem percebido como um fato social para os governos militares pós-1964. Os militares reconheciam o acesso ao Esporte como direito social, mas na perspectiva pedagógica e restrita a possibilidade de ocupar os jovens com uma diversão “sadia” através do Esporte (MELO, 2005; TUBINO, 1996).

Em termos legais, a relação de controle do Estado sobre o Esporte implantada no Estado Novo permaneceu até o período da Nova República, reforçada pela reforma legal de 1975 – Lei nº 6.251 (BRASIL, 1975)¹⁰, durante a Ditadura Militar. Nesta Lei, que delega então ao Ministério da Educação e Cultura elaborar o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), são especificados, no art. 5º, cinco objetivos básicos a serem seguidos na elaboração da Política Nacional de Educação Física e Desportos:

- [...] I – aprimoramento da aptidão física da população;
 - II – elevação do nível dos desportos em todas as áreas;
 - III – implantação e intensificação da prática dos desportos de massa;
 - IV – elevação no nível técnico-desportivo das representações nacionais;
 - V – difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer [...]
- (BRASIL, 1975).

A Lei de 1975 define ainda que o Sistema Desportivo Nacional é composto pelo Desporto Comunitário, pelo Desporto Educacional, pelo Desporto Classista e pelo Desporto Militar, segmentando e circunscrevendo a prática em categorias, sendo o Desporto Comunitário constituído pelas atividades esportivas praticadas em associações, ligas, federações, confederações e no Comitê Olímpico Brasileiro.

¹⁰ Nessa Lei foram determinadas as quatro formas de organização e estrutura do desporto: Desporto Comunitário, Desporto Educacional, Desporto Militar e Desporto Classista.

Em 1975, apesar de passados 34 anos da primeira regulamentação do Esporte no Brasil, os argumentos para a elaboração de uma política nacional e o conceito de Esporte, expressos no artigo 2º da Lei nº 6.251 (BRASIL, 1975), referiam-se ao Esporte como atividade predominantemente física, com fins competitivos, praticada segundo regras preestabelecidas – são ainda extremamente focados na visão funcionalista, política, tecnicista e restrita praticamente ao Esporte de competição. Outras premissas se fundamentam em valores como saúde da população e afirmação do País no cenário internacional, reforçada pela conquista do Tri-Campeonato Mundial de Futebol em 1970 e sua ampla utilização política pelo Poder Executivo.

Neste sentido, fica claro que não há enfoque na democratização do acesso, pelo contrário, se restringindo ao esporte competitivo, cerceando a participação daquele que não tiver acesso a organizações de prática do Esporte (Clubes, Associações Desportivas Classistas). Outro aspecto que confirma a visão elitista e pouco democrática é a impossibilidade de organizações comunitárias de participarem de atividades do desporto estudantil, classista ou militar (MANHÃES, 2002). A visão compensatória do Esporte, introduzida na indústria e na empresa (desporte classista), é acrescida de caráter competitivo, em consonância com os valores capitalistas cada vez mais presentes na sociedade.

Um movimento internacional importante com vistas à democratização do acesso ao Esporte, ou o direito ao Esporte, pouco enfatizado na Lei de 1975 e nas políticas públicas, até então, foi o movimento Esporte para Todos, oriundo da Noruega, em 1967, e sistematizado por outros países europeus. Sua proposta foi implantada na América Latina e no Brasil em 1973. O movimento EPT (Esporte para Todos) no Brasil foi institucionalizado como política pública em 1977, quando a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED do Ministério da Educação e Cultura - MEC) instituiu uma subsecretaria específica para o EPT, embora o Conselho Nacional do Desporto (CND) tenha continuado a privilegiar o Esporte de alta competição ou de elite.

O desenvolvimento do Esporte no Brasil, na década de 1980, foi marcado pelo crescimento da prática da atividade física e esportiva, fenômeno concomitante à duplicação do número de Faculdades de Educação Física no País, entre 1971 e 1982. No entanto, pode-se afirmar que grande parte desta expansão se deu como consequência do crescimento da participação de instituições do Mercado. É evidente o aumento significativo do surgimento de academias de ginástica, de escolas de esportes, clubes sociais e esportivos, entre outros (ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E

LAZER NO BRASIL, 2004), indicativos da não ação do Estado no sentido de investir em espaços públicos para a prática.

Os interesses do Mercado foram reforçados ainda por ações como, por exemplo, a campanha “Mexa-se”, caracterizada por Bracht (1997) como uma mobilização do *Welfare State*, que tinha como objetivo a redução de despesas com tratamentos de saúde decorrentes do grande número de cidadãos que cultivavam hábitos sedentários. Segundo o autor, diferentes organizações esportivas aderiram ao discurso “esporte é saúde”, “esporte é qualidade de vida”, especialmente aquelas com interesses no mercado.

Concomitantemente, a partir do final da década de 1970, iniciaram-se as discussões sobre as políticas públicas de Esporte pelo País, especialmente no âmbito dos governos estaduais e municipais das chamadas frentes populares, que se propunham principalmente a rever o direcionamento das políticas, até então substancialmente voltadas ao Esporte de alto rendimento – considerado extremamente alienante – e a detecção de novos talentos esportivos para o País (PINTO, 1998; ZINGONI, 1998). Estes governos encontraram dificuldades nas administrações municipais em termos de orçamento e, conseqüentemente, no que se refere à capacidade de realização de ações voltadas à área social. Outra barreira encontrada, especialmente oriunda do âmbito acadêmico, foi o próprio questionamento sobre a relevância social do Esporte, embasado pelos debates teóricos fundamentados nas Teorias Críticas do Esporte (MELO, 2005).

Um primeiro momento nacional de discussão sobre políticas públicas de Esporte ocorreu no Brasil em 1984, ano em que foi criada na Câmara dos Deputados a Comissão de Esporte e Turismo do Senado. No mesmo ano, a Comissão promoveu o ciclo de debates “Panorama do Esporte Brasileiro”. Segundo Tubino (1996), participaram “[...] representantes de todos os segmentos do Sistema Desportivo reconhecido pela Lei nº 6.251/75, esportistas selecionados por posições intelectuais contestadoras expressas, além de congressistas compromissados com a questão do esporte” (TUBINO, 1996, p. 56). Na avaliação do autor, as discussões não se aprofundaram na direção do conceito de Esporte e se restringiram praticamente a questões relativas ao Futebol, mas serviram como uma reflexão inicial para mudanças que aconteceram a partir da chamada “Nova República”.

Tubino (1996) considera o período que se seguiu aos debates ocorridos no âmbito político do Senado, entre 1985 e 1990, como o da “revisão ideológica do esporte brasileiro”. Já no início de 1985, o autor assumiu a presidência do Conselho Nacional de Desportos (CND) e o panorama da época, como já afirmado anteriormente, era caracterizado por uma visão do CND com um conceito desatualizado do Esporte e marcado pela escassez de

recursos para a área. Com o País voltando sua atenção para e reforma constitucional, foi criada a Comissão de Reformulação do Esporte Brasileiro, em julho do mesmo ano. Nos trabalhos da Comissão foram tratados temas como a “reconceituação” do Esporte e sua natureza, a redefinição de papéis dos setores da sociedade e do Estado, a necessidade de mudanças jurídicas, a carência de recursos humanos físicos e financeiros, a insuficiência de conhecimentos científicos na área e a necessidade de modernização de meios e práticas no Esporte. Especialmente quanto a “reconceituação”, a indicação da Comissão se deu no sentido de que o Esporte passasse a ser considerado em sua dimensão social, como direito de todos. A partir dessa e de outras indicações, a Comissão elaborou a proposta de reformulação do Esporte, que foi encaminhada pelo Conselho Nacional do Desporto (CND) à Assembléia Constituinte que, segundo Tubino (1996), manteve a sua essência.

O Esporte foi constitucionalizado no País na perspectiva de direito social, em consonância com as recomendações da Carta Internacional de Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978). Foi introduzido na Constituição Federal de 1988 no artigo 24, inciso IX, no que se refere à competência da União, dos Estados e do Distrito Federal para legislar concorrentemente sobre Educação, Cultura, Ensino e Desporto; e no artigo 217, que dispõe sobre o direito de todos a prática esportiva; o dever do Estado de fomentar as práticas formais e não formais; e a autonomia das organizações esportivas, em termos de sua organização e funcionamento.

A explicitação da relevância do Esporte em termos sociais é destacada no § 3º, que trata do incentivo do poder público ao Lazer e é dada clara orientação quanto a implementação de política de destinação de recursos voltada para o desporto educacional: “[...] a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento [...]” (BRASIL, 1988). Dessa forma, o reconhecimento do Esporte como direito social na Constituição Federal (BRASIL, 1988) criou uma “nova” perspectiva e um cenário propício para uma profunda reformulação em termos das políticas, teoricamente colocando-o sobre um patamar nunca antes atingido, no que se refere a políticas sociais.

No entanto, na contramão da valorização social do Esporte, em especial do Esporte educacional expressa no próprio texto constitucional, os primeiros anos da década de 1990 foram marcados por uma reafirmação nas ações políticas no âmbito federal do Esporte de Rendimento. Exemplos dessas ações são a valorização do rendimento no Esporte Educacional, o projeto “Brasília-Olimpíadas Ano 2000” e o uso do Esporte como “marketing” presidencial (TUBINO, 1996). Coube a então Secretaria de Desportos, vinculada diretamente

à Presidência da República, elaborar projeto de Lei para o Esporte, em substituição a ainda vigente Lei nº 6.251, de 1975, sob coordenação do então Secretário de Esportes, Arthur Antunes Coimbra (Zico). Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, o projeto foi reformulado no Governo seguinte, de Itamar Franco, através do Ministério da Educação e do Desporto, e resultou em 1993 na Lei nº 8.672 (BRASIL, 1993).

Na nova regulamentação são determinados, no Capítulo II, os novos princípios norteadores do Esporte no País:

- o desporto como direito individual de todo cidadão;
- este direito social declarado como dever do Estado em fomentá-lo através de práticas formais e não formais;
- da autonomia do cidadão para se organizar para a prática;
- da democratização ao acesso às atividades esportivas;
- da qualidade, valorizando-se os resultados educativos e aqueles relacionados à cidadania;
- da descentralização, baseada na organização e no funcionamento harmônico de sistema autônomo para o nível municipal; e
- da eficiência, através do estímulo à competência administrativa.

São evidentes nestes princípios a reafirmação do direito ao Esporte e a ênfase em relação a democratização da prática, priorizando-se a educação e a cidadania, nas seguintes manifestações:

[...] I - desporto educacional, praticado nos sistemas de ensino e em formas assistemáticas de educação, evitando-se a seletividade, a hipercompetitividade de seus praticantes, com a finalidade de alcançar o desenvolvimento integral do indivíduo e a sua formação para o exercício da cidadania e a prática do lazer;

II - desporto de participação, de modo voluntário, compreendendo as modalidades desportivas praticadas com a finalidade de contribuir para a integração dos praticantes na plenitude da vida social, na promoção da saúde e educação e na preservação do meio ambiente;

III - desporto de rendimento, praticado segundo normas gerais desta Lei e regras de prática desportiva, nacionais e internacionais, com a finalidade de obter resultados e integrar pessoas e comunidades do País e estas com as de outras nações [...] (BRASIL, 1993).

Em relação às políticas sociais do Estado, no que se refere à efetivação da garantia dos direitos sociais, o quadro desenhado nestas duas décadas, de 1988 aos dias de hoje, revela que o atendimento aos direitos, entre eles o direito ao Esporte, ainda não está consolidado. O

que se verifica é uma ação restrita do Estado, por vezes caracterizada pelo não atendimento e pela deteriorização dos serviços relacionados aos direitos sociais relativos a Saúde, a Educação, a Cultura e a Segurança, apesar do período de normalidade democrática e dos mecanismos que propiciam a representação e a participação da Comunidade (CUNHA; CUNHA, 2003).

A busca da efetividade das políticas sociais, pautada em medidas que visam a transformação da gestão pública local de governos estaduais e municipais, é referenciada desde o final dos anos 1970. Nesta época, estas ações se baseavam na participação popular e na descentralização, através de mutirões, conselhos de saúde e educação, cooperativas habitacionais, configurando-se em ações “inovadoras”, “[...] à medida que procuravam estabelecer novas práticas e criar novas instituições que rompessem com o padrão autoritário e excludente do período anterior” (FARAH, 2006, p. 45).

Em termos políticos e de gestão, as políticas sociais têm se desenvolvido a partir da descentralização das ações federais para os municípios, deflagrada pelo processo de modernização administrativa implantado no âmbito federal, referenciada por Bresser Pereira (2001b). Segundo o autor, um dos caminhos percorridos pelo Brasil em termos de reforma administrativa é o da busca da implantação da visão gerencial das políticas federais, que por um lado pode levar à modernização da administração pública, mas por outro, proporciona uma prevalência cada vez maior dos interesses do Mercado.

2.2 POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE: ARTICULAÇÃO ENTRE ESTADO, MERCADO E COMUNIDADE

As relações entre Estado, Mercado e Comunidade se encontram em processo permanente de reformulação na sociedade capitalista moderna. No Brasil, assim como em outros Estados capitalistas, estas transformações se refletiram na administração pública federal assim como em Estados e Municípios, decorrentes do processo neoliberal implantado no País.

Em conferência realizada no Seminário “Sociedade e a Reforma do Estado” do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), realizado em 1998¹¹, Claus Offe analisa as relações entre os três componentes da ordem social – Estado, Mercado e Comunidade – em termos macro-sociais partindo de sua colocação sobre a necessidade de considerar os novos arranjos institucionais quando se trata dos três componentes da ordem social. Para Offe (1998) esses componentes são assim definidos:

- Estado - entendido como uma “criação da razão humana”, com a razão definida como a “[...] capacidade dos indivíduos de encontrar e reconhecer o que é bom para todos (grifo do autor)”, que enfatiza as fortes capacidades governativas como chave para a ordem e a justiça social.
- Mercado - caracterizado como o componente evidentemente direcionado pelo interesse pela aquisição intencional de bens individuais, sustentado pela doutrina que propõe “[...] confiar na coordenação social a ser efetivada através da sinalização dos preços e ainda defendendo a privatização, a desregulação e a demolição dos direitos, particularmente o direito ao trabalho”.
- Posições comunitárias - fundamentam a coesão social no significado, na missão e na identidade de grupos e comunidades – pessoas integradas através de paixões humanas (como amor, honra, orgulho ou senso de fidelidade e afeição) com identidade, senso de pertencimento e compromisso ético.

No Esporte, a partir de 1993, diversas Medidas Provisórias, Decretos e novas Leis foram elaboradas e aprovadas no sentido de ajustar as estruturas econômico-administrativas e de estabelecer novas diretrizes para o Esporte no País, entre elas a Lei nº 9.615 (BRASIL, 1998). Apesar de mantidos os princípios relacionados à democratização, à autonomia, e à descentralização, as orientações normativas tiveram como característica reforçar o atendimento aos históricos interesses políticos, organizacionais e mercantis, especialmente os de grupos associados ao Futebol, os do Esporte de alto rendimento, que ainda aparece como a tônica das políticas públicas da área (LINHALES, 1998; MANHÃES, 2002; VERONEZ, 2005).

¹¹Texto da Conferência “The present historical transition and some basic design options for societal institutions”, apresentada no Seminário “Sociedade e a Reforma do Estado” do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 26-29 de março de 1998 (traduzido pela autora).

Em 1999, o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP) elabora o Plano Nacional de Desenvolvimento do Desporto (BRASIL, 1999, p. 17), que determina os objetivos e as diretrizes para o Esporte no País. Os quatro objetivos gerais do Plano englobam aspectos voltados para:

- o desenvolvimento científico, tecnológico e de recursos humanos no Esporte;
- o estímulo a resultados expressivos nas competições internacionais como busca do “[...] ideal do Brasil como potência olímpica e esportiva” (BRASIL, 1999, p. 17);
- o incentivo a atividades econômicas ligadas ao Esporte para a geração de mais empregos e renda;
- a consolidação da democratização da prática esportiva no país, como instrumento de inclusão social e plena cidadania.

Mais uma vez são pontuados, e talvez agora de maneira mais clara e direta em um plano federal para a área, a valorização do Esporte de alto rendimento e o atendimento dos interesses do Mercado atrelados a ele. Os interesses de grupos econômicos são cada vez mais atendidos pelas parcerias entre poder público e a organização esportiva. Estas parcerias são caracterizadas por Bracht (1997) como um grande *lobby* econômico internacional sob a perspectiva da chamada Indústria do Esporte e da Indústria do Entretenimento, com foco na produção de eventos e de espetáculos esportivos (CASTELLANI FILHO, 2006; VERONEZ, 2005).

Mesmo em ações que se fundamentam no discurso da socialização, muitas vezes o que se evidencia é o objetivo fomentar a socialização de “[...] atividades esportivas e de consumo. As pessoas passam a ser consumidoras dos produtos (e sub-produtos) oferecidos pela indústria esportiva/lazer” (BRACHT, 1997, p. 89), configurando-se na predominância de interesses privados sobre os sociais. Estes interesses também se refletem no âmbito municipal, especialmente nas grandes cidades, no que se refere aos espaços públicos destinados à prática esportiva e de lazer cedendo espaço para empreendimentos comerciais (GEBARA, 2002).

A efetividade das políticas sociais de Esporte no Brasil tem sido questionada a partir da entrada do país na “onda neoliberal”, especificamente quanto ao papel do Estado no desenvolvimento dessas políticas e suas relações com o Mercado e a Comunidade (LINHALES, 1998; OLÉIAS, 1999; SILVA, 1999; STIGGER, 1998). Importante análise das políticas de Esporte pós-Constituição, entre 1988 e 2002, durante o Governo Fernando Henrique Cardoso foi feita por Veronez (2005). O autor confirmou a hipótese levantada sobre

as possibilidades de ampliação da participação da população no Esporte, em termos do acesso e da universalização do direito social. No entanto, o autor conclui que as mudanças ocorridas ficaram muito aquém das esperadas e avalia que “[...] no jogo entre o público e o privado, no período abordado pelo estudo, é evidente que o Estado joga a favor do privado” (VERONEZ, 2005, p. 358), em detrimento da universalização do Esporte como direito social e da construção de uma “cidadania esportiva”.

Assim como verificado em relação a outras políticas sociais, análises realizadas entre 1998 e 1999 por diferentes autores avaliam que as políticas de Esporte não podem ser consideradas efetivamente como políticas sociais, fundamentados em aspectos como:

- o não reconhecimento do direito ao Esporte pelas administrações;
- a incongruência da valorização das políticas de Esporte ao mesmo tempo em que há grandes dificuldades de acesso a outros direitos sociais;
- a pequena capacidade das organizações de Esporte se fazerem representar quanto às reivindicações populares durante o processo de redemocratização do País (LINHALES, 1998; PEREIRA FILHO, 1998; PINTO, 1998; SILVA, 1999; STIGGER, 1998; ZINGONI, 1998).

Pode-se considerar a ausência de representações que defendam o Esporte como uma necessidade ou direito social e a quase não existência e não efetiva participação da Comunidade nos mecanismos de controle nas políticas sociais coadjuvantes desta utilização “mercantilizada” do Esporte. Linhares (1998) avalia as políticas públicas sociais para a Educação Física/Esportes e Lazer no Brasil, com base em argumentos de Offe relativos aos condicionantes na realização de sistemas sociais em democracias capitalistas:

[...] é necessário analisar as capacidades de organização e de conflito de que uma necessidade social – no caso, o esporte/lazer – pode dispor para se fazer representar junto ao Estado, de modo que o poder público promova sua institucionalização em bases democráticas” (LINHALES, 1998, p. 77)¹².

Como caminhos para superar este quadro, Linhares (1998) aponta a possibilidade de que organizações sejam capazes de interferir junto o Estado para desequilibrar as forças que privilegiam o mercado e que projetos políticos democráticos sejam construídos no sentido

¹² Para Linhares (1998) a Educação Física Escolar é analisada como componente curricular e desta forma a discussão sobre sua legitimação deveria estar inserida no bojo das políticas públicas para a Educação.

de dificultar o trânsito dos interesses que defendam a seleção, a exclusão e os particularismos (LINHALES, 1998).

As posições de Offe quanto aos interesses da Comunidade e sua participação no controle social das políticas sociais foram marcantes do processo de reforma da administração pública no Brasil, iniciado nos anos 1990, e ainda em curso, segundo Bresser Pereira (2001a; 2001b), que envolve aspectos políticos, econômicos e administrativos. Em relação ao serviço público, o autor considera que a reforma administrativa vem recebendo crescente atenção nos anos 1990 porque:

[...] os cidadãos estão se tornando cada vez mais conscientes de que a administração pública burocrática não corresponde às demandas que a sociedade civil apresenta aos governos no capitalismo contemporâneo. Os cidadãos exigem do Estado muito mais do que o Estado pode oferecer (BRESSER PEREIRA, 2001b, p. 246).

Segundo Offe (1998, 2000), para que os regimes democráticos se consolidem e sejam superadas as relações de contraposição entre Estado, Mercado e Comunidade, é necessário se considerar os “novos designs”, ou novos arranjos institucionais [grifo do autor] (OFFE, 1998, 2000) através da:

[...] recombinação, com sintonia fina e crítica, flexível, assim como imaginativa, desses três componentes díspares da ordem institucional, impulsionada pelo ‘capital social’ disponível da sociedade civil (OFFE, 1998, p.12).

Dentre as falácias do sistema capitalista, Offe identifica, como característica dos países da América Latina, o que denominou de patologia da capacidade “mínima” de governar, ou seja, quando o Estado se “esvazia” ante as violentas forças políticas liberais ou sob o impacto de severas crises fiscais. Para Offe (2000), o Estado capitalista é no mínimo chamado a proteger a vida, a propriedade (poder de trabalho) e a liberdade dos cidadãos. O poder do trabalho se dá através da garantia do Estado à educação, ao treinamento vocacional, à habitação; e pela garantia de leis trabalhistas individuais e coletivas e de seguridade social. A proteção à vida se manifesta em ações relativas a defesa militar, aos serviços básicos de saúde, a proteção dos cidadãos frente à violência “civil” provocada por outros cidadãos. Como caminho para a superação dessa “falácia”, Offe propõe:

[...] a estabilidade e a ordem social através das instituições não podem estar relacionadas somente a um destes padrões – estado, mercado, comunidade –, nem mesmo de dois deles, com a ressalva de que há a necessidade dos três

fundamentos da ordem social, mantendo-se a distância adequada dos extremos de soluções “puras” e evitando-se fazer um uso “mínimo” de um deles (OFFE, 1998, p.5).

Em relação ao Esporte, a ausência da garantia desses serviços e direitos, realidade no Brasil, como vimos, tem levado a uma prevalência dos interesses do Mercado nessa área, fortalecidos pela geração e ajustamento contínuo das normas da lei civil e pelo reforço da garantia dessas normas pelo estado organizado. Soma-se a este quadro a não apropriação do direito ao Esporte pela sociedade, como apontou Linhales (1998).

A partir dessa avaliação, o que se verifica é que a busca da garantia do direito social, quando acontece, se dá a partir da inclusão do Esporte na pauta de reivindicações populares, via de regra em relação ao Lazer, especialmente em determinadas administrações municipais durante o processo de redemocratização do País (MELO, 2005).

Um outro aspecto da realidade das políticas de Esporte, como acontece em outras áreas, é a implementação de políticas públicas por organismos da sociedade civil, o chamado “terceiro setor”, movimento crescente no País a partir dos anos 1990, denominado por Bresser Pereira e Grau como setor público não-estatal:

[...] são organizações ou formas de controle “públicas” porque voltadas ao interesse geral; são “não-estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja por não utilizarem servidores públicos, seja por não coincidirem com os agentes políticos tradicionais (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999, p. 16).

Este movimento tem sido incentivado pelo Estado em seu novo papel, consoante com o projeto neoliberal implementado, no qual se redefine a relação entre Estado e sociedade no sentido da “colaboração”, com incentivo e financiamento das ações pelo Estado. Para que haja mudança neste quadro, no sentido de se “neutralizar” a forte prevalência dos interesses do Mercado, essa poderia ser uma via da participação da sociedade, desde que com capacidade crítica e com organização independente do Estado, no processo de gestão das políticas no nível local.

[...] No redesenho das relações estado-sociedade está embutida a capacidade de criticar e reconstruir os arranjos institucionais existentes, [...] através de uma cultura de civilidade que se revela ‘no meio’ dos pólos de nosso triângulo conceitual de soluções “puras” e de alguma forma obsoletas (OFFE, 1998, p.12).

Voltando à questão da reforma e da ação político-administrativa, que busca superar o modelo de administração pública burocrática criticada por Bresser Pereira (2001b),

Offe (1998, 2000) apresenta os três modelos que podem explicar a lógica da produção de políticas públicas. O autor ressalta que os mesmos não são excludentes e não são percorridos historicamente de forma consecutiva:

- o modelo burocrático baseia-se na hierarquia e na divisão de trabalho, sendo fixado, a cada momento, quem deve dar ordens a quem e em que sentido, ficando excluída a possibilidade de negociação;
- o modelo de política administrativa sócio-estatal define os resultados projetados da ação administrativa (tarefas e sua realização) como critérios de avaliação para a ação administrativa interna e seu processo decisório;
- o modelo de consenso político apresenta como tarefa central a obtenção de consenso e a harmonização de interesses no seu ambiente interno e externo, buscando, entre outros aspectos, a necessidade de abrandar, pela negociação, a resistência de grupos antagônicos com poder de veto e de pressão, mas também na relação com sua própria clientela.

Embora reconheça que o problema da política administrativa consista no fato de que ela está exposta aos três modelos – burocrático, sócio-estatal e de consenso, coloca como hipótese plausível “um deslocamento de ênfase” para as duas últimas dimensões. No modelo do consenso, segundo o autor, a administração muitas vezes só pode exercer suas funções concretas no momento em que pode se apoiar na disposição dos grupos sociais interessados para colaborarem no esforço de alcançar as metas administrativas. Desta forma, defende a tese de que a administração precisaria harmonizar seus fundamentos jurídicos, suas funções e os interesses de seus clientes e grupos de referência:

[...] A administração pública se vê hoje em dia confrontada em muitos dos seus campos de atuação com uma situação em que a execução de planos e funções estatais não pode se mais assumida unicamente pela administração. O próprio cidadão individual e suas organizações sociais assumem uma função executiva (OFFE, 1984, p. 226).

Especialmente no que se refere às “relações de produção características dos *serviços* [grifos do autor]” um dos traços destacados como comum a quase todas as formas de serviço é a coincidência no tempo e no espaço da produção e do consumo. Outra característica se refere à separação entre produtor e consumidor, que segundo Offe (1984) perde nitidez uma vez que a produção se realiza essencialmente pela interação entre seus agentes com os seus usuários (escolas, hospitais, cadeias, sistemas de assistência social e de transportes), e à

definição de papéis “positiva e cooperativa” dos usuários torna-se “[...] decisiva para determinar o êxito, os custos, e a duração da tarefa administrativa” (OFFE, 1984, p. 227).

Assim como no modelo de política administrativa sócio-estatal, que Offe (1984) caracteriza como calcado nos resultados projetados da ação administrativa como critérios de avaliação para a ação administrativa interna e seu processo decisório, Bresser Pereira (2001a) caracteriza a administração pública gerencial, proposta no “Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado¹³”, como aquela orientada para a obtenção de resultados e orientada para o cidadão, tendo como estratégias a descentralização e o incentivo à criatividade e à inovação, absorvendo claramente os conceitos apresentados por Offe.

Ainda para Bresser Pereira (2001b, p. 265), a reforma “[...] será executada em três dimensões: a) a institucional-legal, por meio da qual se modificam as leis e se criam ou modificam Instituições; b) a cultural, baseada na mudança dos valores burocráticos para os gerenciais; e c) a da co-gestão”. Esta última é considerada pelo autor como a mais difícil, que requer sejam postas em prática novas idéias gerenciais e oferecido à sociedade um serviço público “[...] efetivamente mais barato, mais bem controlado e de melhor qualidade” (BRESEIR PEREIRA, 2001b, p. 265).

Para que se implementem estratégias de racionalização administrativa e inovações sócio-políticas, Offe (1984) defende, entre outras, a tese de que uma verdadeira reforma administrativa deve se refletir na qualidade, na condição e na democratização do acesso aos serviços e estarem pautadas no modelo de consenso político, ou seja, considerando a busca do equilíbrio entre os três vértices do triângulo Estado, Mercado e Comunidade através da harmonização de interesses, negociação e relação com a Comunidade.

A articulação com o Mercado, como vimos, é histórica e marcante no Esporte, com claros reflexos na própria legislação esportiva nacional. Já a participação da Comunidade na elaboração e condução de políticas de Esporte é orientação mais recente no âmbito federal, e surgiu através da busca de representação de interesses de grupos específicos, por exemplo, atletas de alto rendimento e organizações públicas e privadas que desenvolvem atividades de Esporte, e não de movimentos e iniciativas da sociedade civil.

Mascarenhas (2007, p. 32) analisa as conseqüências do que denomina de “[...] processo de despolitização e filantropização das políticas sociais, especialmente das políticas setoriais de lazer [...]”, a partir da retração da participação estatal na condução das políticas

¹³ Ver BRASIL, Presidência da República, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, nov. 1995.

públicas que propiciaram uma significativa expansão da ação de organizações sociais não-estatais sem fins lucrativos:

[...] o Estado, supostamente burocrático e ineficiente, de um lado, e o aparente questionamento do mercado, por sua exclusiva inclinação para o lucro, de outro, deram forma às justificativas para a escolha das instituições que deveriam dar conta dos problemas sociais, sobretudo aqueles relacionados à segurança, atacando os focos de instabilidade sistêmica [...] (MASCARENHAS, 2007, p. 32-33).

Articulação e participação passam a ser considerados de maneira mais explícita nas diretrizes federais para políticas de Esporte do Ministério do Esporte (ME), criado em 2003 pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva. A construção de uma nova Política Nacional que garanta o direito social e o compromisso quanto a democratização da prática é assumido já no escopo de sua ação, embora, ao nosso ver, já parta de um pressuposto aparentemente equivocado:

[...] O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano [...] (BRASIL, 2005).

Tal assertiva em relação ao papel do Ministério reforça a fortíssima vinculação com os valores e interesses voltados ao Esporte de alto rendimento. Ao iniciar a descrição de suas atribuições, expressando a idéia “além de desenvolver o esporte de alto rendimento” como ponto de partida para apresentar uma proposta de mudança de visão, o Ministério ao nosso ver tem a preocupação de deixar bem claro que os interesses dos envolvidos com essa manifestação esportiva, quais sejam, as organizações do Mercado que investem no Esporte de competição (empresas privadas e estatais) permanecerão “assegurados”. Ora, pode-se considerar que há no mínimo uma inversão na colocação de atribuições, pois o Esporte de alto rendimento não deveria ser prioridade no País, embora seja amplamente apoiado por empresas estatais como Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Correios, entre outras.

A I Conferência Nacional do Esporte¹⁴, realizada em 2004 (BRASIL, 2004), foi o mecanismo de participação da sociedade utilizado pela primeira vez no país no processo de formulação das políticas públicas para o Esporte e o Lazer. Foram estabelecidos os princípios

¹⁴ Realizada pelo Ministério do Esporte, através de etapas municipais, estaduais e no Distrito Federal, entre março e junho de 2004, nas quais foram desenvolvidos debates, palestras e fóruns; e uma etapa nacional, a I Conferência Nacional do Esporte, de 17 a 20 de junho de 2004, em Brasília.

do Sistema Nacional do Esporte e do Lazer reforçando a questão da democratização do acesso e englobando orientação para a democratização da gestão, ao assumir em seus princípios para o Esporte e o Lazer:

- [...] 1. O projeto histórico de sociedade comprometido com a reversão do quadro de injustiça, exclusão e vulnerabilidade social ao qual se submete grande parcela da nossa sociedade;
- 2. O reconhecimento do esporte e do lazer como direitos sociais;
- 3. A inclusão social compreendida como a garantia do acesso aos direitos sociais de esporte e lazer a todos os segmentos, sem nenhuma forma de discriminação, seja de classe, etnia, religião, gênero, nível socioeconômico, faixa etária e condição de necessidade especial de qualquer espécie;
- 4. A gestão democrática e participativa, com ênfase na transparência no gerenciamento dos recursos [...] (BRASIL, 2005, p. 15-16).

A perspectiva do modelo do consenso de Offe, especialmente quanto à harmonização de interesses, e em relação ao Estado se apoiar na disposição dos grupos sociais em colaborar para se alcançar metas administrativas, e a da dimensão da co-gestão na administração pública gerencial (Bresser Pereira) no processo de reforma do Estado, podem ser identificadas nas diretrizes e nos objetivos propostos para o Sistema e a Política Nacional de Esporte (PNE). A descentralização da gestão e o conceito de controle social se inserem também nesta perspectiva nas diretrizes:

- [...] 1. Descentralização da política esportiva e de lazer;
- 2. Gestão participativa;
- 3. Universalização do acesso;
- 4. Controle social da gestão pública;
- 5. Desenvolvimento da nação;
- 6. Integração étnica, racial, socioeconômica, religiosa, de gênero e de pessoas com deficiência e com necessidade especial de qualquer natureza;
- 7. Desenvolvimento humano e promoção da inclusão social [...] (BRASIL, 2005, p. 15-16).

As conclusões desta Conferência reforçaram os princípios relacionados à descentralização e à necessidade da articulação com a sociedade para a determinação de diretrizes para a ação (BRASIL, 2004). Em especial nas diretrizes, quanto ao processo de descentralização, o envolvimento da iniciativa privada é expresso como limitado, e justificado, sem que se refira em qual “caso” ele se daria, na Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005) elaborada a partir da I Conferência:

- [...] O desenvolvimento da Política de forma descentralizada, ao mesmo tempo em que integra as instituições, prioriza a transferência de competências

aos entes federativos, inclusive a iniciativa privada, quando for o caso, e exige compromisso daqueles envolvidos no processo [...] (BRASIL, 2005, p. 75).

Em outro ponto do documento, a avaliação é expressa no sentido de que naquele momento (2004) o país já possuía iniciativas, governamentais e da sociedade em geral, no sentido de definir e potencializar uma política consistente para garantir o direito ao esporte a todos os cidadãos brasileiros, mas que eram necessárias outras iniciativas para que se atingisse as “necessidades do país”, dentre elas a articulação com a sociedade:

[...] Além da necessária atualização da legislação esportiva, da definição do esporte e de suas dimensões, entre outras questões que a exigem, tornam-se urgentes a reorganização e **a articulação das ações dos governos e da sociedade** de forma a traçar metas adequadas às necessidades do País, que também são tratadas no Estatuto do Esporte¹⁵ [...] (BRASIL, 2005, p. 53, grifo nosso).

Novamente, a iniciativa privada aparece na PNE como elemento na articulação para a formulação de políticas sociais de esporte, como possibilidade de fonte de recursos para sua implementação:

[...] Para transformar o esporte efetivamente em política de Estado é imperativo que se aprofundem os vínculos institucionais de forma a estabelecer uma rede de intervenção desenvolvendo, primeiramente, **ações de colaboração e cooperação entre o Ministério do Esporte e os demais Ministérios, entre a União, os Estados e os Municípios e entre os entes governamentais, não governamentais e a iniciativa privada**. A aproximação dessas instituições poderá frutificar na **consolidação de parcerias, permitindo a potencialização das iniciativas, evitando a fragmentação dos recursos e favorecendo a continuidade dos programas**. Concentrar esforços e otimizar a utilização dos recursos é o primeiro passo para o alcance dos objetivos pretendidos [...] (BRASIL, 2005, p. 71, grifo nosso).

Reforçando os argumentos relativos à articulação, a proposta da construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com o objetivo de unificar a ação dos atores em todo o país, é baseada no esquema de racionalidade administrativa e no controle social:

[...] existem poucas maneiras de solucionar uma situação em que aumentam as necessidades sociais e as demandas organizadas, como é o caso do esporte. **A racionalidade das ações e o controle social podem multiplicar seus efeitos e, para isso, é fundamental que haja articulação entre as esferas de governo – União, Estados e Municípios –, os poderes – Executivo e**

¹⁵ O Estatuto do Esporte (proposta de mudança da legislação do Esporte no país) até a conclusão deste trabalho não havia sido aprovado pelo Congresso Nacional.

Legislativo –, as entidades esportivas e a sociedade, de forma que todos trabalhem em torno de objetivos comuns. Só assim será evitada a duplicação de esforços e as ações passarão a ser coordenadas, ampliando-se o foco de atuação [...] (BRASIL, 2005, p. 70-71, grifo nosso).

Desta forma, pode-se dizer que a articulação entre Estado, Mercado e Comunidade é assumida como essencial para a consecução de políticas sociais, com indicativos da necessidade de consenso e da construção de objetivos comuns que deveriam ser traçados e atingidos através de “parcerias”.

No âmbito municipal, as ações relativas às políticas sociais têm se constituído como “[...] um processo não-linear, marcado por avanços e retrocessos” (FARAH, 2006, p. 41), o que não descaracteriza a sua importância na criação e desenvolvimento de políticas sociais. Os municípios desempenham um papel-chave no processo de gerar de forma democrática e negociada a articulação dos interesses sociais. Como já destacamos, a articulação dos interesses se dá a partir dos três elementos do triângulo proposto por Offe (1998): os poderes do Estado, das empresas privadas e das organizações da sociedade civil (DAWBOR, 1999). No Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), a articulação é colocada em termos de cooperação entre Estado, Mercado e Comunidade:

[...] III – cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social; [...]
V – oferta de equipamentos urbanos e comunitários, transporte e serviços públicos adequados aos interesses e necessidades da população e às características locais; [...] (BRASIL, 2001).

No nível do município, Dawbor (1999), ao discutir caminhos e práticas diante dos novos desafios sociais a serem enfrentados no século XXI, parte dos pressupostos de Offe (1998) quanto ao “triângulo dos três fundamentos da ordem social”, sinalizando a necessidade de repensar caminhos. A cidade, entendida como um espaço político no qual se estabelecem relações sociais concretas, constitui-se num local possível de se promover um pacto econômico e social que tem de ser construído. Como tal, o município, com organização política calcada em princípios democráticos, teria elementos para construir a articulação equilibrada de todos os interesses que estão em jogo, no sentido de superar clientelismos e assistencialismos:

[...] Milhares de cidades no mundo são organizadas de maneira equilibrada, apresentam alta qualidade de vida e geram de forma democrática e negociada a articulação dos interesses sociais, econômicos e ambientais. E

não é a falta de idéias ou de soluções técnicas que nos segura. O nó da questão está geralmente situado numa articulação perversa de empreiteiras ou outros caciques econômicos, de políticos corruptos, de especuladores imobiliários e de empresas de mídia, que formam um quadrilátero de forças que bloqueia a evolução para a modernidade [...] (DOWBOR, 1999, p. 6).

Os temas articulação e participação são manifestados no ponto de partida das considerações do autor. A articulação dos “três elementos do triângulo” é colocada como um conceito-chave no sentido de não ser necessário mais se escolher entre o Estado e o privado, mas sim articular interesses numa proposta nova, difícil de se aprender e concretizar, na qual o município desempenha um papel-chave: atingir os objetivos sociais de maneira democrática (DOWBOR, 1999). Para tanto, seriam necessários mecanismos institucionais que permitam aos atores da Comunidade se informar, se manifestar e participar do processo de tomada de decisão juntamente com os atores políticos e econômicos. Esta atuação da Comunidade seria uma forma de equilibrar os vértices do triângulo.

2.3 POLÍTICAS SOCIAIS DE ESPORTE: GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO

Após 1988, o processo de descentralização das políticas sociais para os municípios levou a uma série de ajustes políticos e administrativos das diferentes administrações locais, dentre os quais ações mais diretamente voltadas ao incentivo da participação popular, em administrações democráticas populares; e medidas administrativas visando democratizar o acesso aos diferentes atores na tomada de decisões sobre políticas sociais, como coordenadorias, comissões ou conselhos municipais.

Dada a crescente importância dos governos locais no desenvolvimento de políticas sociais, a gestão dessas políticas, nas últimas décadas, tem se dado em muitos casos sob as perspectivas gerencial e democrática, “[...] tendem a estar presentes hoje em todas as políticas que se propõem inovadoras” (FARAH, 2006, p. 71) e têm pesos diferentes, dependendo do perfil do governo local responsável pela implementação de uma iniciativa ou programa específico.

A gestão democrática se dá pela superação das formas de dominação na relação Estado-sociedade, baseada, até então, no clientelismo, superação essa atingida pela promoção da democratização do acesso aos serviços públicos e pela abertura de canais de participação nos processos decisórios, para a efetiva solução de problemas, superando formas de

atendimento ineficazes e meramente formais ao cidadão. Para tanto, seriam necessárias mudanças nos processos organizacionais e institucionais para a prestação de um serviço público, expressas através de “[...] mudanças de regras e procedimentos no processo decisório, assim como de abertura para uma interação com novas demandas e atores [...]” (JACOBI; PINHO, 2006, p. 8).

A abertura de canais de participação nos processos decisórios se insere no bojo dos processos políticos e administrativos, com a flexibilização e a democratização desses processos no sentido de se concretizar a participação dos atores na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas. Na gestão das políticas de Esporte e Lazer configuram-se delineamentos segundo apontamentos de diferentes autores¹⁶, a partir dos quais pode-se identificar alguns focos comuns que se fundamentam na visão “gerencial” dessas políticas.

Um ponto de convergência da visão desses autores sobre a gestão de políticas públicas de Esporte e Lazer é a via da gestão democrática, que nas diferentes comunidades tem se dado de maneira mais ou menos abrangente, seja quantitativa ou qualitativamente, e que tem sido estimulada em diferentes graus nas administrações municipais, em especial nas chamadas administrações democráticas populares.

Outro ponto de convergência recai sobre o que Pinto (2003, p. 244) define como políticas “[...] tecidas na óptica inclusivo-participativa”, e que pressupõem a ação do conjunto dos atores envolvidos – população-alvo, gestores, provedores, parceiros dos diversos segmentos (poder público, privado e o chamado terceiro setor) – resultado de vários processos articulados, especialmente a partir da criação de espaços ou da construção de “lugares” onde se constroem novos pactos para a efetivação dos direitos.

A abordagem de Menicucci (2006) em relação ao Lazer se concentra na definição de conteúdos do Lazer, a partir dos quais seriam construídas as políticas locais. A autora enfatiza a necessidade da “[...] construção política no sentido e do significado do lazer na sociedade [...]” para se definir “[...] conteúdos e estratégias para uma política de lazer” (MENICUCCI, 2006, p. 156). Em termos de estratégias para a gestão dessas políticas são consideradas a participação popular, a intersetorialidade, a territorialidade e a articulação entre os atores individuais e institucionais dos setores público e privado.

Pinto (2003), analisando políticas locais de Esporte e Lazer, parte de critérios como equidade, participação, sustentabilidade, eficiência, eficácia e efetividade social, e

¹⁶ Ver: MENICUCCI, 2006; PINTO, 2003; STIGGER, 1998; ZINGONI, 2003.

apresenta o que define como “mínimo de princípios orientadores” para a avaliação e inovação da gestão das políticas sociais: os Conteúdos Políticos, o Escopo da Gestão, a Modernização da Gestão e as Características Institucionais do setor público.

Nas duas abordagens, a articulação entre Estado, Mercado e Comunidade e, em especial, a prevalência dos interesses do Mercado não são evidenciados. O Mercado e a iniciativa privada são considerados como “parceiros” ou atores sociais, dentre os demais, que teriam papel na dimensão da “cooperação”, na busca de dar respostas aos problemas sociais e na gestão das políticas sociais, ao participar de Conselhos e Redes articuladoras dos interesses locais.

Quanto à participação da Comunidade, iniciativas que levem à democratização da gestão pública e a criação de ambientes favoráveis à ação da sociedade civil, são consideradas pelos autores como caminhos para se romper práticas tradicionais da cultura política. Para tanto, deveriam ser implantados e estimulados mecanismos que permitissem a promoção da participação da Comunidade, dos servidores e dos dirigentes para se concretizar mudanças na gestão das políticas públicas quanto ao direito ao Esporte e ao Lazer. No entanto, na avaliação feita por Stigger (1998), a ação dos governos é marcada pela centralização das decisões:

[...] Nesse aspecto, não é difícil identificar que, na maior parte das políticas governamentais, o poder de decisão fica restrito ao instituído, representado pelos políticos e/ou pelos profissionais técnicos, ficando a população fora do processo decisório. Dessa forma caracterizam-se as políticas desenvolvidas *para* a população, diferentes das desenvolvidas *com* a população [...] (STIGGER, 1998, p. 92, grifo do autor).

Alguns estudos recentes foram desenvolvidos no sentido de se verificar a efetividade das ações de administrações estaduais e municipais que incentiva a participação da Comunidade em políticas de Esporte. A ação da sociedade civil no processo de gestão do projeto social de Esporte na Vila Olímpica da Maré (RJ) foi estudada por Melo (2005). O autor identifica como um possível marco da atuação da Comunidade a criação de uma Organização Não-Governamental (ONG) para administrar o projeto. O autor conclui que o fato da ONG criada ser constituída por representantes diretos do Executivo Municipal, de empresas, de representantes de associações de moradores e de outras ONGs não propiciou a participação e a mobilização da sociedade civil. O modelo de gestão proposto não desvinculou o projeto da administração municipal, e a participação de entidades como Universidade e entidades privadas na gestão se deu meramente na dimensão técnica e de

financiamento, se efetivando neste caso como desenvolvimento de uma política social regida pelo discurso do assistencialismo e da solidariedade.

A participação da população também foi tema de estudo desenvolvido por Amaral (2003) sobre as políticas públicas de Lazer desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre. A autora conclui que o processo de co-gestão comunitária, proposto pela Secretaria, nem sempre se alinha com o discurso adotado pela administração popular petista, e para que a participação cidadã ultrapasse o *status* de utopia é necessário o estabelecimento de novas bases de relacionamento entre a sociedade civil e o poder público. No caso estudado pela autora, fica evidente que a participação da sociedade, embora criadas condições institucionais para tanto, não tem se efetivado de forma consistente no nível municipal.

Outros estudos, desenvolvidos em Pernambuco e Goiás, enfocam casos de políticas de Esporte e de projetos voltados à Comunidade, em que está em jogo a participação da Comunidade na gestão das políticas e de projetos. Os resultados obtidos evidenciam que, apesar da proposta participativa dos governos (dois municipais e um estadual), houve um distanciamento entre as propostas participativas e a realidade observada, com a não configuração ou efetivação de espaços de participação para a Comunidade envolvida (BATISTA, 2002; LEAL, 2002; MENEZES, 2001).

Silva (2005) apresenta resultados expressivos quanto a participação em uma experiência inovadora em termos de políticas públicas implantada no Recife-PE: os Círculos Populares de Esporte e Lazer. A partir da vitória das forças democráticas e populares na eleição municipal de 2000, o autor participou da elaboração e da implantação de projetos de Esporte e Lazer para a cidade, e em especial para a juventude das classes Populares, sintonizados com os objetivos da gestão local: inverter prioridades, promover a participação popular e contribuir para a elevação da consciência política da população. A partir da pesquisa-ação realizada no projeto Esporte do Mangue, o autor concluiu que:

[...] As aproximações traduzem a pesquisa-ação como uma das estratégias de luta contra a hierarquização das estruturas administrativas das burocracias governamentais. Os vários seminários e instâncias decisórias foram espaços propícios para experiências mais democráticas de gestão. Se bem exercitadas e aperfeiçoadas elas podem avançar muito mais na construção de novas formas de relacionamento dos gestores também com a população. Inclusive a própria disposição de enfrentar uma experiência de pesquisa-ação, que implica em socialização constante de informações e poder já indicam uma larga vontade de mudança de postura e atitude gestora. (SILVA, 2005, p. 270).

Especificamente quanto a participação dos jovens, o processo vivido nos Círculos Populares de Esporte e Lazer possibilitou o desenvolvimento de políticas com a população, conforme as colocações de Stigger (1998). Os jovens, de acordo com Silva (2005) tiveram uma efetiva atuação nas políticas de Esporte e Lazer do município:

[...] É possível afirmar que as mediações realizadas nesses diferentes momentos foram fundamentais para o processo de auto-organização dos jovens, gerando iniciativas cada vez mais autônomas como no caso da organização dos jovens para o processo de participação no Orçamento Participativo e na formação dos organismos juvenis de hegemonia. Esse processo também pode ser observado na formação dos Agentes Comunitários de Esporte e Lazer que levou os jovens a coordenarem vários momentos do III Encontro Municipal de Esporte e Lazer sem a interferência direta dos Educadores Sociais (SILVA, 2005, p. 263-264).

Fica evidenciado que o controle social das políticas públicas não tem se dado de maneira efetiva na maioria das políticas locais de Esporte pesquisadas, provavelmente por ter sido uma diretriz incorporada recentemente nas políticas públicas do País e mais recentemente ainda na Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005). As experiências mais positivas são oriundas da atuação de alguns governos de estados e municípios administrados por “[...] partidos comprometidos com o ideário de esquerda, no qual o conceito de gestão ganhou sentido bastante distinto daquele adotado pelo campo conservador [...]” (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 128).

Em termos da participação da população nas políticas públicas no âmbito federal, um marco importante foi a atuação de movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime autoritário que vigorava no Brasil desde a década de 1960. Na luta pela redemocratização do País, a atuação de diferentes atores sociais foi determinante na “[...] discussão e determinação de novas formas de organização e gestão das políticas públicas, especialmente as políticas sociais [...]” (CUNHA; CUNHA, 2003, p. 15). A materialização dessa mobilização popular em termos nacionais se deu através da marcante participação popular na Assembléia Nacional Constituinte. A partir de então, mecanismos de controle social tiveram sua regulamentação junto a diversos setores, através de leis específicas (Sistema Único de Saúde, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Orgânica da Assistência Social) que previam instâncias de consulta e deliberação cidadãs nos três níveis: federal, estadual e municipal.

O controle social está intimamente ligado às forças associativas da Comunidade voltadas para a busca da garantia da participação nas políticas sociais, que podem ser capazes de definir e refinar constantemente o que Offe (1998) denominou de “mix correto” de arranjos

institucionais da ordem social. Offe (2000) associa o conceito de controle social ao da formação do capital social, considerado pelo autor como as disposições morais e sociais de cidadãos que levam a ampliar a confiança em concidadãos anônimos em praticar a “arte da associação” e estarem atentos a problemas e assuntos públicos:

[...] Padrões de governos justos e transparentes, a prosperidade que mercados cuidadosamente regulados podem gerar, e a vida de comunidades moderadas por princípios de tolerância, podem contribuir (e serem beneficiados por) para a formação e acumulação de capital social na sociedade civil [...] (OFFE, 2000, p. 94).

O capital social tem sido considerado como indicador da participação do cidadão nas políticas públicas no município (GOHN, 2000). Dentre as instituições sociais que favorecem o desenvolvimento deste capital social estão os centros de esporte e lazer, embora o Esporte e o Lazer tenham pouca representação nas pautas de reivindicações populares em termos de políticas públicas:

[...] Nos estudos sobre as cidades e os processos de urbanização, um novo indicador foi criado, constituindo uma categoria importante, nos parâmetros utilizados em pesquisas sobre associativismo. Trata-se do “capital social” – uma medida qualitativa que abrange as relações e as redes de articulações que um indivíduo tem. Estas relações podem ajudá-lo a prosperar, a se integrar em certos meios e círculos, ou simplesmente ajudá-lo a sobreviver. Várias instituições dão o suporte para o capital social de um indivíduo como a igreja, a escola, a associação do bairro, o sindicato, uma seita religiosa, um clube, os centros comunitários, centros de saúde, esporte, lazer. São forças sociais locais, da comunidade. Várias pesquisas realizadas nos Estados Unidos mostraram o papel do esporte para aumentar o capital social de uma comunidade [...] (GOHN, 2000, p. 190).

A participação da Comunidade no controle social das políticas públicas é tema presente nas administrações abertas a este tipo de iniciativa. No nível municipal, a participação passa a ser considerada como crucial para o atendimento dos interesses da Comunidade, e teve sua condição formalizada como diretriz no O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), vinculada ao processo de gestão democrática:

[...] marco regulatório da instrumentalização do município para o exercício do pleno desenvolvimento das *funções sociais da cidade*. Ao estabelecer princípios e diretrizes de *gestão democrática*, visa garantir a possibilidade da participação da população em todas as decisões de interesse público [...] (CASTELLANI FILHO, 2006, p. 121, grifo do autor).

O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), em seu artigo 2º, define em que termos se dará a participação da Comunidade, e sua atuação na gestão das políticas sociais:

[...] II – **gestão democrática** por meio da **participação da população e de associações representativas** dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; [...] (BRASIL, 2001, grifo nosso).

Quanto aos canais de participação, diferentes possibilidades são apresentadas no Estatuto, no artigo 48:

[...] I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 II – debates, audiências e consultas públicas;
 III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal;
 IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
 V – referendo popular e plebiscito [...] (BRASIL, 2001).

Vale lembrar que a possibilidade de participação da população em decisões de interesse público deve acontecer na elaboração, implantação e avaliação do Plano Diretor dos municípios com mais de 20 mil habitantes e os situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, o que abrange 2.342 municípios brasileiros (CASTELLANI FILHO, 2006).

Dentre as possibilidades de canais de participação da Comunidade no âmbito municipal, previstas no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), voltamos o foco de análise nessa Pesquisa para os Conselhos, que têm uma trajetória de mais de trinta anos nas políticas sociais de Saúde e Educação no Brasil, imbricada à questão da participação e das reivindicações populares junto a governos municipais e estaduais. No Esporte, além do Conselho Nacional de Esporte, estrutura presente no desenho institucional da área no País com diferentes papéis ao longo da história, este mecanismo tem sido paulatinamente implantado em Estados e Municípios, mas não foi alvo de avaliação de sua atuação.

2.3.1 Participação institucionalizada: os Conselhos Gestores

O processo histórico da implantação dos Conselhos Municipais no direcionamento das políticas públicas, nas décadas que antecederam a Constituição de 1988, está fortemente ligado aos movimentos sociais urbanos deflagrados a partir do final da década de 1970. À época, os canais de participação da Comunidade se configuravam como Conselhos Populares, Conselhos Comunitários e Conselhos de Políticas Setoriais, como os de Saúde (SANTOS, 2004). Os Conselhos Gestores, diferentemente dos Conselhos Populares e Comunitários das décadas de 1970 e 1980, são institucionalizados na Constituição Federal de 1988 como instrumentos da participação da população, como canais de expressão, representação e de mediação na relação sociedade/Estado, inseridos nos órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo.

Nos municípios, essa vinculação e sua institucionalização se dão através de deliberações nas Leis Orgânicas (GOHN, 2000). A característica da implantação de Conselhos Gestores no processo de descentralização, iniciado em 1988, também se apresenta como fortemente associada à criação de uma política pública no plano federal, uma vez que estes órgãos são inseridos e se integram aos órgãos públicos do poder executivo. Os municípios passaram, a partir de 1996, a implantar Conselhos no sentido de assegurar o acesso a fundos para o desenvolvimento de políticas e como via para institucionalizar a participação da sociedade civil nos processos de formulação, implementação e avaliação de políticas (CUNHA; CUNHA, 2003; GOHN, 2000).

A tipologia dos Conselhos, no País, é definida por diferentes autores, segundo duas vertentes comuns, a primeira voltada a questões urbanas e a segunda focada nos direitos sociais de grupos específicos (GOHN, 2000; SANTOS, 2004):

- os criados em torno da produção do espaço urbano e da oferta de serviços – como os de Meio-ambiente, Saúde, Educação, Esporte e Lazer;
- Gohn (2000) subdivide esta categoria em:
- Ação e serviços urbanos – Saúde, Educação e Cultura¹⁷;
 - Interesses gerais da Comunidade ou questão urbana – Meio-ambiente, Defesa do Consumidor, Patrimônio histórico-cultural, Moradia;
- os organizados em torno dos direitos de camadas sociais específicas e grupos etários – Portadores de Deficiência, Mulheres, Crianças e Jovens/Adolescentes, Idosos.

¹⁷ Gohn (2000) propõe uma quarta categoria formada por conselhos na área de Cultura.

Quanto à institucionalização deste mecanismo de controle social, o tema “[...] é recorrente entre os diversos movimentos sociais e entre os gestores públicos comprometidos com um desenho institucional aberto a esse tipo de iniciativa [...]” (SANTOS, 2006, p.1). O próprio significado dos Conselhos varia conforme a orientação política dos governantes locais: os setores de esquerda vêem os conselhos, e outros instrumentos de participação, como “[...] vias ou possibilidades de mudanças sociais no sentido da democratização das relações de poder [...]” (GOHN, 2000, p. 176), enquanto que para os liberais os conselhos “[...] são pensados como instrumentos ou mecanismos de colaboração [...]” (GOHN, 2000, p. 176), não privilegiando a possibilidade da participação da Comunidade no debate dos temas relativos as políticas sociais:

[...] O conceito da participação cidadã está lastreado na universalização dos direitos sociais, na ampliação do conceito de cidadania e em uma nova compreensão sobre o papel e o caráter do Estado, remetendo à definição das prioridades nas políticas públicas a partir de um debate público. A participação passa a ser concebida como intervenção social periódica e planejada, ao longo de todo o circuito de formulação e implementação de uma política pública, porque toda a ênfase passa a ser dada nas políticas públicas [...] (GOHN, 2003, p.57).

Apesar do surgimento de diferenciados espaços institucionais, muitas vezes os Conselhos são institucionalizados no formato de conselho consultivo, sem poder de decisão e deliberação, dada a não importância atribuída aos instrumentos de participação por parte da classe política e do próprio “staff burocrático”. Apesar da garantia legal do controle social, Santos (2006) avalia que no Brasil, essa garantia não significa uma situação privilegiada ou ótima de participação popular na coisa pública:

[...] É preciso fazer uma comparação entre o que a legislação prevê e o que efetivamente ocorre no interior das instituições públicas, procurando nessas quase duas décadas de experiências aquilo que se mostrou efetivo e aquilo que demonstra a fragilidade desse modelo de participação (SANTOS, 2006).

Os desafios na construção, condução e avaliação desses espaços institucionais de controle social das políticas têm sido levantados sob os mais diversos aspectos. Santos (2006) considera que o primeiro deles diz respeito à quebra do paradigma de que governar é uma “atividade restrita a gerentes”, própria da cultura burocrática e, portanto, avessa à participação cidadã. Há também a dificuldade por parte dos conselheiros municipais e representantes dos movimentos sociais em acessar informações do município e compreender a linguagem especializada usada por muitos gestores públicos.

Também são colocados como desafios à atuação dos conselhos, em todos os níveis, a falta de tradição participativa da sociedade civil, o próprio desconhecimento da maioria da população da existência dos conselhos, que pode comprometer a representatividade, e sua própria vinculação ao executivo (GOHN, 2000).

No cerne da discussão sobre a participação da sociedade civil fica evidente o pressuposto de que a representatividade, tanto qualitativa como quantitativa, depende da capacidade de organização da sociedade civil para que sua representação se dê de maneira a superar as limitações formais deste canal de participação, como a paridade da representação em termos quantitativos em relação a representação de membros do governo local.

A abertura de canais de representação e participação da Comunidade no processo decisório das políticas nacionais de Esporte é bastante recente no Brasil, e encontra resistência em virtude da cultura esportiva nacional ainda estar fortemente arraigada às orientações históricas centralizadoras e ditatoriais, herança da institucionalização do Esporte no Governo Vargas, reafirmada nos governos da Ditadura Militar.

O Conselho Nacional de Desportos, implantado no Governo Vargas no início da década de 1940, passou por diversas reformulações ao longo dos últimos anos. As mais recentes, após 1988, têm se dado especificamente quanto a sua composição, no sentido de abrigar membros que representem os diferentes segmentos da sociedade, segundo os princípios da gestão democrática. Na Política Nacional do Esporte (BRASIL, 2005) o papel dos conselhos é enfatizado nos três níveis de governo:

[...] Para consolidar a gestão democrática, é necessário ampliar e institucionalizar canais de diálogo entre o governo, as entidades esportivas e a sociedade, favorecendo as possibilidades de participação, interação e colaboração. Além do Conselho Nacional de Esportes, da Comissão Nacional de Atletas e da Conferência Nacional do Esporte, os Conselhos Locais e Regionais deverão ser espaços importantes de debates para a implementação e acompanhamento sistemático das ações [...] (BRASIL, 2005, p. 75).

Os Conselhos também são apontados, em termos estratégicos, como canal de participação e comunicação entre Estado e Comunidade e teria também um papel de controle e avaliação em termos da condução de políticas de Esporte:

[...] - Ampliação da participação da comunidade esportiva e da sociedade na implementação da política, mantendo canais permanentes de comunicação.
- Garantia de mecanismos de controle e avaliação permanentes da Política Nacional de Esporte, com a participação dos Conselhos e dos Gestores Estaduais e Municipais, e através da Conferência, visando o acompanhamento

contínuo das ações em todos os níveis de execução, para direcionar e redirecionar seu processo de planejamento [...] (BRASIL, 2005, p.75-77).

Uma breve análise das atribuições do Colegiado federal, no período pós-Constituição de 1988, permite verificar que o Conselho Superior de Desportos (CSD), já existente com essa denominação quando da Constituição de 1988, tinha papel consultivo e normativo, e se manteve como tal na reformulação legal de 1993. Em 1998, uma década depois, passou a Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDBB) com nova atribuição, qual seja, caráter deliberativo (Quadro 1). Este formato prevalece hoje, com nova denominação – Conselho Nacional do Esporte (CNE) – definida em 2001 através de Medida Provisória (BRASIL, 2001).

Paralelamente às mudanças na denominação, a competência, o papel e a composição também têm sido alvo de alterações, seguindo a lógica da influência dos interesses relacionados ao Esporte. Em relação à composição do CNE, após uma década das novas orientações constitucionais, na composição referente ao período 1998-2001 (APÊNDICE B) verifica-se a inclusão da participação da classe política e de representantes ligados a clubes, ao Futebol, sem representação mais consistente no que se refere à defesa do Esporte como direito social, pregado na legislação federal reformulada por duas vezes no período (1993 e 1998) (LINHALES, 1998).

A partir de 2003, com o Esporte adquirindo o *status* de Ministério, passam a fazer parte do Conselho o secretário executivo do Ministério e os três secretários nacionais: de Esporte de Alto Rendimento; de Esporte Educacional e de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer. Na nova composição é retirada do quadro de componentes, pelo menos formalmente, a representação de outros ministérios e a representação política (membros indicados pelo Congresso Nacional - Senador e Deputados que integrem Comissões ou Subcomissões de Esporte e Turismo).

No entanto, permanece a forte representação das entidades de administração do Esporte formal (COB, CPOB, Confederações). Verifica-se ainda na nova configuração a inserção de representação de entidade científica e de clubes sociais. Outra modificação constatada é a alteração da representação de áreas específicas de interesses relativos ao Esporte, indicados pelo Ministro de Estado do Esporte¹⁸ (Tabela 1). A incorporação destes membros reforça a representação dos interesses políticos ligados ao Futebol profissional e ao Mercado, pois tratam-se de jurista, ex-atleta, ex-árbitro de Futebol, empresário da área de

¹⁸ Até outubro de 2007, os representantes eram: Bernard Rajzman, Carlos Miguel Castex Aida, Eduardo Henrique de Rose, José de Assis Aragão, José Carlos Brunoro e Rinaldo José Martorelli.

Marketing Esportivo e representante de sindicato de jogadores de Futebol, além de representante da área de Ciências do Esporte, ou seja, nenhum deles representando efetivamente os interesses sociais da Comunidade.

A representação dos atletas, já presente na composição anterior, é voltada aos interesses do Esporte de alto rendimento, e obviamente não se constitui em espaço de representação direta da Comunidade. Desta forma, a representação relativa aos interesses da Comunidade fica restrita a dois membros responsáveis pela implementação de políticas de esporte em Estados e Municípios, ou seja, pela implantação descentralizada da Política Nacional: um representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer e um representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer. Este quadro pode ser entendido como um reflexo da não apropriação do Esporte como direito pela sociedade brasileira.

Tabela 1 – Distribuição dos membros do Conselho Nacional do Esporte – 2007*

MEMBROS	No.	%
Governo Federal	6	27,27%
Secretários de Esportes de Estados e Municípios	2	9,09%
Entidades de administração – COB, CPOB, outras confederações	4	18,18%
Entidades de prática – clubes	1	4,54%
Entidade Científica/Acadêmica	1	4,54%
Entidade de classe – CONFED	1	4,54%
Atletas	1	4,54%
Indicados	6	27,27%

* Elaborada pela autora. Fonte: BRASIL, CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE, 2007.

Especialmente após 2005, com a elaboração e aprovação da nova Política Nacional do Esporte, criou-se a expectativa de que as deliberações do CNE fossem direcionadas mais claramente para as diretrizes da nova Política, por exemplo, quanto a universalização do acesso da população e a promoção da inclusão social através do Esporte (BRASIL, 2005, p. 15-16), expressas também como atribuições do Conselho Nacional do Esporte:

[...] é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, [...] tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhora do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional (BRASIL, 2002).

1993	1998-2001	2002	2003-2006
SUPERIOR DE DESPORTOS Lei 8.672/93	DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO BRASILEIRO – CDDDB Lei nº 9.615/98 NACIONAL DO ESPORTE - MP 2.141 – 23/03/2001	NACIONAL DO ESPORTE Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002	NACIONAL DO ESPORTE Portaria Nº 98, de 29 de julho de 2003
Art. 5º ... é órgão colegiado de caráter consultivo e normativo, representativo da comunidade desportiva brasileira.	Art. 11. ... é órgão colegiado de normatização, deliberação e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo.	... é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte e Turismo, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhora do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.	... é órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento, diretamente vinculado ao Ministro de Estado do Esporte, e parte integrante do Sistema Brasileiro de Desporto, tendo por objetivo buscar o desenvolvimento de programas que promovam a massificação planejada da atividade física para toda a população, bem como a melhoria do padrão de organização, gestão, qualidade e transparência do desporto nacional.

Quadro 1 – Caráter dos Conselhos de Esporte no âmbito federal (1993-2006)

Com a incorporação do caráter deliberativo, consideramos relevante para este trabalho realizar e apresentar um breve levantamento das Resoluções tomadas a partir dos documentos disponibilizados via *Internet*, no sítio do Ministério do Esporte¹⁹, no sentido de compreendermos em qual sentido se dão as decisões referentes ao Esporte nacional. Dos temas tratados, a ampla maioria das dezessete deliberações²⁰, ou seja, quatorze delas, se referem a temas relativos ao Esporte de Rendimento, sendo:

- quatro, relativas a normas de avaliação e controle de Doping (Resolução nº 2, de 5 de maio de 2004; Resolução nº 3, de 9 de dezembro de 2004; Resolução nº 8, de 11 de novembro de 2005; Resolução nº 17, de 29 de dezembro de 2006);

¹⁹ Desde a Resolução nº 1, de 2000 até a de nº 17, em 2006.

²⁰ Ver Ministério do Esporte. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>.

- quatro, concedendo Bolsa-Atleta (Resolução “AD REFERENDUM” nº 6, de 19 de julho de 2005; Resolução nº 7, de 11 de novembro de 2005; Resolução nº 12, de 4 de maio de 2006; Resolução nº 14, de 9 de agosto de 2006);
- duas, referentes à criação de Comissão de Esportes de Aventura (Resolução nº 9, de 11 de novembro de 2005; Resolução nº 15, de 19 de setembro de 2006);
- três, referentes ao Código Brasileiro de Justiça Desportiva (Resolução nº 01, de 23 de dezembro de 2003; Resolução nº 11, de 29 de março de 2006; Resolução nº 13, de 4 de maio de 2006);
- uma, relativa ao calendário da Federação Paulista de Futebol (Resolução nº 4, de 9 de dezembro de 2004).

Esta é uma clara reafirmação da absorção maciça dos interesses do Esporte formal, já verificados na própria composição do Conselho, que, via de regra, estão também fortemente relacionados aos interesses do Mercado, uma vez que o Esporte de alto rendimento convive e está a serviço desses interesses, tendência observada historicamente no País.

As demais Resoluções, ou seja, apenas três, são voltadas as políticas de Esporte e a outros temas ligados a ela:

- Aprova a Política Nacional do Esporte (Resolução nº 5, de 14 de junho de 2005).
- Aprova as Políticas Setoriais de Esporte de Alto Rendimento, de Esporte Educacional e de Esporte Recreativo e de Lazer (Resolução nº 10, de 7 de março de 2006).
- Institui a Comissão de Acompanhamento da Conferência Nacional do Esporte no âmbito do CNE (Resolução nº 16, de 19 de setembro de 2006).

Finalmente, não encontramos nenhuma Resolução específica voltada para o Esporte Educacional. O mesmo acontece quanto ao Esporte de Participação (Esporte Recreativo e de Lazer) que, por definição, seria aquela manifestação atinente a população em geral, não circunscrita no Esporte de Alto Rendimento nem ao Educacional. A função de deliberar sobre o tema consta das atribuições específicas do CNE (Quadro 2), as quais destacamos:

[...] III - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas de inserção social dos menos favorecidos à prática desportiva;
IX - dar apoio a projetos que democratizem o acesso da população à atividade física e práticas desportivas;[...] (BRASIL, 2003).

1993	1998	2002	2003-2006
<p>I - fazer cumprir e preservar os princípios e preceitos desta Lei; II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;</p> <p>III - dirimir os conflitos de superposição de autonomias;</p> <p>IV - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais; V - estabelecer normas, sob a forma de resoluções, que garantam os direitos e impeçam a utilização de meios ilícitos nas práticas desportivas; VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Desportivo - Fundesp, elaborado pelo Ministério da Educação e do Desporto, por meio de sua Secretaria de Desportos; VIII - outorgar o Certificado de Mérito Desportivo; IX - exercer outras atribuições constantes da legislação desportiva</p>	<p>I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos desta Lei; II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto;</p> <p>III - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais; IV - propor prioridades para o plano de aplicação de recursos do INDESP;</p> <p>VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva.</p> <p>V - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva;</p>	<p>I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos constantes da Lei; II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto e contribuir para a implementação de suas diretrizes e estratégias; III - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas de inserção social dos menos favorecidos à prática desportiva; IV - formular a política de integração entre o esporte e o turismo visando o aumento da oferta de emprego; V - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;</p> <p>VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva; VIII - estudar ações visando coibir a prática abusiva na gestão do desporto nacional; IX - dar apoio a projetos que democratizem o acesso da população à atividade física e práticas desportivas; e X - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva.</p>	<p>I - zelar pela aplicação dos princípios e preceitos constantes da Lei; II - oferecer subsídios técnicos à elaboração do Plano Nacional do Desporto e contribuir para a implementação de suas diretrizes e estratégias; III - estabelecer diretrizes, apreciar e aprovar os programas de inserção social dos menos favorecidos à prática desportiva; IV - formular a política de integração entre o esporte e o turismo visando o aumento da oferta de emprego; V - emitir pareceres e recomendações sobre questões desportivas nacionais;</p> <p>VI - aprovar os Códigos de Justiça Desportiva e suas alterações; VII - expedir diretrizes para o controle de substâncias e métodos proibidos na prática desportiva; VIII - estudar ações visando coibir a prática abusiva na gestão do desporto nacional; IX - dar apoio a projetos que democratizem o acesso da população à atividade física e práticas desportivas; e X - exercer outras atribuições previstas na legislação em vigor, relativas a questões de natureza desportiva.</p>

Quadro 2 – Atribuições dos Conselhos de Esporte no âmbito federal (1993-2006)

A partir dessa breve análise, verifica-se que tanto a composição, como as deliberações do CNE não atendem aos próprios propósitos de participação da Comunidade e de democratização da prática esportiva para a população.

Considerando que o processo de descentralização das políticas e ações para Estados e Municípios significaria que as políticas sociais seriam desenvolvidas mais proximamente dos interesses da Comunidade, poderia se supor que esses interesses teriam, com a institucionalização dos Conselhos Municipais, espaço para representação e atuação na condução das políticas sociais de Esporte.

2.3.2 Conselhos Municipais de Esporte

Considerando os questionamentos levantados em análises relativas a atuação de Conselhos em outras áreas, como Educação por exemplo (GOHN, 2000), e o que verificamos no Conselho Federal do Esporte, apresentamos algumas considerações relativas ao caráter dos Conselhos Municipais de Esporte e a participação da Comunidade que nortearam a análise proposta na presente Pesquisa .

A implantação de Conselhos Municipais na área de Esporte é uma iniciativa recentíssima no bojo das administrações locais e pouco se tem refletido a respeito de sua atuação e ao papel que desempenham na elaboração e condução de políticas sociais municipais. Raros também são os estudos acerca de Conselhos Municipais e Estaduais. A necessidade de criação de Conselhos foi apresentada por Godoy e Hebling (2001), em artigo sobre Planejamento Estratégico em Esportes e Lazer em Piracicaba, SP. Os autores destacam a relevância dos Conselhos Municipais (de Saúde, Direito das Crianças e Adolescentes, Idosos, entre outros) para que a prática da descontinuidade das ações do setor público seja amenizada. No processo de formulação do planejamento estratégico desenvolvido naquela cidade propõem a criação do Conselho Municipal de Esportes, através de legislação específica, com representantes dos vários segmentos esportivos.

O papel dos Conselhos Municipais de Esporte no que se refere determinação de diretrizes para a aplicação de recursos municipais para a área é citado pela Carta de Piracicaba (2001), documento elaborado durante o I Fórum de Políticas Públicas de Esporte e Lazer em julho de 2001, em Piracicaba, SP, com a participação de representantes de vinte e nove Municípios de sete Estados brasileiros. No documento são destacadas as metas que devem

nortear todo projeto pautado pelos governos municipais: “[...] que a aplicação dos recursos públicos obedçam às diretrizes dos Conselhos Municipais de Esporte e Lazer; dos Fundos Públicos de Apoio ao Esporte, etc.” (CARTA DE PIRACICABA, 2001, p. 149).

No âmbito estadual, Vaz (2001) direciona suas reflexões e considerações sobre o conteúdo das políticas públicas para o Esporte e Lazer em Santa Catarina ao analisar criticamente a criação e a ação de instâncias correspondentes a Conselhos – Comissões e Fundações Municipais de Esporte – com a função dirigir a política esportiva de cada Município do Estado. O autor destaca nas ações realizadas pelas administrações locais é evidente a supervalorização de resultados competitivos, sem uma compreensão mais ampla do Esporte enquanto fenômeno sócio-cultural.

Informações sobre a presença de Conselhos Municipais de Esporte no País foram colhidas pela primeira vez na pesquisa “Perfil dos Municípios Brasileiros - Esporte 2003”, iniciativa do Ministério do Esporte e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2006). Para nortear a coleta de informações, o Conselho Municipal foi caracterizado de maneira genérica. As especificidades quanto a composição, caráter e atribuições e periodicidade de reuniões foram informadas pelos responsáveis pelo preenchimento do instrumento de coleta de informações, indicados pelos municípios:

[...] No Suplemento ora divulgado o Conselho Municipal de Esporte foi definido como um órgão colegiado cujo caráter pode ser consultivo, deliberativo, de assessoramento, etc., formado por representantes de entidades governamentais ou da sociedade civil, com atribuições específicas relacionadas ao esporte, possuindo regimento ou estatuto e devendo operar regularmente (BRASIL, 2006, p. 28).

Conceitualmente definido com múltipla possibilidade de caráter, o Conselho é apresentado como espaço de articulação dos interesses do Estado e do Mercado no desenvolvimento de políticas públicas, sem, no entanto, enfatizar a participação da Comunidade na defesa de seus interesses:

[...] Os conselhos contribuem para estabelecer novas práticas de gestão pública, ao permitir a articulação dos diversos órgãos públicos e privados que atuam em determinada atividade, ao estabelecer um espaço de negociação dos interesses diversos existentes na sociedade e ao contribuir para uma maior transparência do processo decisório relacionado às políticas públicas (BRASIL, 2006, p. 28).

No que se refere à institucionalização deste mecanismo de participação no nível municipal, as informações prestadas pelas administrações municipais (Tabela 2) revelam que, em 2003, apenas 11,8% dos 5557 municípios estudados²¹ possuíam Conselho Municipal de Esporte (CME), ou seja, 658 municípios. O registro de outras instâncias que tratam do tema Esporte revela que o mesmo é tratado em outros Conselhos: da Assistência Social, em 23,3% dos municípios, da Educação, em 36,1% e dos Direitos da Criança e do Adolescente em 27,2%. Ainda assim, no âmbito geral dos municípios, foi verificado que 45,4% não possuíam qualquer Conselho que contivesse ações ou tratasse das políticas de Esporte.

Tabela 2 – Conselho Municipal que atue na área do esporte, por tipo de Conselho Municipal, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2003

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Conselho Municipal de Esporte e/ou outro Conselho Municipal que atue na área do esporte								
		Total	Com existência, por tipo						Sem existência	
			Esporte	Direitos da Criança e do Adolescente	Direitos dos Idosos	Educação	Assistência Social	Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência	Outros Conselhos	
Total	5 557	3 032	658	1 513	409	2 007	1 294	168	460	2 525
Classes de tamanho da população										
Até 5 000 hab.	1 366	729	190	294	59	490	281	10	74	637
De 5 001 a 20 000 hab.	2 655	1 399	285	695	150	932	614	49	208	1 256
De 20 001 a 50 000 hab.	989	531	91	284	78	358	239	31	99	458
De 50 001 a 100 000 hab.	309	204	45	131	51	129	94	25	32	105
De 100 001 a 500 000 hab.	205	143	35	96	64	89	56	42	41	62
Mais de 500 000 hab.	33	26	12	13	7	9	10	11	6	7
São Paulo	645	405	77	295	142	270	228	49	71	240

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 – Tabela 6

(1) Exclusive o Distrito Federal.

Estudo recente foi realizado por Mezzadri; Starepravo; Basso; Guimarães; Reis (2006) no qual foram levantadas informações sobre a existência de Conselho Municipal de Esporte em quinze cidades do Estado do Paraná (seis do litoral paranaense e nove cidades com mais de 100.000 habitantes). Os dados obtidos revelam que apenas uma delas (Londrina) possui Conselho Municipal de Esporte, mas com caráter essencialmente administrativo.

Quanto aos Conselhos instituídos nos municípios do Estado de São Paulo até 2003, o caráter deliberativo não é característica presente na maioria deles (Tabela 3), fato também observado por Mezzadri et al. (2006).

²¹ O Distrito Federal não foi considerado e dois municípios recusaram-se a preencher o formulário (BRASIL, 2006).

Tabela 3 – Municípios, total e com existência do Conselho Municipal de Esporte, por caráter do Conselho, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Existência de Conselho Municipal de Esporte								
		Total	Caráter							
			Consul-tivo	Delibe-rativo	Fiscaliza-dor	Norma-tivo	Assesso-ramento	Executivo	Contro-lador	Outro
Total	5 557	658	313	339	264	191	223	175	116	25

Classes de tamanho da população

Até 5 000 hab.	1 366	190	92	97	77	61	67	60	32	6
De 5 001 a 20 000 hab.	2 655	285	124	149	101	81	96	77	61	11
De 20 001 a 50 000 hab.	989	91	39	44	41	24	27	27	10	5
De 50 001 a 100 000 hab.	309	45	23	30	21	14	17	8	8	-
De 100 001 a 500 000 hab.	205	35	23	14	16	6	10	2	5	1
Mais de 500 000 hab.	33	12	12	5	8	5	6	1	-	2
São Paulo	645	77	30	33	30	15	24	13	19	4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 – Tabela 8

Nota: O Conselho Municipal de Esporte pode possuir mais de um caráter a ele relacionado.

(1) Exclusive o Distrito Federal.

Marcante também é a fraca periodicidade com que o Conselho se reúne (Tabela 4), refletida na minoria dos municípios paulistas que declaram realizar reuniões entre mensais e bimestrais.

Tabela 4 – Municípios, total e com existência de Conselho Municipal de Esporte, por frequência das reuniões, segundo classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2003

Classes de tamanho da população dos municípios, Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios									
	Total	Existência de Conselho Municipal de Esporte								
		Total	Frequência das reuniões							
			Mensal (1)	Bimestral	Trimes-tral ou quadri-mestral	Semes-tral	Anual	Outro período	Freqüên-cia irregular	Não se reuniu
Total	5 557	658	207	89	63	53	26	9	162	49

Classes de tamanho da população

Até 5 000 hab.	1 366	190	43	34	21	13	5	2	61	11
De 5 001 a 20 000 hab.	2 655	285	91	41	30	25	12	4	65	17
De 20 001 a 50 000 hab.	989	91	34	7	7	10	5	2	18	8
De 50 001 a 100 000 hab.	309	45	12	3	4	5	2	-	13	6
De 100 001 a 500 000 hab.	205	35	21	2	1	-	1	1	4	5
Mais de 500 000 hab.	33	12	6	2	-	-	1	-	1	2

Grandes Regiões e Unidades da Federação

São Paulo	645	77	21	13	4	11	3	-	18	7
-----------	-----	----	----	----	---	----	---	---	----	---

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 – Tabela 7.

(1) Periodicidade mensal ou inferior. (2) Exclusive o Distrito Federal.

Quanto a representação dos diferentes atores da sociedade nos Conselhos Municipais de Esporte (população-alvo, gestores, provedores, financiadores e parceiros dos vários segmentos sociais), reunimos na Tabela 5 as informações disponíveis na pesquisa realizada pelo IBGE.

Tabela 5 – Municípios com existência de Conselho Municipal de Esporte, por proporção do tipo de entidades participantes*

ENTIDADE PARTICIPANTE	PROPORÇÃO
Secretaria ou órgão gestor do esporte	60%
Clubes e Associações esportivas	57,6%
Outras secretarias municipais	43,8%
Ligas Esportivas	28,1%
Câmara Municipal	27,4%
Associações e entidades de classe, sindicatos e igrejas	21%
Entidades empresariais	20,7%
Outras entidades públicas	17,6%
Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	15,7%
Outras entidades privadas	14,4%
Organizações não-governamentais	12,9%
Entidades de pessoas portadoras de deficiência	7,9%
Entidades do Sistema S	5,3%

* Elaborada pela autora. Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004 (BRASIL, 2006).

Os dados obtidos são indicativos do significado dos Conselhos como espaço de articulação e representação dos diferentes setores da sociedade e da participação da sociedade civil na área de Esporte, dando elementos para orientar a análise do que se efetiva na realidade local de cada município.

A participação dos diferentes setores da sociedade se configura nos moldes dos parâmetros apontados por Santos (2004). Além da representação do setor público e do privado, dos trabalhadores do setor e dos usuários, destaca-se a forte presença de entidades ligadas ao Esporte formal e ao Esporte de Rendimento (Clubes e Associações Esportivas e Ligas Esportivas) com percentuais de 57,6% e 28,1%, respectivamente, o que demonstra a validade das observações de Araújo (2001) e Vaz (2001) sobre a preponderância destas

manifestações nas políticas e Conselhos gestores locais e o que verificamos no Conselho Nacional de Esporte.

Identificamos ainda a representação de entidades do Mercado, não verificada formalmente no Conselho de âmbito federal, assim como de associações, entidades de classe, igrejas, sindicatos e organizações não-governamentais, o que sugere uma maior possibilidade de representação dos diferentes segmentos no âmbito municipal.

3 AS POLÍTICAS DE ESPORTE EM SANTANA DE PARNAÍBA

No sentido de buscarmos a compreensão da dimensão da articulação entre o setor público, o Mercado e a Comunidade na gestão do Esporte em Santana de Parnaíba, da participação da Comunidade nesse processo e do papel desempenhado pelo Conselho Municipal de Esporte nas políticas de Esporte locais, julgamos necessário inicialmente “apresentar” o município em termos de sua estrutura política e administrativa.

Num segundo momento, nesse Capítulo, a área de Esporte no município é apresentada sob o ponto de vista das ações públicas e privadas, resgatadas através de informações provenientes de fontes documentais – leis e materiais institucionais – e das entrevistas realizadas, a partir das quais construímos um panorama histórico-institucional das ações, programas e projetos desenvolvidos no setor público e em outras organizações locais até 2002.

3.1 ESTRUTURA POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO

A administração do município de Santana de Parnaíba esteve nas últimas décadas a cargo de diferentes partidos políticos, com um claro predomínio de prefeitos eleitos pelo Partido da Frente Liberal (PFL), hoje Democratas (DEM), nos últimos onze anos: entre 1997 a 2004, com duas gestões de Silvio Roberto Cavalcanti Peccioli; e, a partir de 2005, com José Benedito Pereira Fernandes, eleito por uma ampla coligação de partidos, obtendo 33.855 votos dos 50.505 eleitores, em 2004 (IBGE, 2006).

Essa não renovação das forças políticas locais nos últimos anos pode suscitar diferentes interpretações sobre a atuação da administração municipal quanto as políticas sociais. Em princípio, duas possibilidades podem ser levantadas: um efeito positivo, pois propiciaria o desenvolvimento e o aprimoramento das políticas sociais; e outro negativo, uma vez que poderia significar um campo propício para práticas como o clientelismo.

A postura do PFL frente a questões da relação entre Estado, Mercado e Sociedade, e em especial quanto a participação da sociedade civil, são expressas em sua “Plataforma Democrática de Mudança”. O PFL entende o cidadão como “agente de mudança da sociedade brasileira” e se posiciona como o “partido da cidadania”, ao manifestar a crença na “força da

cidadania politicamente ativa e socialmente organizada”. Em seus Princípios, o Partido postula a exigência de uma ampla participação da Comunidade na formulação e implantação de decisões voltadas ao desenvolvimento nacional, bem como na fiscalização dos atos governamentais (PFL, 2006).

Quanto a formulação de políticas setoriais, cuja finalidade para o Partido é proporcionar o exercício da “cidadania plena”, são consideradas como base “a cooperação entre os três níveis de governo, a solidariedade do povo e a multiplicação das energias sociais”. No que se refere a lógica das relações entre Estado, Mercado e cidadãos, o PFL defende um “equilíbrio de forças” entre os três elementos da ordem social, no sentido de se atingir equilíbrio nas relações entre o capital e o trabalho:

[...] Na atualidade, é pertinente afirmar que nem tudo que pode vem do Estado; nem tudo que compra e vende vem do mercado. Entre a lógica do mercado e a do Estado, existe uma realidade igualmente forte: uma sociedade dos cidadãos [...] não espera que tudo seja solucionado pelo Estado e que as pressões sejam exercidas, apenas, pelos representantes políticos. Tampouco o Mercado é capaz de responder às complexas exigências da sociedade (PFL, 2006).

Esta breve apresentação da visão do Partido nos permite vislumbrar que a implantação desses valores deverá estar fortemente presente em um município governado pelo partido há onze anos, o que em princípio significaria um equilibrado atendimento dos interesses do Mercado e da Comunidade nas políticas públicas locais.

Nas Diretrizes do PFL é destacado um conjunto dos setores estratégicos, considerados pelo Partido como Plataforma de mudanças requeridas pela sociedade. Dentre esses setores considerados estratégicos encontramos o Esporte, nos termos do “[...] Incentivo à educação física e aos desportos, estimulando sua prática pelos jovens e promovendo amplamente o esporte amador” (PFL, 2006, p. 33). As propostas de ação para o setor denominado “Esportes” contidas na Plataforma do PFL, são apresentadas e discutidas mais adiante, no Capítulo sobre articulação e participação nas políticas de Esporte em Santana de Parnaíba.

A institucionalização da participação da sociedade civil no Município nesse último período de administração do PFL, iniciado em 1997, é registrada no processo de elaboração do Plano Diretor Municipal para o período 1998-2004 (SANTANA DE PARNAÍBA, 1997), que estabeleceu as diretrizes para a formulação de uma política de desenvolvimento para o município. Representantes da Comunidade participaram da Comissão de Acompanhamento do Plano Diretor e de audiências públicas: “As audiências públicas convocadas possibilitaram

traçar diagnósticos, fazer projeções, definir objetivos e refletir sobre as políticas gerais e setoriais” (LEITE; MOURA, 2006, p. 136).

Em 1999, a Prefeitura passou por um processo de reestruturação administrativa, por intermédio do Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT), financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): “[...] formou-se um grupo de trabalho para formular o Plano Diretor Municipal (1998-2004), que contou com a colaboração técnica da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa)” (LEITE; MOURA, 2006, p. 135). A participação da Comunidade na formulação do Plano Diretor se deu através de representação na Comissão de Acompanhamento e da realização de audiências públicas, que embasaram também o Plano de Governo do Município.

A possibilidade de participação da Comunidade, postulada no Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), no artigo sobre gestão democrática²², foi incorporada nas diretrizes gerais da Lei Orgânica do Município (LOM) (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002), no artigo 98 do Capítulo II – Seção I – do Planejamento Municipal:

[...] O Município organizará sua administração e exercerá suas atividades com base num processo de planejamento de caráter permanente, com a cooperação das associações representativas da população.

PARÁGRAFO ÚNICO: Se considera processo de planejamento, cumulativamente:

I- a elaboração dos planos gerais e específicos, voltados ao desenvolvimento do Município e ao ordenamento de suas funções públicas;

II- a implantação, o acompanhamento, a avaliação e a reelaboração sistemática das diretrizes e proposições em geral, constantes dos planos;

III- a manutenção e funcionamento do sistema de planejamento que, **articula a participação da administração e da população do Município;**

IV- a manutenção e atualização constante do Sistema de Informações Municipais que, fornece as bases técnicas para a elaboração dos planos e suas revisões e atualizações; e

V- a ação planejada do Município junto aos órgãos, entidades e sistemas regionais, dos quais participa [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002, grifo nosso).

A normatização da forma de participação da população no processo de planejamento é reafirmada no Artigo 102:

²² Capítulo V, do Estatuto da Cidade – Da Gestão Democrática da Cidade:

[...] Art. 48. Para garantir a gestão democrática da cidade, deverão ser utilizados, entre outros, os seguintes instrumentos: I – órgãos colegiados de política urbana, nos níveis nacional, estadual e municipal; II – debates, audiências e consultas públicas; III – conferências sobre assuntos de interesse urbano, nos níveis nacional, estadual e municipal; IV – iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano; V – referendo popular e plebiscito (BRASIL, 2001).

[...] PARÁGRAFO 4º - Lei complementar ordenará e disciplinará o processo de planejamento permanente do Município e a **participação da população naquele processo**, devendo dispor, sem prejuízo de outros eventualmente pertinentes, sobre os seguintes assuntos:

I - competência, organização, integração e **participação da Administração e da população no sistema de planejamento**;

II - funções e conteúdos mínimos ou típicos dos planos das diferentes categorias que, integram o processo de planejamento;

III - meios de provimento da vinculação aos planos dos Atos da Administração;

IV - regime de planejamento, abrangendo a vigência dos planos e a sistemática de sua elaboração, discussão e encaminhamento a aprovação, assegurada nesta sistemática a **participação direta da população**; e

V - meios de provimento da vinculação aos planos do conteúdo dos instrumentos de sua aplicação [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002, grifo nosso).

O reconhecimento dos direitos constitucionais do cidadão e a descentralização dos serviços são apontados na LOM como objetivos do Município, tendo em vista a política de desenvolvimento, formulada no Plano Diretor (1998-2004):

[...] Art. 1º - São objetivos fundamentais do Município de Santana de Parnaíba:

I- **garantir**, no âmbito de sua competência, a **efetividade dos direitos fundamentais da pessoa humana**;

II- colaborar com o Governo Federal e Estadual na Constituição de uma sociedade livre, justa e solidária;

III- promover o bem estar e o desenvolvimento da sua comunidade; e

IV- promover o adequado ordenamento territorial, de modo a assegurar a qualidade de vida de sua população e a integração urbana e rural.

Art. 2º- Todos os **serviços prestados** pelo Poder Público Municipal ou colocados a disposição da população, como a educação, saúde, transporte, **lazer** e assistência social são **obrigatoriamente extensivos aos bairros periféricos** [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002, grifo nosso).

Embora não citado textualmente no artigo 2º, o Esporte é tema, juntamente com o Lazer, de nove artigos do Capítulo III – da Educação, da Cultura, dos Esportes e Lazer, seção III – dos Esportes e Lazer, os quais serão apresentados e tratados no tópico seguinte.

A institucionalização da participação da sociedade civil também aparece indicada na LOM em títulos e capítulos específicos relacionados a diferentes áreas da política urbana. O Conselho Municipal, mantido pelo poder público, é o instrumento referenciado, através menção da criação de novos conselhos ou da reformulação dos já existentes em determinadas áreas. Na LOM é declarada a função/objetivo dos Conselhos de Saúde; do Meio Ambiente e de Esportes, Lazer e Atividade Física. Para os demais conselhos, é feita apenas a referência sobre a necessidade de regulamentação posterior, conforme o caso :

- **Saúde** – controle das políticas de saúde, bem como na fiscalização e no acompanhamento das ações de saúde, nos termos da legislação federal.
- **Educação** – o Conselho da área segue orientação e deve ser composto por representantes da coletividade organizada, de acordo com o que prevê a Constituição Federal e o artigo 237 e seguintes da Constituição do Estado de São Paulo.
- **Meio Ambiente** – destinado a apresentar sugestões ao planejamento da política ambiental do município.
- **Cultura, Defesa do Patrimônio Histórico Tombado, Promoção Social e Condição Feminina** – serão regulamentados por Lei complementar.
- **Esportes, Lazer e Atividade Física** – com o objetivo de opinar e avaliar a aplicação da política esportiva.

Os Conselhos Gestores são considerados em alguns casos como instrumento de fiscalização do executivo municipal e em outros como tendo caráter consultivo, em áreas sem vinculação formal a políticas federais.

A participação da sociedade civil também é relatada no processo de revisão e atualização do Plano Diretor Municipal 1998-2004, entre 2005 e 2006. Durante este processo, conforme prevê a Lei Orgânica, foram realizadas cinco audiências públicas e o projeto de lei do Plano Diretor Municipal para o período 2006-2013 foi aprovado pela Câmara Municipal de Santana de Parnaíba em 07 de novembro 2006 (LEITE; MOURA, 2006).

Traçado este panorama inicial, fica evidente a intenção formal de se estimular a participação da Comunidade nos processos de gestão do Município, seja em nível mais global, em especial no processo de planejamento municipal, seja nas áreas relacionadas às políticas sociais, dentre as quais se insere o Esporte.

3.2 DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE NO MUNICÍPIO ATÉ 2002

A trajetória do Esporte no Município foi construída a partir da consulta a fontes documentais, institucionais e legais, e depoimentos de gestores públicos e de entidades que desenvolvem ações de esporte no município, e é apresentada em termos cronológicos, em dois

períodos: até 2003, ano da formalização do Conselho Municipal de Esporte, e entre 2003 e 2006.

Em relação à formalização das ações públicas na área do Esporte junto à estrutura administrativa do Município, o primeiro registro encontrado foi a criação, em 1983, do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, através da Lei Municipal nº 996, que não explicita nenhum conceito ou mesmo as atribuições da Coordenadoria de Esportes em relação ao que foram denominadas “atividades esportivas”:

[...] Art. 1º - Fica criado no âmbito da Administração Municipal o Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo destinado a planejar, organizar, executar, controlar e coordenar, a nível municipal, as ações e programas ligados às atividades educacionais, culturais, esportivas e turísticas [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 1983).

A partir dão crescimento da estrutura administrativa do Esporte no Município, uma primeira ação no sentido da aproximação entre interesses públicos e privados se deu através da criação de um programa municipal de incentivo ao Esporte amador, o Esporte Pró-Parnaíba (EPROPAR), em 1985, na administração do PFL do prefeito Victor Moreira Bastos. O programa é fruto da ação política do vereador José Messias da Silva, o mais antigo da História de Parnaíba, impulsionado pela busca de apoio da iniciativa privada aos atletas da cidade, nos moldes do programa “Adote um Atleta”²³, implementado em diversos municípios brasileiros. No texto da Lei nº 1.097 (SANTANA DE PARNAÍBA, 1985), que institui o EPROPAR, são apresentadas as normas e as bases da articulação entre poder público, empresas, entidades esportivas e Comunidade:

[...] Art. 1º - Fica instituído o programa "Esporte Pró-Parnaíba - EPROPAR", destinado a favorecer o desenvolvimento de esporte amador no Município através do inter-relacionamento do Poder Público, empresas, entidades esportivas e a comunidade em geral.

Art. 2º - O programa referido no Artigo 1º, deverá oferecer condições a formação técnica e física de atletas que enquadrados em um programa de aperfeiçoamento, venham atingir níveis competitivos nas diversas modalidades olímpicas.

Art. 3º - Os objetivos específicos, a forma de participação, o patrocínio, as promoções, direitos e deveres, a estratégia e tudo que se relacione ao aprimoramento do programa serão objeto de regulamentação por Decreto do Executivo na forma do anexo que integra a presente Lei.

Art. 4º - Fica vedado no âmbito interno qualquer tipo de remuneração que possa descaracterizar o amadorismo.

²³ Programa criado em 1979 por Caio Pompeu de Toledo, no município de São Paulo, com a finalidade de obter apoio da iniciativa privada a atletas amadores.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 1985).

Embora se trate de um programa de interesse específico voltado para a captação de recursos para o desenvolvimento de atletas com a perspectiva do alto rendimento, portanto não incluindo todos os membros da Comunidade, citada como elemento dessa articulação proposta, levando a possíveis interpretações no sentido: 1) da existência de influência ou participação na gestão do programa, ou 2) do poder público entender como benefício para a população a oferta da possibilidade de ascensão social por meio do Esporte formal.

Os critérios de funcionamento do Programa foram fixados em Lei no ano seguinte (SANTANA DE PARNAÍBA, 1986), a qual define as atribuições do Programa, das Entidades Esportivas, das Empresas e do Adotado. No que refere à gestão do Programa, verifica-se uma gradual transferência da responsabilidade da gestão para as empresas, representando obviamente os interesses do Mercado.

A Comissão Diretora do Programa, na Lei anterior designada pelo Executivo Municipal, na atual passa a ser indicada pelos empresários adotantes. A Presidência, exercida por um representante das empresas²⁴, em 1989²⁵, passa a ser exercida, por foga da nova Lei, por empresário de “adotante” (SANTANA DE PARNAÍBA, 1989). Este é o único cargo para o qual é previsto mandato com duração de um ano, renovável uma única vez por igual período. Para os demais membros da Comissão Diretora, agora incluído o cargo de Tesoureiro, o mandato foi mantido em um ano, sem renovação.

O inter-relacionamento com a Comunidade, estranhamente citado na Lei, aparentemente se restringe aos interesses de entidades esportivas, especialmente no que se refere à projeção da entidade na sociedade, caso um dos atletas selecionados e encaminhados, definidos como “jovens que desfrutem de pendor natural para o esporte”, viesse a se destacar no cenário nacional. Afinal, o Programa foi criado com o propósito de apoiar o “esporte amador” visando “aperfeiçoamento para se atingir índices competitivos nas diversas modalidades olímpicas” e não no sentido de proporcionar oportunidades e atividades para a população como um todo, que seria a característica esperada para um programa de democratização do acesso ao Esporte para a Comunidade.

²⁴ Lei nº 1.162/86 Art 9º - A Comissão diretora do EPROPAR será designada pelo Executivo Municipal e constituída de: I - Presidente, que representará as empresas; II - Vice-Presidente; III - 1º - Secretário; e IV - 2º - Secretário.

²⁵ Lei nº 1.442/89 Art 9º - A Comissão Diretora do Esporte Pró-Parnaíba-EPROPAR será indicada pelos empresários adotantes e formalizada pelo Chefe do Poder Executivo, sendo integrada pelos seguintes membros (...) § 2º - O cargo de Presidente referido no Inciso I deste Artigo será privativo de empresário adotante e o único renovável uma vez, por igual período.

As atividades esportivas inicialmente “adotadas” por empresas participantes do Programa – Vôlei, Corrida de Rua e Futebol –, com o decorrer do tempo efetivamente se limitaram ao Futebol, como relata um dos atletas beneficiados na época:

[...] O projeto de Lei foi uma iniciativa de um dos vereadores, de formação em Educação Física em escola militar. A idéia era vincular todas as ações esportivas de competição do município a este projeto ligado à iniciativa privada. Foram previstos patrocínio ao vôlei, à corrida de rua e ao futebol, mas entre 1988 e 1989 só se patrocinou o futebol. A ação foi inspirada no programa Adote um Atleta, e as empresas do município passaram a adotar atletas. Eu fui um deles. As empresas davam alimentação, transporte, material esportivo. Eu me lembro da “Farmalab”, porque foi a empresa que me “patrocinou” [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

Os recursos obtidos através de doações faziam parte da Receita do Município e as despesas do Programa eram previstas no orçamento da Prefeitura destinadas ao então Departamento de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. O Programa, assim como é notório em muitas prefeituras em relação a ações de Esporte, passou a ser utilizado como instrumento de barganha política:

[...] O Programa ficou a mercê das forças políticas do município, até 2002, em função das relações políticas deste vereador. Nessa trajetória houve até desvirtuamento dos propósitos. Havia políticos se utilizando do projeto. Da doação de uma empresa de bolas feita ao Programa, só algumas ficavam no projeto, as outras eram ‘desviadas’ para uso de políticos [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

Paralelamente, a Coordenadoria de Esporte criada em 1983 continua como tal até 1989, quando acontece o desmembramento do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. No mesmo ato legal são criados departamentos específicos para cada uma das áreas, e o Departamento de Esportes e Recreação passa a ser responsável por desenvolver ações e atividades que são conceituadas da seguinte forma no texto legal:

[...] III - Departamento de Esportes e Recreação - É o órgão responsável pelas atividades relativas ao **desporto em todas as suas modalidades**, o **desporto como recreação** abrangendo brinquedos cantados, bandinhas, atividades ao ar livre, gincanas, excursões e acampamentos, atividades lúdicas, pequenos e grandes jogos [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 1989, grifo nosso).

Das atividades descritas como relativas a Esportes e Recreação, não é feita nenhuma referência ou relação com as diretrizes nacionais, determinadas pela Lei nº 6.251 (BRASIL, 1975), vigente desde 1975 e que vigoravam ainda em 1989, que previa as quatro

manifestações do desporto – classista, educacional, militar e comunitário – e que apresentava como diretrizes básicas a serem consideradas na elaboração de uma política nacional o aprimoramento da aptidão física, a intensificação dos desportos de massa, e a difusão dos desportos como forma de lazer. O ato também se revela como uma reestruturação meramente burocrática, sem fundamentação e reflexão, demonstrando um claro descompasso com as novas diretrizes constitucionais de 1988 em relação ao Esporte e ao Lazer. Não é feita nenhuma referência sobre o reconhecimento do Esporte e do Lazer como direitos do cidadão, nem sobre os princípios norteadores para a ação do Estado, relativos a autonomia, a prioridade ao desporto educacional e ao incentivo ao lazer como forma de promoção social.

O Programa EPROPAR passou a se denominar Fundação Epropar, em 1994, ano em que houve a doação de um terreno pela Prefeitura. Foram mantidas as subvenções concedidas diretamente do Gabinete do Prefeito e as mesmas permanecem até os dias de hoje, previstas em Decretos anuais que dispõem sobre abertura de crédito adicional suplementar.

Até 1997, o enfoque da Fundação EPROPAR era ainda muito voltado para o atendimento a crianças e jovens com habilidade técnica no Esporte formal, ou seja, era extremamente seletivo, com propósitos de rendimento. As atividades, desenvolvidas sem orientação de profissional de Educação Física, continuaram a se restringir ao Futebol, para meninos de 10 a 14 anos:

[...] quando fui fazer estágio como estudante de Educação Física, quase fui para a Coordenadoria de Esportes, mas acabei indo para a Fundação. Lá ainda se tinha a visão seletiva. Quem cuidava do futebol era um voluntário que morava no bairro, sem formação alguma, nos finais de semana [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

É deste período a primeira iniciativa do Município no sentido de captar recursos para o Esporte. Em 1998, a Prefeitura de Santana de Parnaíba, por iniciativa do então Departamento de Esportes e Recreação, criou o Fundo de Apoio ao Esporte (FAE) com receita proveniente de contribuições dos servidores públicos (até R\$ 1,00 por mês, com débitos em folha de pagamento) e da realização de eventos com a finalidade de arrecadar verbas (SANTANA DE PARNAÍBA, 1998). Os dados referentes ao FAE, entre 2003 e 2006, são apresentados na Tabela 6, inseridos nos Orçamentos Gerais do Município sancionados anualmente por Leis municipais (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002, 2003, 2004, 2005), que determinam a estimativa de Receita e Despesa do Município e para cada um dos órgãos da

administração, revelam que há um crescimento anual dos valores até 2005, ano da celebração de Convênio com entidade pública não-estatal com objetivo semelhante²⁶.

Tabela 6 – Despesa estimada para o Fundo de Apoio ao Esporte (2003-2006)

Ano	Valor*
2003	R\$ 7.000,00
2004	R\$ 19.000,00
2005	R\$ 32.000,00
2006	R\$ 16.000,00

* Em Reais

A Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SMEL) foi criada em 1999, na primeira gestão de Silvio Roberto Cavalcanti Peccioli (1997-2000), com a finalidade de desvincular as atividades da área de Esporte da Secretaria de Educação (SANTANA DE PARNAÍBA, 1999). Este ato fez parte do processo de reestruturação do Programa de Modernização da Gestão dos Setores Sociais Básicos (PMAT). Como já observado quando foi criado o Departamento de Esportes e Recreação, também nessa reestruturação não são implantadas mudanças no sentido da democratização do acesso as atividades pela população.

As atividades desenvolvidas pela SMAFEL, descritas em material institucional, são: Escolinhas de Esportes; Iniciativas de Lazer e Recreação à Comunidade; Campeonatos, Jogos e Torneios (Secretaria de Educação e Sindicato dos Servidores Públicos); Lazer nas Escolas, e Competições Externas. Observamos que a característica principal das atividades não é aquela voltada para programas permanentes para a população em geral, mas fortemente marcada por eventos e ações pontuais e de impacto, junto a Comunidade.

O relacionamento entre as duas entidades que desenvolviam programas de esporte na cidade - Fundação EPROPAR e SMEL é relatado como muito conturbado e de oposição. O fato de a Fundação EPROPAR participar, ganhar os campeonatos da cidade, e enfrentar equipes da Prefeitura em competições fora da cidade nas categorias de 10 a 14 anos, gerou uma resistência muito grande a atuação da Fundação:

[...] Em período de competição, em que precisávamos muito do campo para treinamento, a Prefeitura solicitava o campo, impedindo de usarmos alegando necessidade de manutenção, por exemplo, e nós passávamos por lá e efetivamente não estava acontecendo nada [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

²⁶ Este ato será analisado no Capítulo seguinte, no tópico referente à articulação com outras entidades e com o Mercado.

Entre 1999 e 2000 a relação negativa com a administração municipal de Esporte, somada ao fato da Fundação ter como presidente o Vereador Messias, provocou mudanças na entidade:

[...] Durante muito tempo o Vereador Messias foi presidente da Fundação EPROPAR e isso foi considerado *lobby* político, como meio de sua sustentação política, e apesar das mudanças, isso permanece até hoje. Quando o presidente começou a verificar que a imagem dele prejudicava a instituição e o seu mandato estava acabando, ele me convidou para assumir a presidência e disse que eu tinha o perfil para assumir a instituição [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

A Fundação EPROPAR passou então por uma reformulação no sentido de se enquadrar como entidade da sociedade civil, movimento que crescia no país, também na área de Esporte. Uma das primeiras mudanças realizadas foi a do Estatuto, em relação à finalidade da Fundação – que não deveria mais ser trabalhar só com os mais habilidosos e sim propiciar a participação aberta a todos, e outra em relação ao próprio nome da Fundação. A partir de então, a visão da instituição em médio prazo passou a ser o desenvolvimento de sua missão, com objetivo de ampliar o número de atendimentos com a criação de novos núcleos em bairros que necessitem de atendimento.

[...] Em 2001 conseguimos realizar as mudanças, até do logotipo, que apesar de ter mudado ficou muito próximo ao anterior. Ficou o nome Fundação Esportiva Educacional Pró-Criança e Adolescente (EPROCAD) e, além de preparar atletas, começou a oferecer aos seus beneficiários diversas atividades: culturais, sociais, além de educação para tecnologia e meio ambiente. O seu principal objetivo, agora, é de prepará-los para a sociedade, transformando-os em cidadãos críticos e conscientes [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

A Fundação EPROPAR se desenvolveu até 2002 exclusivamente com verbas do município, através de dotação orçamentária da Prefeitura, e através de parceria com o Executivo Municipal em relação a recursos humanos (alguns funcionários da Prefeitura estão lotados ainda hoje na Fundação EPROCAD), a material e a espaço físico (doação de terreno). A subvenção municipal tem sido mantida²⁷, e outros recursos foram captados para projetos específicos junto ao Governo Estadual (Febem), ao Governo Federal (Projeto Gente Jovem) e

²⁷ Os Créditos Adicionais Suplementares – Subvenção social – para 2003 - R\$ 8.000,00; 2004 - R\$ 22.000,00; 2005 - R\$ 8.000,00; 2006 - R\$ 20.000,00 foram estabelecidos em Decretos (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002, 2003, 2004, 2005).

com instituições do Mercado, como o Instituto C&A de Desenvolvimento Social, o Itaú Social, o Instituto Ayrton Senna, Projeto Esporte e Talento/ CEPEUSP e a Goodyear.

Este quadro proporcionou uma gradual desvinculação da política e do executivo da cidade:

[...] Começamos a desenvolver outros projetos, eventos, começamos a nos tornar mais públicos, com foco de comunicação voltado a Alphaville e região, expandindo a divulgação das nossas ações, o que ajudou na desvinculação com a política estrita da cidade [...] (PRESIDENTE EPROCAD).

Dessa forma, o Esporte de rendimento da cidade, até então desenvolvido pelo Programa Esporte Pró-Parnaíba, depois Fundação Epropar, em relação ao Futebol, e através de tentativa de parceria técnica informal em relação ao Voleibol feminino com a SMAFEL que não perdurou, deixou de ser foco de atuação da Fundação EPROCAD. Sua missão atual é apresentada formalmente em material institucional: “Promover a formação de crianças e adolescentes, educando-os para o exercício consciente e crítico da cidadania, por meio do trinômio esporte, educação e cultura”. O Esporte passa a ser uma das estratégias criadas para que se atinjam os objetivos da entidade, juntamente com atividades de educação física, lazer, recreação, educação ambiental, educação para a tecnologia e arte educação. Dos Programas/ Projetos em operação em 2006 – Jovem@Ser, Agente Jovem, Pueri, Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade – para público de crianças, de 6 a 14 anos, e adolescentes, de 15 a 19 anos – três deles envolvem atividades de Esporte e Educação Física (FUNDAÇÃO EPROCAD, 2006).

Paralelamente, um movimento oriundo da própria Secretaria de Esporte e Lazer em prol do Esporte competitivo cria uma nova entidade, sem fins lucrativos, em 2003: o Grêmio Esportivo de Santana de Parnaíba (GESP). O GESP desde a sua fundação funciona na sede da SMEL, e tinha como objetivo propiciar a filiação do Município a federações e confederações, para participar de competições do Esporte formal de rendimento e “[...] promover palestras, cursos, comprar material esportivo e proporcionar benefícios aos munícipes e atletas em forma de material, treinamento, refeições, etc... [...]” (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006).

Na realidade, pode-se considerar essa iniciativa como canal para uma “nova terceirização” do Esporte de competição da cidade. Verifica-se, com a inclusão nos objetivos da instituição gerar “benefícios para os munícipes”, o mesmo que ocorreu com o Programa Esporte Pró-Parnaíba (EPROPAR), em 1985, considerando que o cidadão se beneficia do Esporte de rendimento, mesmo sem ter acesso pleno ao Esporte. Ora, os munícipes deveriam

ter acesso à prática da atividade física, do Esporte e do Lazer através das ações da SMEL, e certamente não seriam beneficiados por ação tão seletiva, denominada de Esporte amador, mas com objetivo de representação da cidade em competições.

Embora não seja objeto deste trabalho discutir conceitualmente como Esporte e Lazer são tratados na administração municipal, consideramos relevante fazer uma breve análise do papel do Município, determinado na Lei Orgânica do Município (LOM) de 2002, especificamente do artigo 219, no qual é manifestado o que se considera em relação a estas áreas:

[...] Art. 219 - Ao Poder Público Municipal caberá, planejar, organizar, implantar, coordenar, dirigir, supervisionar, bem como tomar todas as medidas julgadas necessárias para o ensino e prática de educação física e desportiva, de solo com aparelhos, ginástica aeróbica, jogos recreativos lúdicos e demais atividades afins (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

Verificamos que no texto legal não há, mais uma vez, efetivamente um “conceito” de Esporte e Lazer para nortear a ação do poder público. São relacionadas, de maneira aleatória, algumas modalidades esportivas, atividades físicas, e a citação da Educação Física, sem nenhuma referência ao sistema educacional. Nem mesmo são consideradas as diretrizes quanto às manifestações do Desporto, explicitadas na legislação federal, desde 1993 (Desporto de Participação, de Rendimento e Educacional).

Em relação à oferta de atividades de Esporte e Lazer para a população, nos artigos 220, 223 e 227 são citados: o estímulo à prática de atividades para o funcionalismo e o papel do Município no sentido de oferecer meios e condições para a prática da população em geral, enfatizados os segmentos infantil, de idosos e de portadores de deficiências.

[...] Art. 220 - Todos os setores do Executivo e do Legislativo, assim como as autarquias municipais e sociedades de economia mista, quando e se houver, **facilitarão aos seus servidores a prática das atividades** preconizadas no artigo anterior, sem prejuízo ao serviço público.

Art. 223 - O Município **proporcionará meios de recreação sadia e construtiva para a comunidade**, [...]

I- reserva de espaços verdes ou livres, em forma de parques, bosques, jardins e assemelhados, como base física da recreação urbana;

II- construção e equipamento de parques infantis, centros e edifício de convivência comunitária;

III- práticas excursionistas, dentro do território municipal, de modo a prover permanente contato às populações rurais e urbanas;

IV- estímulo à organização participativa da população rural, na vida comunitária; e

V- programas especiais para divertimento e recreação de pessoas idosas.

Art. 227 - O Poder Público incrementará a prática esportiva às crianças, aos

idosos e aos portadores de deficiências [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

O caráter provedor do Estado é evidenciado no artigo 222, quanto à ação do Município no sentido de apoiar materialmente e através de “estímulos especiais” a “agremiações amadoras, organizadas pela população em forma regular”, e no 224, destinado a assegurar atendimento a solicitação de “assistência”, acreditamos técnica, a realização de eventos por Sociedades Amigos de Bairros, empresas ou grupos organizados de pessoas “ainda que de caráter particular”.

[...] Art. 222 - O Município apoiará e incrementará as práticas esportivas na comunidade, mediante estímulos especiais e auxílios materiais às agremiações amadoras, organizadas pela população em forma regular [...]. Art. 224 - As Sociedades Amigos de Bairros, empresas ou grupos organizados de pessoas, ainda que de caráter particular, mas desde que legalmente constituídas, poderão solicitar a assistência da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer para a realização de jogos, torneios, campeonatos, festivais esportivos e demais eventos assemelhados [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

Quanto ao papel do poder público municipal, expresso nas diretrizes para a ação do Município na área de Esporte, explicitadas nos artigos da LOM, é evidente a visão assistencialista, típica da gestão tradicional descrita por Zingoni (2003), não havendo nenhuma citação específica à participação da Comunidade.

Quanto ao Mercado, o setor privado é citado no artigo 221 como alternativa para a obtenção de patrocínio a eventos esportivos, caracterizando uma relação restrita a ações pontuais, não vislumbrando a possibilidade de desenvolvimento de ações e projetos permanentes no que se refere a políticas sociais.

[...] Art. 221 - O Poder Público Municipal buscará sempre o apoio do empresariado do Município, para o patrocínio dos eventos esportivos, sem comprometimento de incentivos fiscais, fundiários ou de qualquer natureza que, direta ou indiretamente, onerem a Fazenda Municipal (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

Um outro artigo trata da determinação de dia para se homenagear atletas do município:

[...] Art. 225 - O dia 21 de dezembro, consagrado ao atleta, será condignamente comemorado pelas autoridades Municipais, congradadas com as instituições do gênero (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

O penúltimo dos nove artigos que tratam “Dos Esportes e Lazer” é o que define a criação do Conselho Municipal de Esporte, que como vimos faz parte do projeto de institucionalização da participação da sociedade civil na gestão municipal em diferentes áreas:

[...] Art. 226 - O Município criará, mediante lei, o CME - Conselho Municipal de Esportes, com o objetivo de opinar e avaliar a aplicação da política esportiva (SANTANA DE PARNAÍBA, 2002).

Esboçado o quadro do Esporte no Município até 2002, constatamos um direcionamento da política municipal para reformas administrativas voltadas a descentralização das ações, mas com ações e programas desenvolvidos sem consistência em termos da consolidação do direito a prática, ou seja, poucos programas permanentes, denotando uma histórica desconexão com as diretrizes federais, em termos legais.

Não são identificados mecanismos que promovam a participação da Comunidade na formulação e acompanhamento das políticas, e são marcantes as ações no sentido do poder público “delegar” ao Mercado, através da iniciativa privada ou de entidades públicas não-estatais, a execução de determinadas ações de Esporte no Município. Poder-se-ia pressupor que a intenção da criação do Conselho Municipal de Esporte – CME seria um indicativo da abertura de um canal para a participação. Oficialmente, o Conselho foi criado em agosto de 2003.

4 ARTICULAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS DE ESPORTE DE SANTANA DE PARNAÍBA ENTRE 2003 E 2006

As ações e programas de Esporte no município são apresentados neste Capítulo a partir de dados recolhidos de fontes legais, constituídas pela legislação municipal referente ao Esporte; a Lei Orgânica do Município de 2002; dados da “Pesquisa de Informações Básicas Municipais” referente ao ano de 2003 (BRASIL, 2006); informações contidas no Plano Diretor 2005/2006, para o período 2006-2013, (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006), em relatórios de atividades e material institucional obtidos na SMAFEL/GESP e na Fundação Eprocad, e informações obtidas nas entrevistas realizadas.

No cenário do Esporte em Santana de Parnaíba, no ano de 2003, além dos já identificados SMEL, GESP, Fundação EPROCAD e Fundo de Apoio ao Esporte, surge um novo elemento: o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, criado em agosto, pela Lei 2.449 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2003).

Os dados apresentados na Pesquisa do IBGE referentes ao ano de 2003 englobam as ações, projetos e programas declarados como executados pela Prefeitura e foram sistematizados em termos das manifestações do desporto previstas na legislação federal: educacional, de rendimento e de participação.

Ações, projetos e programas executados pela Prefeitura no setor **Esporte e Lazer**, isoladamente ou em conjunto com terceiros, eram voltados para crianças e jovens, para comunidades carentes, além de eventos locais (Ginásio Encantado, Ruas de Lazer nos bairros, Projetos Caminhando e Passeando no seu bairro, Passeios Ciclísticos, Campeonatos e Torneios Municipais de Futsal, Futebol e Natação). Em 2003 não foram registradas ações específicas para idosos, mulheres, pessoas portadoras de deficiência – PPD. Também não são citadas ações referentes a capacitação de recursos humanos; construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos recreativos e de lazer, e arrecadação de fundos com fins beneficentes.

No **Esporte Educacional**, isoladamente ou em conjunto com terceiros, são declaradas ações de Esporte escolar extracurricular e para pessoas portadoras de deficiência – PPD, além de capacitação de recursos humanos e da construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos esportivos escolares (embora não estivesse previsto na Lei Orgânica do Município de 2002). São declaradas como não desenvolvidas ações, projetos e programas de Esporte escolar, Esporte universitário e patrocínio ou manutenção de equipes escolares.

No **Esporte de Rendimento**, isoladamente ou em conjunto com terceiros, as ações declaradas como existentes são referentes ao Esporte de base; patrocínio ou manutenção de equipes esportivas municipais; capacitação de recursos humanos; construção, ampliação e manutenção de instalações/equipamentos públicos de esporte; detecção e desenvolvimento de talentos no Esporte; competições esportivas (maratonas, campeonatos de futebol etc.) e arrecadação de fundos com fins beneficentes. Não são registradas ações específicas para pessoas portadoras de deficiência – PPD nem para idosos.

A Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer (SMAFEL), assim denominada a partir de abril de 2004 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2004), seguindo a política de descentralização e as diretrizes voltadas ao atendimento da população nos bairros periféricos da cidade, passou a oferecer serviços na unidade central da SMAFEL e em seis unidades esportivas implantadas nos bairros: Fazendinha, Vila Nova, Parque Santana, Colinas da Anhanguera, Cento e Vinte e São Pedro.

Em material institucional de 2004, a SMAFEL apresenta a reformulação da sua estrutura no sentido de desenvolver ações programas voltados para os segmentos Atividade Física, Esporte e Lazer, então definidos como áreas de atuação da Secretaria em todas as suas unidades. No mesmo documento a missão da SMAFEL é definida: “Proporcionar a todos os munícipes, oportunidades de práticas de Atividades Físicas, Esportes e Lazer, oferecendo serviços com profissionalismo, para melhora da qualidade de vida”. O objetivo da Secretaria é voltado para o desenvolvimento de atividades que incentivem a prática da atividade física, no sentido de oferecer subsídios para que o munícipe deixe o sedentarismo e melhore a sua qualidade de vida. Estas novas proposições demonstram que a mudança na nomenclatura da Secretaria está imbricada com um processo de mudança em termos da gestão e dos programas de Esporte no Município.

A estrutura da SMAFEL implantada a partir de 2004 engloba quatro Coordenadorias temáticas – de Atividade Física, de Lazer, de Esporte de Base, de Esporte Competitivo, e mais uma voltada à área de Eventos. Um resumo dos programas e projetos/ações/atividades desenvolvidos é apresentado no Quadro 3²⁸, elaborado a partir de

²⁸ Na Pesquisa do IBGE são adotadas as seguintes definições, que nortearam a confecção do quadro:

Ação – Operação que resulta em um serviço ofertado à sociedade na área de esporte e que contribui para atender aos objetivos de um projeto ou programa; Programa – Instrumento de organização da atuação governamental para enfrentar determinado problema, caracterizando-se por um conjunto articulado e coerente de projetos que buscam os mesmos objetivos. Os programas estabelecem prioridades de intervenção ao ordenarem projetos e alocarem recursos; Projeto – Instrumento de planejamento que conforma um conjunto de ações inter-relacionadas e coordenadas para alcançar objetivos específicos dentro de limites orçamentários estabelecidos em um dado período de tempo. Os projetos são específicos e delimitados, sendo as unidades mais operativas da lógica da gestão governamental.

informações contidas em material institucional da SMAFEL (ANEXO A), que não adota nomenclatura diferenciada em relação às ações desenvolvidas.

Coordenadoria	Programa	Projetos/ações/atividades
Atividade Física	Agita Santana de Parnaíba, Avaliação Física, Aulas de Ginástica e Danças e Dia do Desafio	14 (9 eventos)
Lazer	Lazer	9 (6 eventos)
Esporte de Base	Escolinhas e prática de Esportes	6 (3 eventos)
Esporte Competitivo	Participações em competições externas	3 (2 eventos)
Eventos	Eventos pontuais	9
total		41 (29 eventos)

Quadro 3 – Atividades desenvolvidas pela SMAFEL em 2006*

*Elaborado pela autora.

Em abril de 2004, a SMAFEL realizou o I Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer com objetivo de promover a mobilização social para a implantação de política pública de Atividade Física, Esporte e Lazer, formular propostas para a atuação do Conselho Municipal de Esporte e realizar eleição de representantes da sociedade civil e indicação dos representantes do poder público para o Conselho.

Nesse evento foram discutidos temas relativos ao Esporte no Município e realizadas oficinas temáticas sobre Ambiente, Educação, Atividade Física e Saúde, Participação Comunitária e Lazer. Na ocasião foi apresentado o novo conceito de atendimento incorporado à Secretaria, o de atividade física, entendido como aquele que promove atividades para a população como um todo, com objetivo de promoção da saúde:

[...] uma Secretaria que tem uma nomenclatura nova – Atividade Física, voltada para todos, Esporte, voltado para escolinhas e competição (eu pessoalmente tenho uma visão de que o competitivo seria mais do Clube do que da Prefeitura, que tem um trabalho, mas não obrigatório. Pelo contrário, a prefeitura forma o cidadão através do esporte e não o atleta, mas enfim estamos contribuindo com os clubes), e o Lazer que, hoje o Lazer que tem algumas correntes que brigam muito em relação a definição de Lazer. Nós aqui fazemos o Lazer com projetos diversos que temos junto com a Atividade Física, uma coisa ligada com a outra, junto, a Secretaria com o GESP (SECRETÁRIO).

No mesmo evento foram eleitos os representantes da Sociedade Civil no Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física (CMELAF). A constituição e ações do

Conselho serão apresentadas e discutidas no tópico referente a articulação com a sociedade civil, nesse capítulo.

Em Santana de Parnaíba os recursos para o Esporte têm como principal fonte as dotações orçamentárias municipais. Segundo a Pesquisa do IBGE, nos anos de 2002 e 2003, os recursos aplicados na função Desporto e Lazer foram, respectivamente R\$ 2.666.966,00 e R\$ 2.964.776,00 (dados provenientes da STN, complementados pelos dados coletados pelo IBGE). Tendo em vista a não continuidade da Pesquisa do IBGE, para ilustrar o peso do Esporte em relação ao Município, elaboramos a Tabela 7 na qual são apresentados os valores disponíveis entre 2003 e 2006 referentes a despesas, obtidos em duas fontes: Lei de Diretrizes Orçamentárias do município e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Tabela 7 – Despesas da Função Esporte e do Município de Santana de Parnaíba (2003-2006)

Ano	Função Esporte despesa prevista*	Município despesa total*	Porcentual Esporte/ Município	Função Esporte Despesa Fixada Final**	Função Esporte Despesa Realizada**
2003	2.792.000,00	126.500.000,00	2,21%	2.974.000,00	2.964.775,94
2004	3.493.000,00	215.000.000,00	1,62%	4.394.000,00	4.200.771,24
2005	4.361.000,00	244.784.000,00	1,78%		
2006	3.692.000,00	241.266.000,00	1,53%		

* Fonte: Leis de Diretrizes Orçamentárias (2002, 2003, 2004, 2005), valores em Reais.

** Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (2007), valores em Reais.

Cabe observar que a função Desporto e Lazer tem uma participação dos recursos aplicados, em relação à despesa total do município, acima dos valores médios dos municípios do Brasil, para os anos 2002 e 2003, apurados na Pesquisa do IBGE: 0,97% e 0,90%, respectivamente. Os percentuais atingidos pelo Município também estão acima dos verificados em 2003 para a Região Sudeste (1,07%) e Sul (0,96%), que superavam a média nacional, e da média dos municípios entre 50.001 e 100.000 habitantes, que foi de 1,10% e 1,01%, respectivamente nos anos de 2002 e 2003.

Esses dados são considerados pelo Secretário Municipal da área como resultado da política de Esporte desenvolvida no Município:

[...] Hoje (2007) nós atendemos, junto com o Grêmio, 1,8 a 2% do orçamento total da Prefeitura. Então isso facilita muito, sendo que o próprio Ministério do Esporte não atingia, nem a Secretaria Estadual, antes da Juventude, Esporte e Lazer, hoje Esporte, Lazer e Turismo. Isso nos orgulha porque nós estamos mais no meio de uma briga que nós já ganhamos (SECRETÁRIO).

Outras fontes de recurso são citadas no Anexo A.11 do Plano Diretor (2005/2006) (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006) referentes ao setor Lazer/Recreação/Esportes, como provenientes:

- do Fundo de Apoio ao Esporte (FAE), sendo arrecadados em média R\$ 3.500,00 por mês, utilizados na compra/reforma de material para a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer.
- do Grêmio Esportivo de Santana de Parnaíba (GESP), que permite o recebimento de doações de empresas e micro-empresas que têm como contrapartida incentivos fiscais e divulgação em eventos.

O crescimento das atividades de “Esporte, Lazer e Recreação” na cidade, a partir de 1997, primeiro ano de gestão do Prefeito Silvo Peccioli, é destacado tanto no Plano Diretor 2005/2006 como no material institucional sobre as atividades da SMAFEL/GESP²⁹. A citação nominal do então Prefeito no material da SMAFEL/GESP demonstra a intenção de se destacar a atuação do PFL no município, conforme preceitos de sua Plataforma Democrática de Mudança³⁰. O número de atendimentos³¹ apresentado passou de 5.140, em 1997, para cerca de 220.000 em 2005.

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
250	5.140	16.390	28.054	43.967	64.288	93.527	180.207	187.246	199.435

Quadro 4 – Evolução do número de atendimentos da SMAFEL

²⁹ Essa nomenclatura passa a ser adotada a partir de 2006, em função de convênio firmado em 2005. As bases desse convênio estão apresentadas no tópico Articulação com outras entidades e com o Mercado.

³⁰ [...] Para o PFL, o Brasil criativo e campeão é uma nação que brilha e vence.

O PFL também considera os esportes componentes essenciais do processo de desenvolvimento pessoal e social, postulando políticas públicas que:

- Articulem a promoção dos esportes nos espaços públicos, como escolas e parques, facilitando e induzindo sua prática em todas as faixas de idade da população, especialmente para crianças e adolescentes.
- Incorporem a atividade física intensiva nas políticas públicas voltadas para os idosos.
- Considerem a formação do atleta como primordial para o desenvolvimento social, estimulando a construção e modernização de centros olímpicos e a profissionalização esportiva no País.
- Formulem parcerias com os tradicionais clubes de futebol em todas as regiões, de modo a assegurar uma maior integração social, inclusive considerando a prática esportiva como elemento inibidor da criminalidade e da violência.
- Incentivem os esportes como espaço privilegiado de encontro e convergência, facilitando o envolvimento do setor privado em seu financiamento.
- Estimulem a vocação e a criatividade para a competição (PFL, 2006, p. 33)

³¹ O número de atendimentos se refere a soma de todas as pessoas atendidas pela SMAFEL/GESP, sendo que uma mesma pessoa pode ter participado de mais de um projeto/evento.

A justificativa para esse crescimento é baseada nas ações da Secretaria no sentido de ampliar a oferta da prática e descentralizar a ação municipal para os bairros. No mesmo documento é manifestado o caráter social do Esporte, que até então não tinha sido explicitado nos documentos sobre as ações de Esporte no Município:

[...] incentivar a implantação de escolinhas de esporte nos bairros em 1997, e envolver toda a comunidade, com a realização dos I Jogos Escolares, em 1998, que abrangeu 09 escolas em 08 modalidades esportivas, desta data em diante o incentivo à prática de atividades físicas é uma das prioridades da gestão municipal, não só pelo desenvolvimento esportivo, mas principalmente por seu caráter social [...] Os projetos são realizados nos bairros, com objetivo de ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes, adulto e idoso, trazendo-lhes opções gratuitas de lazer e cidadania (ANEXO A).

No detalhamento das ações, no mesmo documento, é apresentado um quadro dos projetos em andamento. Para efeito deste trabalho, desmembramos o mesmo grupando os projetos realizados exclusivamente pela SMAFEL/GESP, aqueles realizados em parceria com órgãos municipais/sindicatos e os desenvolvidos com apoio da iniciativa privada.

Os três projetos desenvolvidos pela SMAFEL/GESP sem parcerias, com a iniciativa privada ou com outros órgãos do governo municipal, estadual ou federal (Quadro 5), constantes da política municipal de expansão da oferta de atividades se concentram em atividades ligadas ao Programa Esporte de Base, de iniciação esportiva; ao Programa de Lazer, com atividades e eventos lazer e recreação; e um dos projetos do programa Atividade Física.

Projeto	Parcerias	Público-alvo	Data de implantação	Número de Atendimento anual (2005)
Escolinha de Esportes	Não	a partir de 2 anos	1997	7.189
Iniciativas de Lazer e Recreação à Comunidade	Não	Municípios	1998	42.145
Aulas de Ginástica e Danças	Não	a partir de 4 anos	não declarada	não declarado

Quadro 5 – Projetos desenvolvidos pela SMAFEL/GESP sem parcerias

O Esporte no Município passa a contar com mais um programa de atividades permanente para a população, implantado segundo a diretriz de descentralização das atividades em termos geográficos na cidade, diversificando a oferta de atividades, no sentido

de proporcionar mais opções de acesso à prática pelos cidadãos, na nova área de atuação da SMAFEL: a de Atividade Física.

4.1 ARTICULAÇÃO COM OUTROS SETORES DO GOVERNO MUNICIPAL E COM OS NÍVEIS ESTADUAL E FEDERAL

Segundo a Pesquisa do IBGE, os outros setores da administração municipal com os quais foram realizadas ações em conjunto são os de Educação, Saúde e Cultura. Identificamos no material institucional eventos desenvolvidos relativos às três áreas de atuação da SMAFEL/GESP em 2006, realizados em parceria exclusivamente no município (Quadro 6), com especificidades conforme a parceria realizada.

Projeto	Parcerias	Público-alvo	Data de implantação	Número de Atendimentos anual (2005)
Campeonatos, Jogos e Torneios	Secretaria de Educação e Sindicato dos Servidores Públicos	Municípios	1998	62.000
Lazer nas Escolas	Secretaria de Educação	Estudantes (EMEF's, EMEI's e creches)	1998	13.500
Avaliação Física	Secretaria de Saúde	Municípios inscritos em unidades Esportivas	2003	não declarado

Quadro 6 – Projetos desenvolvidos pela SMAFEL/GESP, na forma de eventos, em parceria com outros órgãos municipais e sindicato

A aproximação entre o órgão gestor do Esporte no Município e órgãos de outros níveis de governo é iniciada a partir de 2000. Numa primeira iniciativa, estabelece-se parceria com o governo do Estado de São Paulo, especificamente com o Programa Agita São Paulo, para a execução do evento Agita Santana de Parnaíba, como uma das ações do Programa Atividade Física. No Município, o Agita Santana de Parnaíba é realizado também em parceria com as Secretarias Municipais de Educação, de Saúde e de Cultura e Turismo. Apesar de citado como implantado em 2001, o Programa não foi citado como realização da SMEL na Pesquisa do IBGE referente ao ano de 2003. Em 2005 foram contabilizados 71.601 atendimentos nesse evento.

Quanto à efetivação de convênios com outras instâncias que não a municipal, segundo o IBGE, não havia registro de transferência de recursos da União e do Estado ao município em 2002 e 2003, sob a forma de concessão de incentivos e isenções fiscais. Até 2006 não foram identificados convênios com programas do Governo Federal nas áreas do Esporte Educacional e de Alto Rendimento. Na área de Esporte de Participação (Esporte e Lazer), o município se candidatou, em 2006, a convênio com o Ministério do Esporte/Secretaria Nacional de Esporte e Lazer na Cidade, através de pleito para Funcionamento de Núcleos de Esporte Recreativo e de Lazer. A proposição do município foi classificada para a formalização do Convênio, mas sua efetivação ficou condicionada a suplementação orçamentária naquele ano (BRASIL, 2007). Ainda em 2006, a Prefeitura obteve aprovação para captar recursos para o Projeto “Esporte Amigo de Todos”, no valor de R\$ 1.488.747,80 (BRASIL, 2007), o que significa aproximadamente 40% da despesa prevista do município para o Desporto e Lazer em 2006, junto ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), através do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (FNCA)³².

Essas ações poderiam ser consideradas como integrantes de uma “política de captação de recursos”, reafirmada pelo Secretário Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer como uma importante ação da SMAFEL:

[...] Hoje nós temos profissionais capacitados em buscar recursos, o que muitas prefeituras grandes não têm. Participamos de todos os fóruns, encontros, tudo o que tiver sobre a Lei de Incentivo ao Esporte. Já temos condições de aumentar os projetos e formamos uma *network* importante, com o Ministro, com o Secretário de Estado, através da participação nesses e em outros fóruns (SECRETÁRIO).

No Plano Diretor 2005/2006 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006), no que se refere ao setor de Esporte, a gestão local é avaliada no Anexo A.11 (LAZER, RECREAÇÃO/ESPORTES – DADOS E INDICADORES) como não contando com uma organização integrada verticalmente entre os três níveis de governo, diferentemente do que ocorre nas áreas de Educação e Saúde: “[...] fica, portanto, a gestão, inteiramente por conta do Município, podendo ocorrer o recurso a alguns programas isolados, de iniciativa dos demais níveis de poder” (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006).

³² Termo de cooperação técnica entre o Ministério do Esporte e Turismo e o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) firmado em 16/07/2002, que permite a renúncia fiscal de 1% do Imposto de Renda Devido por pessoas físicas ou jurídicas que investirem em programas de inserção social de jovens carentes através do esporte.

As iniciativas de encaminhamento de projetos de Esporte do município a programas de financiamento do Governo Federal são um indicativo de modificação desse quadro, no que tange a captação de recursos, especialmente no último ano estabelecido para análise no presente estudo: 2006.

4.2 ARTICULAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES E COM O MERCADO

Em Santana de Parnaíba o Esporte também se desenvolve graças a realização de convênios ou outro tipo de parceria³³, segundo informações declaradas na Pesquisa do IBGE (BRASIL, 2006). Dentre as ações da SMFEL em 2006, identificamos o evento Dia do Desafio, que tem organização geral do SESC. O Município participa do Evento desde 2003, com participação em torno de 49,53% da população. Outra ação é realizada em conjunto com a Fundação Eprocad, que na sua criação, como Projeto Epropar, tinha como objetivo formar e desenvolver atletas para o Esporte de rendimento na cidade. Apesar de continuar a manter ligação formal com o Município, sendo subsidiada por ele, sua ação se voltou para o desenvolvimento de habilidades e capacidades específicas de modalidades esportivas em ações educacionais e educativas de formação de crianças e adolescentes. Dessa forma, a SMAFEL/GESP mantém parceria com a Fundação apenas para o Projeto Escolinhas de Esportes, especificamente a Escolinha de Atletismo, que é desenvolvida na Fundação Eprocad, que possui equipamento específico para essa modalidade.

Outra iniciativa identificada no período 2003-2006 foi o desenvolvimento de Escolinha de Mini-Tênis, até 2005, em parceria com a Faculdade de Educação Física da Universidade Presbiteriana Mackenzie, localizada em Tamboré (Barueri), como ação de extensão universitária, que disponibilizou recursos humanos para o ensino da modalidade.

O Projeto “Participações em Competições Externas” desenvolvido desde 1997, tem patrocínio de empresas locais, no sentido de viabilizar a participação de equipes representativas da cidade em eventos como os Jogos Abertos do Interior, Jogos Regionais, e participações em eventos nacionais e internacionais em modalidades individuais como Boxe,

³³ Convênio ou outro tipo de parceria – “[...] Acordo geralmente firmado pela prefeitura e seus órgãos com entidades públicas ou privadas, para a realização de objetivos de interesse comum dos partícipes. Os convênios no esporte não se restringem apenas àqueles relacionados ao órgão gestor do esporte, mas também aos de outros órgãos da prefeitura que os possuam (BRASIL,2006).

Karatê, Luta Olímpica e Ciclismo. Em 2005 são referenciados 3.000 atendimentos no Projeto desenvolvido pela SMAFEL/GESP.

Embora não citada na Pesquisa do IBGE nem no documento institucional da SMAFEL/GESP de 2006, a participação de Santana de Parnaíba nos Jogos Abertos do Interior é bastante reconhecida pelo município, com menção oficial no Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física e na Câmara Municipal. Em 2006, a cidade participou dos Jogos Abertos com 160 atletas, que disputaram 19 modalidades das 32 que fazem parte da competição, o que demonstra a valorização desse tipo de política. Dentre as 200 cidades do Estado de São Paulo que participaram, Santana de Parnaíba obteve o 20^a lugar na classificação geral, uma colocação melhor do que a obtida em 2005: 33º lugar.

Outras ações são relatadas como programas e ações desenvolvidos pela SMAFEL/GESP, em parceria:

- Programa de Atividade Física para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais (PPNE) – em parceria com as entidades: APROEX – Associação para Prosperidade do Excepcional e Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz.
- Projeto Padaria, em parceria com a Goodyear, que financiou equipamento instalado na sede da SMAFEL, onde são produzidos pães para o lanche fornecido para alunos das Escolinhas de Esportes e das Equipes de Base, assim como para as entidades Núcleo da Criança e do Jovem Especial e Semeador.
- Projeto Skate Skola Tur – em parceria com as empresas Via Oeste, Goodyear e SKF.

Até este ponto do trabalho temos nos referido à Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer como SMAFEL, mas, quando apresentamos informações provenientes de documentos institucionais, fazemos referência à sigla SMAFEL/GESP. Cabe lembrar, como citado quando da formalização do Convênio, que o GESP é uma entidade sem fins lucrativos, criada em 2003, com a finalidade de proporcionar a filiação do Município a Federações e Confederações, para participar de competições do Esporte formal de rendimento e dar apoio material e técnico a atletas do município. Com essa iniciativa, o Grêmio, ou seja, a estrutura formal de um Clube ou associação esportiva propicia o estabelecimento de contratos de patrocínio, sem os habituais entraves jurídicos e legais característicos de processos junto ao poder público.

A adoção dessa nomenclatura em documentos institucionais revela o fato do GESP desempenhar um papel cada vez mais estreito, até mesmo simbiótico, com a SMAFEL. Essa

“aproximação” tem início com a autorização, a partir de maio de 2004, para receber subvenção municipal, determinada pela Lei nº 2.532 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2004):

[...] Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Convênio com o GRÊMIO ESPORTIVO SANTANA DE PARNAÍBA, com sede na Rua Meatinga, nº 64 - Santana de Parnaíba - inscrita no CNPJ sob nº 05.925.857/0001-36, visando a colaboração da PREFEITURA DO MUNICÍPIO de Santana de Parnaíba, através de uma subvenção mensal no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), para custeio e aplicação no desenvolvimento das diversas modalidades do esporte amador de nosso Município (SANTANA DE PARNAÍBA, 2004).

Naquele momento, não foi efetivado um convênio, e a determinação de subvenção à entidade é direcionada ao desenvolvimento do Esporte amador, não se destinando a outros programas de maior inserção social, como aqueles definidos pela Secretaria como ações das áreas de Atividade Física e de Lazer.

Esta autorização foi revogada em 2005 pela Câmara Municipal que no mesmo ato aprovou, e o Prefeito sancionou, a Lei nº 2.367, que estabelece o Convênio entre a SMAFEL e o GESP:

[...] Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênios de cooperação técnico-administrativa com o Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba, entidade sem fins lucrativos, tendo por objetivo:

I - a administração e desenvolvimento de atividades das escolas de iniciação esportiva da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer do Município;

II - a realização de obras e serviços de ampliação, reparação, pintura e manutenção, bem como a vigilância da praça, ginásios e logradouros de esporte e lazer do Município [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005).

Uma breve análise dos termos deste Convênio em relação aos seus objetivos nos permite concluir que a SMAFEL, através da Prefeitura, nesse ato, transfere grande parte de suas atribuições ao GESP: a gestão de instalações e a execução do programa Escolas de Iniciação Esportiva. O GESP passa então a ter um novo papel, qual seja, o de executor de ações de Esporte no Município, não se restringindo mais ao inicialmente proposto, quanto a captação de recursos para a representação do Esporte amador em competições de Esporte de alto rendimento:

[...] Parágrafo único. As cláusulas referentes aos encargos convenientes deverão contemplar, além de outros, os seguintes encargos básicos:

I - no caso do inciso I do artigo anterior:
a) Município:

1. permitir ao Grêmio o uso das praças, ginásios e logradouros de esportes, bem como dos equipamentos necessários às atividades das escolas de iniciação esportiva;

2. fornecer, se for o caso, os materiais e equipamentos necessários as atividades das escolas de iniciação esportiva;

b) Grêmio:

1. **administrar e desenvolver, com equipe própria, as atividades das escolas de iniciação esportiva;**

2. responsabilizar-se por quaisquer ocorrências que envolvam os alunos e atletas das escolas de iniciação esportiva;

3. **submeter-se a fiscalização e acompanhamento da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer.**

II - no caso do inciso II do artigo anterior:

a) Município:

1. autoriza as correspondentes obras e serviços;

2. autoriza o agenciamento de publicidade, nas praças, ginásios e logradouros de esportes;

3. permitir ao Grêmio a utilização das praças e ginásios de esportes para treinos e jogos oficiais de suas equipes de competição.

a) Grêmio:

1. **responsabilizar-se pela realização das obras, serviços e vigilância nos próprios objetos do convênio, com pessoal próprio;**

2. **promover, se for o caso, a aquisição dos materiais necessários ao cumprimento do encargo a que alude o item anterior;**

3. **submeter à prévia aprovação da Prefeitura as obras e serviços em apreço;**

4. **agenciar e autorizar a afixação de publicidade nos próprios em apreço** [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005, grifo nosso).

Dessa forma, a partir de 2006 a apresentação institucional da SMAFEL passou a incorporar o GESP como co-responsável pelo desenvolvimento de atividades de Atividade Física, Esporte e Lazer na cidade. No documento de divulgação das atividades da SMAFEL/GESP, as entidades são apresentadas como promotoras de atividades “[...] que buscam a qualidade de vida e o desenvolvimento das famílias que vivem na cidade, através de ações ligadas à busca dos direitos sociais e a mobilização popular”.

Verifica-se no material institucional da SMAFE/GESP, pela primeira vez, citações sobre o Esporte como “direito social” e a expressão “mobilização popular”. A inclusão de tal “discurso” no material analisado nos parece estar mais vinculada à intenção de promover a democratização do acesso à prática, ou seja, mobilizar a população para a prática da atividade física, do que mobilizar a Comunidade para uma possível participação na elaboração e acompanhamento da política de Esporte local.

Ainda no mesmo documento, são explicitados especificamente os benefícios da atividade física em geral e em termos biológicos, psicológicos e na fase escolar. São destacados ainda os possíveis benefícios das atividades, discurso funcionalista cada vez mais

presente na justificativa para a importância da atividade física e extremamente propalado na fundamentação de projetos sociais de Esporte:

[...] Melhora no desempenho acadêmico/vocacional.
 Diminui o uso de drogas.
 Aumenta a frequência às aulas.
 Melhora as relações com os pais.
 Diminui a delinquência.
 Aumenta a responsabilidade.
 Reduz distúrbios de comportamento [...].

O âmbito do Convênio, aparentemente restrito no texto legal, é ampliado pelas ações relatadas quanto aos recursos humanos:

[...] Com isso temos mais verba para pagar os funcionários, que hoje são contratados pelo Grêmio. O Grêmio tem um Estatuto, o que facilita para nós, como agente político da prefeitura e também como Secretário de Esportes que eu sou pela formação que eu tenho. Facilita pra nós pelas Leis Trabalhistas, que esta é uma atividade grande realizada através do Grêmio – contratação de técnicos, pessoas, cursos, em benefício do nosso município, viabilizado pelo Grêmio (SECRETÁRIO).

Para atender a funções que seriam precípuas da SMAFEL, ora formalmente transferidas para o GESP, é definida subvenção e suplementação de recursos:

[...] Art. 3º À Prefeitura caberá, ainda, suplementar a subvenção conferida ao Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba, conforme orçamentos previamente aprovados, para possibilitar o cumprimento dos objetivos dos convênios em causa.

Art. 4º As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotação orçamentária própria, suplementada se for necessário [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005).

Além do repasse de recursos da Prefeitura determinado inicialmente em 2004 (R\$ 10.000,00 mensais), outras subvenções/créditos adicionais suplementares foram concedidos ao GESP (Tabela 8).

Tabela 8 – Créditos adicionais especiais abertos ao GESP (2004-2006)

Período	Valor*
maio 2004	70.000,00
outubro 2006	500.000,00
dezembro 2006	110.000,00

* Em Reais

Fonte: SANTANA DE PARNAÍBA, 2004, 2006

Com a ampliação da ação do GESP no sentido de ser o órgão executor dos programas/projetos de Esporte no Município, o volume de recursos envolvidos no Convênio também aumentou progressivamente: “[...] Como nós criamos aqui na cidade um Grêmio, uma subvenção da Prefeitura vai para o Grêmio. Hoje está em R\$ 3.180.000,00 para 2008. Para 2007, foi R\$ 3.000.000,00, que a Prefeitura passa para o GESP, que foi criado em 2000” (SECRETÁRIO). A progressão dos valores das subvenções para o GESP, chamadas “sociais”, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos leva a supor que praticamente todas as ações, programas e projetos que seriam de competência da SMAFEL foram “terceirizados”, o que se confirma pelo depoimento de integrante da SMAFEL:

[...] Desde 2005 temos o Convênio, então a Secretaria SMAFEL, juntamente com o Grêmio, presta contas para o Secretário sobre o que está sendo feito, e tudo está sendo feito na base da Lei. Passa pela contabilidade da Prefeitura, pelo Ministério Público e Tribunal de Contas, que fazem a averiguação para verificar se há alguma coisa ilícita ou não. O que ficou com a Prefeitura, com a Secretaria foram alguns alugueis que a prefeitura tem que pagar através do Esporte – locação de áreas de esporte são pagas pela SMAFEL (SECRETÁRIO).

A função de gerenciar as áreas privadas alugadas pela Prefeitura, nas quais foram construídas e são mantidas algumas das unidades da SMAFEL, tende também a desaparecer, dado que é projeto da Secretaria a inserção no Plano Diretor da aquisição dos terrenos:

[...] Hoje o Plano Diretor caminha de uma forma que no futuro nossas instalações passem a ser da Prefeitura. Hoje, 80% são locadas. O que acontece a partir dessas discussões é que elas deixem de ser locadas e passem a pertencer ao Próprio da municipalidade, e com isso venham os resultados a partir de 2008: 3 ginásios de Esporte em bairros grandes – Anhangüera, Cidade São Pedro e Parque Santana, em áreas da Prefeitura. Isso será um ganho para nós da área de Esporte porque não dá para fazer um ginásio de esporte sem ter uma piscina próxima, para que se possa acoplar a maioria de modalidades possível juntas, para facilitar a parte de mão e obra e a parte administrativa, técnica e a localização, que nas áreas locadas fica muito difícil para nós. Mas estamos amadurecendo isso (SECRETÁRIO).

Verifica-se então no Município uma política claramente identificada com o projeto neoliberal, de delegação de serviços não exclusivos do Estado para organismo da sociedade civil, sem fins lucrativos, ou seja, público não-estatal (BRESSER PEREIRA; GRAU, 1999; MELO, 2005). No caso estudado, este organismo não-estatal não se configura como uma entidade da sociedade civil, ou ONG. Apesar de não fazer formalmente parte do aparato do Estado, suas atribuições são aquelas que deveriam ser executadas pelo órgão do setor público. Dessa forma, o órgão público responsável pela implantação e implementação das políticas de

Esporte no Município se transforma num mero repassador de recursos para uma entidade privada executá-los. Na realidade, é notória a configuração de uma total terceirização do serviço público, na qual ambas entidades se fundem numa só, com utilização de artifício legal da criação de um “Clube” para viabilizar essa ação: o endereço é o mesmo, a Diretoria é constituída por “ex-funcionários” da SMAFEL e os profissionais especialistas do Grêmio são “ex-profissionais” da SMAFEL.

Dessa forma, entendemos que esse processo de “terceirização” das ações da SMAFEL, iniciado entre 2004 e 2005, se caracteriza como uma Política do Município para a área. O papel do Conselho Municipal de Esporte, implantado nesse período, frente a esse processo, que determinou uma nova realidade quanto às ações de Esporte no Município, é apresentado e analisado no tópico seguinte.

4.3 ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE – O CONSELHO COMO CANAL DE PARTICIPAÇÃO

4.3.1 Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física - criação, motivações e significados

O Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, criado pela Lei nº 2.449, de 27 de agosto de 2003 teve sua gênese na Lei Orgânica do Município, de 2002. As diretrizes para sua criação são apresentadas no Artigo 226 da LOM – opinar e avaliar a aplicação da política esportiva do Município – condizente com a visão liberal do papel dos Conselhos, qual seja entendendo-os como mecanismo de colaboração com o executivo municipal (GOHN, 2000).

Ao levantarmos junto aos entrevistados sua percepção quanto as razões e motivações da implantação desse mecanismo de participação, obtivemos posições bastante diferenciadas dos diferentes atores ligados ao Conselho desde a sua implantação. Destacamos inicialmente o entendimento de que a criação do Conselho é uma mera formalização de uma instância que proporcionaria uma conexão com outros níveis de governo:

[...] Nós criamos porque ... criamos o Fundo de Apoio ao Esporte em 98, criamos o Grêmio Esportivo. Em termos de políticas públicas de esporte o Conselho, hoje, ele é vital na Secretaria de Esportes e está na Constituição, mais que isso, como a gente é estudante de Direito, eu já vi isso. Principalmente no governo Lula ele deu uma ênfase muito grande aos Conselhos, para que cada município tivesse o seu, como em outras áreas como a Educação e a Saúde. Nós do Esporte também temos no Ministério do Esporte e há também um Conselho no Estado. Esses Conselhos hoje tão tendo uma total participação da decisão de alguns projetos, como a Lei de Incentivo ao Esporte. Nós temos o presidente do Conselho Nacional do Esporte que participou do projeto que vai dar incentivo. Aqui no Estado a mesma coisa. E nós aqui de Santana não poderíamos ficar para trás, já que estamos plugados. Essa ida a diversos fóruns, debates e *workshops*, sobre temas relevantes ao esporte, fez com que nós fizéssemos o nosso Conselho Municipal (SECRETÁRIO).

O estabelecimento da conexão com outros níveis de governo tem como elemento motivador principal a possibilidade de captação de recursos para o Município na área, como evidencia de maneira mais direta o Presidente do Conselho: “[...] inclusive há uma Lei do Estado, relativa ao Fundo Estadual de Esporte, que só liberaria verba para o município que tivesse Conselho ativo (PRESIDENTE). Essa visão é reafirmada pelo membro do Conselho, vinculado a associação esportiva da cidade: “[...] Logo começaram a vislumbrar a possibilidade de conseguir verbas. O Conselho foi mais criado pela possibilidade de conseguir verba para o Fundo” (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

Estas posições são confirmadas pelo representante do Esporte no Município, mais especificamente em outro momento da entrevista:

[...] O Conselho é fundamental hoje para o Município, pois nessas andanças que eu tenho feito a Brasília, ao Rio, no Pan e em São Paulo, as cidades que não tiverem Conselho constituído vão deixar de receber alguns recursos oriundos da União ou do Estado (SECRETÁRIO).

Além dessa visão focada na captação de recursos, são feitos questionamentos quanto ao próprio significado do Conselho, a ponto da necessidade de sua existência ser questionada:

[...] No meu ponto de vista, inclusive eu discuto isso com alguns conselheiros, o Conselho não tem muito o que fazer, porque ele existia pra dizer que a cidade tem Conselho de Esportes, só causa de Leis (PRESIDENTE).

Esse ponto de vista é mais detalhado no depoimento do representante da Comunidade, que explicita o caráter “político”, no sentido de se “forjar” um ambiente da participação:

[...] Devido a *lobbies* políticos. No Brasil a gente vive disso, a gente finge uma falsa democracia. Como representante de Santana de Parnaíba no Fórum das Cidades eu vivenciei coisas absurdas. A população brasileira não tem educação para isso, não sabe o que é isso. [...] Em relação ao Esporte, o Conselho foi criado apenas para cumprir o que estava na Lei Orgânica do Município (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

Esses pontos de vista podem ser considerados indicadores de que a intenção de se institucionalizar um mecanismo que possibilitasse a participação da Comunidade no processo decisório e na gestão da política municipal de Esporte não prevalece neste caso, como já foi apontado por Santos (2004), em relação a Conselhos de outras áreas, sejam aqueles ligados a defesa de direitos ou aqueles voltados para o controle social, ou ainda, não há uma postura, nem aparente interesse quanto a este aspecto, expressa pelo representante do executivo municipal. Há na realidade apenas uma institucionalização do mecanismo de participação, com o Conselho se configurando em mais instrumento do executivo e das elites para se falar em nome da Comunidade (GOHN, 2000).

O que prevalece como justificativa para a criação do Conselho, qual seja, a existência do Conselho como veículo para se captar recursos, é o entendimento característico do período inicial de implantação de Conselhos, também em outras áreas sociais no País (MENICUCCI, 2006; SANTOS, 2004), uma vez que o recebimento de determinados recursos federais e estaduais destinados as determinadas áreas sociais estava vinculado a sua existência.

4.3.2 Organização e funcionamento do CMELAF

A partir da promulgação da Lei nº 2.449, em 27 de agosto de 2003, a organização do Conselho se deu através de ações no sentido de se efetivar sua composição. Os setores públicos mencionados na Lei foram convidados, e as organizações da sociedade civil foram contatadas diretamente por vias formais e através de convocação pública para a eleição dos representantes da Sociedade Civil durante o Primeiro Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, realizado em 28 de abril de 2004. A eleição dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho se deu nessa data.

Dessa forma, seguiram-se as formalidades no sentido do Conselho estar apto para iniciar suas atividades. A nomeação dos membros do Conselho, entretanto, só se deu em 10

de fevereiro de 2005, por meio do Decreto nº 2.670 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005). A primeira Assembléia foi convocada para o dia 20 de abril de 2005, às quatorze horas, na Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer.

No levantamento documental sobre o Conselho junto ao atual Presidente, obtivemos cópia das Atas e da relação dos presentes de três reuniões, além dessa realizada em 20 de abril de 2005: 01 de junho, 10 de agosto e 13 de setembro de 2005. Os documentos encaminhados não têm validade legal, ou seja, não podemos tratá-los como documentos públicos, uma vez que as Atas dessas reuniões não foram registradas oficialmente, fato questionado por um membro da sociedade civil no documento disponível referente à Ata da Assembléia da última reunião a que tivemos acesso, a de 13 de setembro de 2005: “(...) o Sr. Ferdinand Câmara, falou também que é necessário registrarem em cartório todas as atas para terem validade e publicar o regimento interno nos jornais oficiais da cidade” (ANEXO D).

A organização dos trabalhos do Conselho fez parte da pauta da primeira Assembléia, realizada em 20 de abril de 2005, das 14h às 16h30, na sede da SMAFEL, da qual faziam parte os seguintes itens:

- [...] 1º - 14:00h – Entrega dos documentos do Conselho;
 - 2º - 14:15h – Leitura da Ata do CMELAF e recolhimento das assinaturas;
 - 3º - 14:30h – Leitura e aprovação do Regimento interno do CMELAF;
 - 4º - 15:30h – Elaboração do Cronograma de reunião (bimestral);
 - 5º - 15:45h – Comunicado sobre os assuntos da próxima reunião; [...]
- (ANEXO B)

Dentre os itens constantes dessa pauta, chama a atenção, em especial, o item referente ao Regimento Interno, uma vez que em se tratando da primeira reunião pressupõe-se que o mesmo teria sido elaborado fora do âmbito do Conselho, provavelmente a partir de modelo adotado por outros conselhos existentes na cidade, adaptado ao tema Esporte. Quanto à periodicidade mensal das reuniões, o tema foi incluído na proposta de alterações do Regimento Interno nessa reunião, tendo sido aprovada de alteração do texto, inicialmente “uma vez por mês”, para “bimestralmente”. Dessa forma, como previsto, foi elaborado o calendário de reuniões (Quadro 7) para o ano de 2005:

Data	Horário
01 de junho de 2005	das 14:00 às 16:00hs
03 de agosto de 2005	das 14:00 às 16:00hs
05 de outubro de 2005	das 14:00 às 16:00hs
07 de dezembro de 2005	das 14:00 às 16:00hs

Quadro 7 – Calendário de reuniões do CMELAF para 2005

Definiu-se que a elaboração do Calendário de reuniões, para o ano de 2006, seria realizada durante a reunião de dezembro de 2005 e que haveria uma alternância quanto ao local de realização entre as unidades esportivas da SMAFEL, para minimizar as dificuldades quanto aos deslocamentos necessários de todos os membros à sede da Secretaria. Quanto ao rodízio proposto, verificamos que o mesmo efetivamente não ocorreu, segundo o registrado nos documentos analisados.

Na reunião seguinte, foi aprovada a alteração do horário das reuniões para o período da manhã. Seguiram-se outras alterações no Calendário e a convocação de uma reunião extraordinária em 13 de setembro de 2005. Nesta reunião foram novamente alteradas as datas das reuniões ordinárias previstas, voltando a serem previstas reuniões mensais, anteriormente descartadas no próprio Regimento, teoricamente já aprovado, mas não formalizado legalmente.

O mesmo ocorreu quanto à formalização legal da Mesa Diretora do Conselho, cuja eleição se deu na reunião de 01 de junho de 2005. Na ocasião, foram eleitos para os cargos, através de chapa única, o Presidente, o Vice-Presidente e os 1º e 2º Secretários e na reunião seguinte a necessidade do registro do resultado da eleição, juntamente com o registro das atas foi reafirmada, sem que o mesmo se efetivasse.

Ainda no âmbito da organização para atuação, nessa mesma reunião a formação de comissões e grupos de trabalho foi incluída na pauta para a próxima reunião, o que efetivamente não aconteceu, sendo novamente prevista agora para a reunião extraordinária de 13 de setembro. Nessa reunião foram aprovadas as Comissões de Trabalho, com a definição dos integrantes: Comissão Fiscal, Comissão de Saúde, Comissão de Comunicação e Comissão Técnica.

As Comissões criadas não tiveram a possibilidade de atuar, tento em vista os problemas, também já levantados, quanto à legitimidade da representação dos Conselheiros:

[...] 95% das reuniões trataram apenas das questões legais da representação e do regimento interno. Das 12 a 15 reuniões, cerca de 3 foram para a formação da Diretoria, 3 para elaboração do Regimento Interno. Daí para frente, as reuniões foram realizadas só para resolver problemas da tramitação da documentação (PRESIDENTE).

A partir desta data, 13 de setembro de 2005, não houve registro de outras reuniões. O Presidente informou que o Conselho está em fase de reorganização, em função dos problemas legais e jurídicos já relatados:

[...] Foram criadas seis comissões, mas no momento que elas foram criadas se levantou as questões formais e legais da representação, o que impediu a sua continuidade pelas questões jurídicas (PRESIDENTE).

A falta de foco nas discussões sobre questões ligadas as políticas municipais de Esporte é alegada como um dos motivos da aparente “desativação” do Conselho:

[...] Só funcionou bem até ter eleição para os cargos no Conselho e ter as pessoas. Aí precisávamos nos dividir, nos organizarmos para trabalhar. Aí eu disse vamos criar Comissões, de Planejamento, de Comunicação, etc. para começar a direcionar alguns assuntos [...] Aí eu não pude comparecer em uma reunião e fui a uma outra e continuava, não tinha pauta nem nada, aí eu dei minha opinião, eu como não sou presidente nem nada, eu achava que a gente estava muito engessado, não tendo nada para fazer: é melhor não ter mais reunião, o Conselho não está funcionando (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

O pouco direcionamento das ações se manifesta ao analisarmos a organização e funcionamento do Conselho. Alguns aspectos podem ser considerados como concorrentes para a dinâmica que se estabeleceu nesse processo: a própria criação do Conselho, que como vimos não se deu por valorização desse mecanismo pelo poder público para que se constituísse num canal de articulação com a Comunidade e demais instâncias do governo municipal; as questões formais, quanto à realização de reuniões que só ocorreram após o período eleitoral de 2004, com a efetiva nomeação dos Conselheiros em fevereiro de 2005 e a primeira reunião em abril de 2005; e o não registro formal das mesmas e do Regimento Interno do CMELAF.

4.3.3 Papel, natureza, caráter e competências do CMELAF

Pautado na visão de cumprir uma exigência legal para possibilitar captação de recursos, o Conselho foi criado como Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física (CMELAF), com a seguinte finalidade:

[...] Art. 1º. Fica criado o Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, com a finalidade de **deliberar e fiscalizar** as diretrizes das ações municipais e atividades que, de forma direta ou indireta, afetam o direito ao esporte, ao lazer e a atividade física (SANTANA DE PARNAÍBA, 2003).

Ao examinarmos o caráter do Conselho, declarada como Deliberativo, dentre as categorias elencadas pela Pesquisa do IBGE (Consultivo, Deliberativo, Fiscalizador, Normativo, de Assessoramento, Executivo, Controlador, e outro), verifica-se que embora não tivesse havido qualquer alteração na Lei entre agosto de 2003 e abril de 2004, há divergência entre o declarado ao IBGE e o texto legal, que expressa: “deliberar e fiscalizar”. O mesmo ocorre entre o caráter definido na proposta da criação do Conselho, na LOM, “para **opinar e avaliar** a política esportiva do município”, ou seja, circunscrito ao papel central de caráter consultivo, e o que consta da Lei, que atribuiu-lhe conotação **deliberativa e de fiscalização**, característica de um estilo de governo que teria a questão da participação e da cidadania como diretrizes fundamentais (GOHN, 2000).

Desta forma, poder-se-ia supor que a política municipal de uma maneira geral e especificamente a ação da SMAFEL fosse direcionada no sentido de transformar as intenções legais em ações de estímulo a participação da Comunidade. Num primeiro momento, vislumbra-se a confirmação desse cenário com a realização do I Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, em abril de 2004, que objetivou promover uma mobilização social em torno das políticas de Esportes do Município. Em termos do cenário político no País, vale lembrar que o ano em curso, 2004, se constituiu em ano eleitoral para o executivo nos municípios.

Além do caráter, expresso no Artigo 1º, a competência do Conselho é relacionada no Artigo 2º:

- [...] I – discutir, encaminhar sugestões, acompanhar e colaborar com a política Municipal de Esportes, Lazer e Atividade Física;
- II – aprovar e fiscalizar a destinação e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física;
- III – promover e incentivar a realização de estudo, pesquisas, seminários, campanhas e outros eventos relacionados aos esporte, lazer e atividade física;
- IV – promover e estimular a formação de organizações destinadas à prática esportiva e de atividades físicas;
- V – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração do Plano Municipal de Esportes, Lazer e Atividade Físicas;
- VI – aprovar a Política Municipal de Esportes, Lazer e Atividade Física;
- VII – acompanhar, avaliar e fiscalizar os serviços prestados à população pelos órgãos e entidades públicas voltados para a prática de Atividades Físicas e Esportivas;
- VIII – aprovar critérios de qualidade para o funcionamento dos serviços e atividades da secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
- IX – apreciar previamente os contratos e convênios celebrados entre o setor público e entidades privadas;
- X – elaborar e aprovar seu Regimento Interno;

- XI – convocar ordinariamente a cada dois anos, ou extraordinariamente, por maioria absoluta de seus membros, a Conferência Municipal de Esporte, Lazer e Atividades Físicas, que terá a atribuição de avaliar a situação do acesso à prática esportiva, ao lazer e à atividade física, e propor diretrizes para o seu aperfeiçoamento;
 - XII – acompanhar e avaliar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos programas e projetos aprovados;
 - XIII – estimular e proporcionar atividades esportivas, recreativas e atividades físicas;
 - XIV – participar e organizar festividades, eventos, projetos, torneios, jogos e campeonatos de caráter social, cultural, físico, recreacional e/ou esportiva;
 - XV – incentivar, por todos os modos e meios ao seu alcance, o aumento das atividades físicas para melhorar a saúde dos munícipes;
 - XVI – desenvolver ações, projetos que melhorem a qualidade de vida dos munícipes;
 - XVII – coordenar propostas e projetos para grupos especiais (Diabéticos, Hipertensos, Cardiopatas, Portadores de deficiência, Obesos, entre outros), que necessitam de programas de atividade física para melhoria da saúde [...]
- (SANTANA DE PARNAÍBA, 2003).

Durante o processo de aprovação do Regimento interno do CMELAF surgiram alguns questionamentos quanto a determinados itens. Na Ata da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 20 de abril de 2005, da qual como vimos o tema fez parte da pauta – “Leitura e aprovação do regimento interno do CMELAF” – foram levantadas dúvidas e questionamentos quanto àqueles que se referiam ao “papel executivo” do Conselho:

- [...] II – aprovar e fiscalizar a destinação e aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física;
 - III – promover e incentivar a realização de estudo, pesquisas, seminários, campanhas e outros eventos relacionados aos esporte, lazer e atividade física;
 - IV – promover e estimular a formação de organizações destinadas à prática esportiva e de atividades físicas;
 - XIV – participar e organizar festividades, eventos, projetos, torneios, jogos e campeonatos de caráter social, cultural, físico, recreacional e/ou esportiva;
- [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2003).

Segundo o Presidente do Conselho: “No Decreto dizia que o Conselho devia aprovar e fiscalizar as contas do Fundo de Apoio ao Esporte e sabemos que não pode ser função do Conselho aprovar as contas do Fundo, que tem um Regimento próprio”. Quanto à discussão e aos esclarecimentos sobre esses pontos, definiu-se, na mesma Assembléia, que os mesmos seriam feitos na próxima reunião.

Na reunião seguinte, em 01 de junho de 2005, o tema não constava da Ata, mas foi incluído nos itens da pauta da próxima reunião, em 10 de agosto de 2005. Nessa reunião apenas o item II, referente ao Fundo de Apoio ao Esporte, foi tratado a partir do questionamento de um Conselheiro, representante da sociedade civil:

[...] Uma das primeiras coisas que o presidente colocou, foi a questão do Fundo. Já existia um Fundo com o qual a Secretaria trabalhava, e agora deveria ser criado um novo Fundo, o Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física. Eu falei não, não é outro Fundo, é o mesmo Fundo. Aí ele argumentou, não, aquele é o Fundo da Secretaria de Esporte. Aí eu disse: não pode haver o Fundo da Secretaria de Esporte. Aí começaram com: ah!, a gente vai verificar. Aí o assunto foi ficando de um mês para outro. No mês seguinte: ah!, a gente vai procurar um advogado, então não sabiam o que responder (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

Consta da Ata da Assembléia seguinte, em 13 de setembro de 2005, que este e os demais itens questionados foram esclarecidos. Além dos pontos levantados quanto às inadequações dos itens supracitados, a própria nomenclatura do Conselho, sob a qual foi criado, na Lei – Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física (CMELAF) – foi questionada, pois foi constatado que houve erro no texto legal: a nomenclatura correta deveria seguir a da própria Secretaria, ou seja, Conselho Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer (CMAFEL).

4.3.4 Constituição e composição do CMELAF – contradições e divergências

Na Pesquisa do IBGE foi declarado que o Conselho tinha como participantes oito representantes: um da Secretaria Municipal de Esporte, três de outras secretarias municipais, dois de entidades empresariais, dois de clubes e associações esportivas, não se referindo a participação de associações de cidadãos e profissionais da área.

Na realidade, como previa a Lei, a composição inicial contava com doze conselheiros titulares e o mesmo número de suplentes:

- [...] I - Seis (06) representantes do Poder Público, e seus respectivos suplentes, indicados pelo Prefeito Municipal, das seguintes secretarias:
- a) Um representante da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
 - b) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
 - c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação;
 - d) Um representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
 - e) Um representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
 - f) Um representante da Coordenadoria de Imprensa e Comunicação Social.
- II - Seis (06) representantes da sociedade civil e seus respectivos suplentes, na seguinte conformidade:
- a) dois representantes de associações de amigos de bairro ou assemelhados;
 - b) dois representantes de associações esportivas;

- c) um representante de entidade social destinada a promover a prática de atividades físicas, esportivas e de lazer;
- d) um representante dos professores de educação física que trabalham no município” [...] (SANTANA DE PARNAÍBA, 2003).

Os representantes da sociedade civil foram eleitos no I Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, em abril de 2004. Consta da Ata de Eleição a ausência de candidatos a suplência de representação de Entidade Social e de candidatos para representar as Associações Esportivas, embora existam na cidade dois Clubes formalmente constituídos, o Anhangüera Nikkei Clube e o Clube Atlético Sant’Anna (CASA). Dessa forma, esses representantes foram indicados pela SMAFEL.

A partir de então, as primeiras reuniões foram realizadas com o objetivo de definir o Regimento Interno para que o Conselho pudesse começar a atuar. Já nessas reuniões, além das irregularidades já apontadas quanto à nomenclatura e dos questionamentos sobre a própria competência do Conselho, a questão da legitimidade e da representatividade de parte dos membros da sociedade civil foi levantada, o que impediu que sua nomeação fosse efetivada:

[...] Depois dessa eleição foram feitas algumas reuniões e descobriu-se que alguns dos representantes estavam ilegais, não estava coerente com o que estava no Decreto. A gente teve que arrumar isso. Verificamos que quase 50% dos membros da sociedade civil não se adequavam ao Conselho. [...] Quanto aos representantes das associações esportivas também não poderiam ter sido eleitos porque as associações não estavam regularizadas. Eles representavam times de futebol da cidade, na realidade clubes fictícios, que não tinham estatuto, nem eram entidades sociais. [...] Nenhum dos dois conselheiros dos Clubes (Associações Esportivas) tinha documentação da entidade regularizada (PRESIDENTE).

Dessa forma, foi considerado que seriam necessários ajustes para que a representação da sociedade civil se tornasse legítima e para tanto foi elaborado e aprovado o Decreto nº 2.670, de 10 de fevereiro de 2005, nomeando os membros do Conselho (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005), com outros seis representantes da sociedade civil, com mandato de dois anos:

- um de Associações de Amigos de Bairro ou assemelhados;
- dois representantes de Associações Esportivas;
- um de Entidade Social de prática esportiva;
- dois representantes de Professores de Educação Física.

Novas reuniões se seguiram, e mais uma vez foi constatada divergência, agora entre o Decreto e a Lei, quanto à representação da sociedade civil (Quadro 8).

Representação	Lei nº 2.449, agosto de 2003	Decreto nº 2.670, fevereiro de 2005
Associações de Amigos de Bairro ou Assemelhados	2	1
Associações Esportivas	2	2
Entidade Social de Prática Esportiva	1	1
Professores de Educação Física	1	2

Quadro 8 – Comparação da representação da sociedade civil no CMELAF entre 2003 e 2005

Houve, na realidade, uma inversão entre o número de representantes das Associações de Amigos de Bairro e dos Professores de Educação Física:

[...] De todos os membros do Conselho, além dos seis representantes do poder público, estavam regulares: um representante de Associações de Amigos de Bairro ou Assemelhados, que eu passei a representar em fevereiro de 2005, um representante dos professores de educação física, mas que na verdade, como saiu errado no decreto, eram dois, e o representante da entidade social, o então presidente da Fundação Eprocad (PRESIDENTE).

É relevante observar que esse processo, ou seja, a sucessão de “erros”, poderia indicar a tendência para um direcionamento da representação, gerada na própria SMAFEL, numa tentativa de “controle” sobre os representantes: um dos professores de Educação Física passa a representar uma Sociedade Amigos de Bairro, assume a Presidência e permanece como funcionário da SMAFEL.

Apesar dos “erros” constatados, a primeira Mesa Diretora foi eleita em abril de 2005 com a seguinte composição:

- Presidente, um dos representantes da sociedade civil, de Sociedade Amigos de Bairro;
- Vice-Presidente, representante da SMAFEL;
- 1º Secretário, outro representante da sociedade civil, de Sociedade Amigos de Bairro;
- 2º Secretário, representante de Associação Esportiva.

A situação evolui para nova alteração legal através do Decreto nº 2.697, de 20 de maio de 2005 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005), ou seja, três meses depois da nomeação inicial. A profissional da SMAFEL que, em fevereiro de 2005, era a representante da

Secretaria no Conselho, passa a suplente de representante de um dos dois Professores de Educação Física, nomeados pelo Decreto de fevereiro de 2005. A antiga suplente, também profissional da SMAFEL passa a ser a representante da SMAFEL, ou seja, uma inversão de posições. Meses depois, houve o desligamento dessa profissional do quadro da SMAFEL, o que provocou a necessidade de novas alterações e discussões no âmbito do Conselho, como avalia o presidente:

[...] Perdemos um tempo enorme nessas alterações. Outros fatos foram acontecendo que agravaram a situação, por exemplo, a saída da representante da SMAFEL, que passou a representante dos professores de Educação Física e depois saiu do Conselho e da Prefeitura (PRESIDENTE).

Apesar de aparentemente mantida a paridade numérica (seis representantes do poder público e seis da sociedade civil), o desequilíbrio a favor do poder público na representatividade dos diferentes interesses é evidente nesse Conselho:

[...] Dessa forma o Conselho na verdade ficou vinculado a Secretaria de Esportes. Eu, por ser também funcionário da SMAFEL, fico numa posição “esquisita” ao representar o meu bairro, não podendo cobrar nada. [...] Acredito que na constituição do Conselho não deveria ser permitida a participação na Diretoria de representantes vinculados ao poder público, como é o meu caso e dos professores de Educação Física (PRESIDENTE).

Os “erros”, atribuídos meramente ao processo de digitação do regimento e do texto do Decreto, resultam efetivamente numa menor representação de Associações de Amigos de Bairro, ou seja, da representação da Comunidade, e de um número maior de professores de Educação Física. Dessa forma, além dos seis membros oriundos do poder público, mais três dos seis membros têm vínculo com a SMAFEL. Dos três restantes, dois representantes de Associações Esportivas não tinham caracterização legal de suas entidades. Portanto, um único membro, o representante da Entidade Social, pode ser considerado como representativo da sociedade civil.

A preocupação quanto ao fato da Secretaria ter mais “controle” sobre o Conselho se confirma pelas palavras do representante da SMAFEL:

[...] Hoje, com a continuidade, o atual presidente é Professor da SMAFEL/GESP, está em boas mãos, ele é de total confiança minha e precisamos sim de uma nova organização em cima do Conselho. Uma eleição nova vai estruturar novamente o Conselho (SECRETÁRIO).

Em contrapartida, o Presidente discute a não autonomia do Conselho em relação ao poder público, como reflexo da não-representatividade dos membros da sociedade civil:

[...] Na minha avaliação, enquanto não for totalmente separado do poder público, acredito que o Conselho não tem condições de atuar como deve. Eu, como munícipe, vejo muita coisa errada na Secretaria de Esportes, mas como sou membro dela, não posso ficar jogando pedra. Mesmo com a paridade, eles conseguem mais um voto e definem tudo, o poder público não vai deixar na mão da população, sendo que ela pode significar oposição a ele, ainda mais numa cidade pequena como a nossa, em que todo mundo sabe quem é quem, quem é favor quem é contra, quem é da oposição, isso é complicado, bem complicado (PRESIDENTE).

A proposta de ser alternar o local de realização das Assembléias entre os diferentes equipamentos da SMAFEL efetivamente não ocorreu. O representante da sociedade civil destacou ainda o que podemos considerar um “desgaste”, em função de não se atingir os objetivos quanto às políticas públicas:

[...] é uma tarefa muito árdua. Tipo, você não recebe para estar lá, te consome muito tempo, te expõe a muitas brigas, muitos desgastes. Se eu tivesse investido na própria Fundação, essa energia teria sido melhor usada não só para alcançar os resultados dela, mas até em relação as políticas públicas (CONSELHEIRO).

As questões relativas à representação, à representatividade qualitativa dos diferentes segmentos sociais e às forças políticas presentes no CMELAF são referenciadas como pontos cruciais observados em Conselhos Gestores de uma maneira geral. As condições de participação verificadas e apontadas nas entrevistas são aspectos também enfatizados por Gohn (2000) e Santos (2004), que destacam a desigualdade em termos das condições de participação, acesso à informação, disponibilidade de tempo e condições financeiras, entre os representantes do poder público e da sociedade civil.

4.3.5 Reuniões e participação no CMELAF – conflitos e tensões

O Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer realizado em abril de 2004, ano eleitoral no Município, foi o primeiro chamamento para a participação da Comunidade na discussão da política local de Esporte. O significado da participação da Comunidade nessa reunião teve diferentes leituras segundo os representantes dos diferentes

segmentos envolvidos entrevistados. O representante da Entidade Social avalia a participação da Comunidade no evento em termos da proporção entre a participação da sociedade civil e do poder público:

[...] Em relação ao Conselho, houve a primeira Conferência em 2004 que teve uma participação razoável, com poucas pessoas da sociedade civil [...] participaram mais pessoas da Prefeitura e só algumas de associações (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

Já para o representante da SMAFEL, a avaliação da participação é positiva, no que se refere à diversidade dos segmentos que participaram, e destaca a sua visão sobre o “desconhecimento” do Conselho como canal de participação e que esse canal seria colaborativo e com forte vinculação aos interesses da SMAFEL:

[...] Voltando ao Conselho, o início do Conselho foi nota 10. No Fórum tivemos vários segmentos juntos. Mas infelizmente as pessoas ali dentro não sabem o que têm nas mãos. Uma ferramenta muito forte para trabalhar ao lado do Secretário, porque ali você coloca diretrizes para como brigar, até na hora de fazer planejamento (SECRETÁRIO).

Embora tenha sido registrada a presença nas reuniões que se seguiram dos representantes da sociedade civil, indicados e eleitos (Quadro 9), a sua representatividade é questionada pelo Presidente, pois quem participou efetivamente foram aqueles que, como ele próprio (oficialmente representante de Sociedade Amigos de Bairro), tinham também alguma vinculação com o poder público:

[...] A participação da comunidade é mínima nas reuniões, não só pela questão numérica, mas pela sua própria representatividade, pois a maioria dos membros que participa é, no final das contas, como eu, oriunda do poder público” (PRESIDENTE).

Aliado à fraca representatividade da sociedade civil, o absenteísmo dos membros governamentais, apontado em estudos sobre Conselhos Gestores de outras áreas, também acontece nas reuniões do CMELAF. A progressiva ausência dos membros indicados pelo poder público nas reuniões no decorrer de 2005 (Quadro 10) pode ser considerada como reflexo de um possível desinteresse frente às questões discutidas, até então essencialmente voltadas a questões formais. A própria relevância do tema Esporte no bojo das políticas sociais do Município é colocada em dúvida pelo Presidente do Conselho:

[...] mesmo os representantes das outras Secretarias não manifestavam interesse em participar do Conselho, diferentemente do que acontecia, por exemplo, no da Saúde, da Criança e do Adolescente e da Segurança. Eu acredito que são conselhos em que o pessoal está lá, participa. De repente porque o Esporte não é prioridade do mandato do atual prefeito. A prioridade dessa administração é Educação e Saúde (PRESIDENTE).

Representantes Titulares		Reuniões				
		Fórum	20/04/05	01/06/05	10/08/05	13/09/05*
Vinícius Mocsdanyi	Associação Amigos de Bairro	P	P	P	P	A
Valmir Baptista Damas	Associação Amigos de Bairro	P	P	P	P	P
Ferdinand Câmara da Costa	Entidade Social	P	A	P e S	P e S	P
Maurício Doratiotto	Professores de Educação Física	P	P, outro	P, outro	P, outro	P, outro
Gilmar Queiroz Santos	Associações Esportivas	S	S	P e S	P e S	S
Luci Mara da Silva Moreno	Associações Esportivas	P	P	P e S	A	P

* reunião extraordinária

P = Presente A = Ausente S = Suplente

Fonte: elaborado pela autora a partir das atas do CMELAF

Quadro 9 – Participação dos representantes da sociedade civil nas reuniões do CMELAF

Representantes Titulares	Secretaria	Reuniões				
		Fórum	20/04/05	01/06/05	10/08/05	13/09/05*
Bethânia Myrian Brotto	SMAFEL	P	P	P e S	P nova	P
Robert Wagner	Saúde	P	P e S	P	A	P
Rose Atarian Cardoso	Assistência Social	P	A	A	A	A
Kátia Daher	Cultura	P	A	A	A	A
Milton Jesus	Comunicação Social	P	A	P novo e S novo	A	P
Georges Petralhas	Educação	P	S	A	A	A

* reunião extraordinária

P = Presente A = Ausente S = Suplente

Fonte: elaborado pela autora a partir das atas do CMELAF

Quadro 10 – Participação dos representantes do poder público nas reuniões do CMELAF

Outro aspecto, apontado por GOHN (2000), também pode ser considerado para explicarmos o absenteísmo constatado: o conhecimento por parte dos participantes sobre o significado e o papel de um Conselho Gestor. A discussão acerca da participação/absenteísmo

pode estar ainda relacionada à questão da capacitação dos Conselheiros para a participação nos Conselhos Gestores, apontada por Gohn (2000) como uma das fragilidades desse canal de participação. Estes aspectos são destacados pelo representante da sociedade civil:

[...] As pessoas tinham uma outra visão, não sabiam o que era o Conselho e quando começaram a ver que tinham que trabalhar e eu comecei a cobrar e o pessoal começou a sumir. A gente começou a substituir essas pessoas [...] não tem pessoas qualificadas e preparadas para discutir esse tipo de coisas. E aí o presidente foi muito adequado num momento complicado. Aí o Conselho ficou desativado e não há interesse do governo para que funcione. [...] Para mudar esse panorama eu acho que deveria ter treinamento para os gestores municipais. Eu, como representante da sociedade civil, tentei fazer modificações [...] (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

Outro fator levantado pelo representante de Entidade Social como determinante para a fraca participação nas reuniões é a falta de foco nas discussões. Além disso, o processo de estabelecimento do Convênio com o GESP também é apontado como elemento desestabilizador do Conselho:

[...] Aí a gente começou a questionar também o GESP. Toda aquela mudança de atuação do GESP, e a eleição dos membros estava muito próxima disso, no meio desse processo. Aí era aquela coisa, eu levantava as questões tentando dar uma direção para as discussões, porque não tinha ata, não tinha pauta, não tinha assunto a ser tratado. [...] começou a não ter mais foco, o GESP começou a ter uma mudança, um momento de transição do GESP, o pessoal da Prefeitura passar para o GESP. Isso foi muito conturbado porque, lógico, quando era funcionário da Prefeitura tinha X benefícios, quando foi para o GESP já não tinha. Então até administrar tudo isso, até o presidente ficou meio perdido. Começou a ter uma certa desistência do pessoal do Conselho, As pessoas não estavam vindo mais às reuniões [...] (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

A formalização do Convênio SMAFEL/GESP se deu em agosto de 2005, logo após a saída da Prefeitura, e do próprio Conselho, da pessoa que o articulou³⁴:

[...] Nas outras reuniões aquela pessoa que articulou a Conferência³⁵ e o Conselho já tinha saído e as pessoas que ficaram não sabiam o que estavam fazendo lá. Até tinham idéia para que é que ele era, mas não tinham bagagem nenhuma. O próprio presidente novo não tinha conhecimento, bagagem e apoio. A própria pessoa que saiu não passou as informações, não deixou nada (CONSELHEIRO SOCIEDADE CIVIL).

³⁴ O último registro de sua presença consta da “ata” da Assembléia de 01 de junho de 2005.

³⁵ Na realidade, o I Fórum Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer, realizado em abril de 2004.

O processo de implantação e o funcionamento do CMELAF revelam aspectos semelhantes ao que ocorre com Conselhos de outras áreas. Das fragilidades levantadas por Gohn (2000) e que, segundo a autora, estão no debate atual sobre os Conselhos Gestores no que se refere a institucionalização da participação, questões como a falta de tradição participativa da sociedade civil se manifestam claramente no caso do Esporte, como já havia avaliado Linhales (1998).

Outra questão observada é o desconhecimento por parte da maioria da população da própria existência dos Conselhos e das possibilidades de participação, reforçada pela carência de ações no sentido de se dar publicidade às suas ações (GOHN, 2000; SANTOS, 2004). No presente estudo identificamos um movimento inicial nesse sentido em 2004, provavelmente motivado pelo processo eleitoral local e pela atuação em particular de uma profissional da SMAFEL. Seu afastamento da Secretaria é citado como uma possível desarticulação da participação e do próprio Conselho.

Face ao exposto, o CMELAF de Santana de Parnaíba se configura num mecanismo com grandes limitações quanto a proporcionar uma efetiva participação da sociedade civil nas questões relativas às políticas públicas de Esporte. Destacamos alguns dos fatores determinantes desse quadro verificado no Município pesquisado, a serem considerados na análise de Conselhos Municipais de Esporte:

- a pouca vinculação dos movimentos sociais organizados da cidade com o tema Esporte;
- a não apropriação da população dos valores do Esporte;
- a postura de pouco envolvimento do poder público ante a questão da participação popular, e
- a visão do poder público em relação ao Conselho, considerado um mecanismo meramente formal que possibilitaria a captação de recursos.

4.3.6 As Políticas Municipais de Esporte no âmbito do CMELAF

Dentro do período compreendido no presente trabalho (2003 a 2006), mais especificamente nos anos de 2005 e 2006, aconteceu o processo de elaboração e aprovação do Plano Diretor da cidade para o período 2006-2013. A sociedade civil foi chamada a participar das audiências públicas previstas no processo de elaboração do Plano Diretor, conforme preceitos legais determinados na Constituição Federal, no Estatuto da Cidade e, portanto,

incorporados à LOM. Nesse sentido, procuramos identificar se a participação da sociedade civil na elaboração das diretrizes das políticas de Esporte do Município teria ocorrido em outra instância que não a do Conselho, e se o próprio Conselho participou de alguma forma desse processo.

Segundo o Presidente, o Conselho não foi acionado formalmente para participar da elaboração do Plano Diretor em 2005/2006. Entretanto, ao examinarmos as Atas das reuniões, identificamos que o tema aparece como sugestão de pauta, em 01 de junho de 2005: o Conselho “[...] irá mandar cópia do Plano Diretor para sugestão dos membros e alterações” (ANEXO C). Na reunião seguinte, em 10 de agosto de 2005, após a leitura do documento, os questionamentos se deram em relação a dois temas:

- o fato de somente o GESP estar citado no documento preliminar do Plano Diretor, e não constarem como integrantes outras entidades, como a Fundação Eprocad, que também atua em parceria com a SMAFEL;
- a inclusão de Lei de Incentivo Fiscal (Federal), que constava como possível fonte de recursos no documento analisado.

O Presidente esclareceu que o item sobre a Lei de Incentivo Fiscal deveria ser desconsiderado, pois a Lei ainda não havia sido aprovada³⁶. Quanto ao questionamento em relação ao GESP, não consta da Ata nenhuma referência sobre possível discussão ou deliberação a respeito, apenas esclarecimento dado pelo Presidente do Conselho: “[...] está para ser aprovada pela Câmara Municipal uma nova lei, que fará o GESP terceirizar o esporte de Santana de Parnaíba”. De fato, a autorização para a formalização do Convênio com o GESP deu vinte dias após a reunião de 10 de agosto, ou seja, em 30 de agosto de 2005 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2005). Apesar do Convênio ter sido formalizado nessa data, no Plano Diretor, aprovado em dezembro de 2006, prevaleceu apenas a citação do GESP, em tópico sobre dados e indicadores, no item “recursos para o setor” (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006).

Independente da não participação formal do Conselho no processo de elaboração do Plano Diretor, a participação da população, do ponto de vista do gestor municipal da área de Esporte, não é sequer reconhecida como relevante, sob a justificativa de que seria um tema

³⁶ A Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte estava em tramitação, e só foi aprovada em dezembro de 2006, após a aprovação do Plano Diretor.

para “especialistas” e que a população não conhece o que é Esporte, portanto não teria como intervir ou reivindicar sobre temas relativos a matéria.

Com relação a formulação do Plano Diretor, a Prefeitura é obrigada pela Lei colocar na rádio, em jornais, nos lugares que a população tem acesso, chamando a população a participar sobre o Plano Diretor. Em relação ao Esporte teve gente lá, mas a visão de Esporte é muito difícil para o pessoal que é leigo, porque a pessoa quando fala de Esporte fala de Atividade Física, Lazer, tudo como Esporte. A visão deles é um pouco diferente do que a gente espera [...] (SECRETÁRIO).

Mais uma vez, a capacitação da sociedade civil é questionada, agora também em termos do próprio fenômeno Esporte, como se ele não fosse apropriado pela Comunidade, ou ainda que a apropriação que a Comunidade manifesta não seria válida, nem passível de ser considerada na formulação das políticas de Esporte destinadas a ela. Ficam evidentes as posições que consideram que os “especialistas detêm o conhecimento” e que a população só deve “receber o que lhe é oferecido”, não sendo reconhecida a capacidade da Comunidade de participar, reivindicar e opinar sobre políticas públicas de Esporte.

Essa visão, típica de um olhar refratário à participação popular no debate e encaminhamento de reivindicações quanto a questões públicas, talvez possa ajudar a explicar a pouca relevância dada ao próprio Conselho Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer e até mesmo a busca e a valorização de se ter esse mecanismo de participação sob “controle” da entidade do poder público. Por outro lado a “competência” da SMAFEL/GESP para tratar do tema no Plano Diretor é enfatizada:

Nós temos um pessoal que fica só trabalhando sobre o Plano Diretor. Essa pessoa, 50% da função dela é voltada para o Plano Diretor. O Secretário acompanha, sabe de tudo o que está acontecendo, mas dá autonomia para ela. Esse é um ganho do Secretário, do presidente do Grêmio, de dar autonomia aos funcionários, onde o funcionário ganha autonomia pela confiança total que ele tem, junto com uma outra pessoa, um auxiliar. Caso amanhã, numa eventualidade, necessite, ela pode contar com uma outra. Esse é um caminho que está dando certo e que nós hoje, graças a Deus, não temos nada a esconder de ninguém, pelo contrário (SECRETÁRIO).

A partir da análise do processo de desenvolvimento do Esporte no Município no período pesquisado (2003-2006), podemos considerar que o conjunto das ações não se constitui em uma Política Municipal de Esporte. Em relação ao conteúdo da programação de Esporte, como já apontado anteriormente, verificamos que das 41 ações desenvolvidas, 29 são

eventos, que apesar de sua relevância como fator de difusão, não se constituem em programas permanentes para a Comunidade.

Avaliação no mesmo sentido já havia sido feita quanto à gestão da programação no Anexo A.11 do Plano Diretor 2005/2006 (SANTANA DE PARNAÍBA, 2006), no qual é destacada “[...] a não existência de padrões gerais estabelecidos para o atendimento das demandas, nem qualquer tipificação comum dos equipamentos [...]”. Apesar de registrada a ampliação do atendimento à população, a avaliação da gestão enfatiza a “[...] ausência de padrões sistematizados de planejamento e programação para o setor o que impede avaliações mais precisas quanto ao desempenho”.

Além desses pontos, outras questões se evidenciaram nessa Pesquisa. Há um claro movimento no bojo da Secretaria no sentido da privatização da Políticas Pública de Esporte, embora seja evidente que o GESP é, na realidade, “a Secretaria de Esporte do Município”, não cabendo a Comunidade nenhum espaço efetivo de participação. O que prevalece são os interesses do poder público, em especial no que se refere a “otimização” dos recursos públicos, ao “eximir” a municipalidade dos encargos trabalhistas, “flexibilizando” o orçamento para projetos e ações de impacto junto a população. Dessa forma, o que se destaca são valores e ações voltadas fortemente à captação de recursos, no sentido de reforçar o Orçamento Municipal, provenientes de outros níveis de governo e através de apoio e parcerias com entidades do Mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar a trajetória percorrida nesta pesquisa, que teve como objetivo verificar como se materializam os princípios da Gestão Democrática através da participação da Comunidade e da articulação entre os interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade nas políticas de Esporte em um município, retomamos as questões centrais que nortearam esta pesquisa: o Conselho Municipal de Esporte se constituiu num mecanismo que possibilitou a participação da Comunidade no processo de discussão e elaboração da Política de Esporte no Município? O Conselho Municipal de Esporte se tornou um espaço de promoção de políticas e de articulação entre as ações das organizações que desenvolvem projetos de Esporte no Município?

O embasamento teórico apresentado destacou que o processo de descentralização da execução das políticas públicas sociais do País para estados e municípios, formalizado pela Constituição Federal de 1988 e por diretrizes do Estatuto da Cidade, no sentido possibilitar a participação da Comunidade “[...] por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da Comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano” (BRASIL, 2001) deveriam ser absorvidas pelas administrações locais no sentido de estarem presentes do processo de elaboração do Plano Diretor dos municípios com mais de vinte mil habitantes e situados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas.

O levantamento bibliográfico realizado sobre participação da Comunidade e políticas de Esporte evidenciou que a maioria dos estudos desenvolvidos sobre outros mecanismos de gestão democrática utilizados por diferentes administrações municipais e estaduais fundamentadas em princípios populares e democráticos – orçamento participativo e co-gestão de programas e instalações de esporte e lazer – demonstram que esses mecanismos ainda não têm se efetivado plenamente como canais de participação em questões ligadas a políticas de Esporte.

No âmbito federal, constatamos que a participação da Comunidade na elaboração da Política de Esporte no País é prática recente, com a realização de duas Conferências Nacionais, em 2004 e 2006, com etapas estaduais e municipais. Quanto ao Conselho Nacional de Esporte, a representação da Comunidade, historicamente, não se fez presente, pelo contrário, apesar de constantes alterações na sua composição, a representação atual, aparentemente mais democrática, não conta com representação da Comunidade, excetuando-

se pela representação de atletas, ligados ao Esporte de alto rendimento e não aos interesses da população no sentido da implementação desse direito social.

Dentre as possibilidades de canais de participação previstas no Estatuto da Cidade, identificamos que a implantação e a atuação de Conselhos Municipais de Esporte em municípios brasileiros ainda não tinha sido alvo de estudos e pesquisas acadêmicas, o que determinou a opção por este tema de pesquisa e sua originalidade. O estudo sobre a atuação deste mecanismo junto a administrações municipais é ainda incipiente, restringindo-se a levantamento quantitativo sobre a sua existência, caráter, composição nos municípios brasileiros em 2003 (BRASIL, 2006), que revelaram que esse mecanismo está implantado em uma minoria dos municípios do Brasil. Dados referentes à existência de Conselho Municipal de Esporte também foram obtidos em pesquisa referente a cidades litorâneas e aquelas com mais de cem mil habitantes no Estado do Paraná (MEZZADRI et al., 2006), mas ainda não foram realizadas análises sobre sua atuação e o papel desempenhado nas políticas públicas locais.

Outra vertente focalizada no referencial teórico utilizado, também decorrente do processo de descentralização da execução das políticas públicas, se refere à reforma administrativa em curso no País, incrementada no segundo Governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002) que, de acordo com Bresser Pereira (2001b), se daria através de alterações institucionais-legais, mudanças nos valores da administração, da burocrática para a gerencial, e a absorção de mecanismos de co-gestão no escopo das administrações.

Nesse processo de modernização administrativa, os interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade, segundo Offe (1998, 2000) deveriam se harmonizar na formulação e no desenho das políticas sociais, num modelo de consenso político no sentido de se alcançar “[...] o equilíbrio entre os vértices desse triângulo[...]”. A articulação entre os interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade aparece também como uma das diretrizes do Estatuto da Cidade no que se refere a ações voltadas ao processo de urbanização e ao atendimento do interesse social, na forma de “[...] cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade [...]” (BRASIL, 2001).

No Esporte, essa “cooperação”, especialmente no que se refere aos interesses do Mercado, tem se dado de forma desequilibrada, com claro favorecimento a eles, conforme evidenciaram as análises de Linhales (1998) e Veronez (2005) sobre as políticas de Esporte no País. A cooperação com a iniciativa privada e os demais setores da sociedade através de parcerias é reafirmada na Política Nacional de Esporte (BRASIL, 2005) como possibilidade

de otimização da utilização recursos para sua implementação, no sentido de se evitar a descontinuidade dos programas.

Tendo em vista esse referencial teórico esboçamos algumas considerações acerca dos dois pontos principais de análise definidos nessa pesquisa: a participação da Comunidade e a articulação dos interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade na concepção, condução e avaliação das políticas de Esporte do município.

Ao focalizarmos a análise sobre a trajetória institucional do Esporte em Santana de Parnaíba, através dos dados obtidos em levantamento documental, complementados por depoimentos orais, verificamos que sua vinculação à estrutura administrativa do Município, nos primeiros anos da década de 1980, se dava junto a setores como Educação, Cultura e Turismo. Inicialmente configurada como Departamento ou Coordenadoria, a estrutura responsável pelo desenvolvimento de ações de Esporte atingiu o *status* de Secretaria Municipal específica das áreas de Esporte e Lazer em 1999, em função do processo de modernização administrativa implementado no município.

Dentre as ações desse processo, a descentralização do atendimento à população no Esporte efetivamente ocorreu, através da implantação de unidades esportivas em seis bairros da cidade. Um dos reflexos dessa ação foi o expressivo aumento do número de atendimentos entre 1997 e 1998 e seu constante crescimento anual. Nova reformulação, agora no sentido conceitual, se deu em 2004, com a SMEL tendo sua denominação alterada, passando a incorporar a expressão “atividade física”, incluindo a promoção da saúde como um dos eixos norteadores da programação da agora SMAFEL. No breve levantamento apresentado sobre os programas desenvolvidos no município, independente do conteúdo dos programas desenvolvidos, verifica-se uma grande ênfase dada a ações pontuais, caracterizada pela realização de eventos em parceria com outros setores da administração municipal, com o governo estadual e com o apoio da iniciativa privada.

O desequilíbrio entre os interesses do Estado, do Mercado e da Comunidade é marcante no processo de desenvolvimento das políticas de Esporte em Santana de Parnaíba, quadro já demonstrado em diversos municípios brasileiros. As ações realizadas se voltaram, essencialmente, no sentido de dar sustentabilidade ao desenvolvimento do Esporte de alto rendimento, portanto, voltado à representatividade esportiva do Município no cenário estadual, através da busca de alternativas para seu financiamento por organizações do Mercado.

O Programa Esporte Pró-Parnaíba é o exemplo local da criação de mecanismo para permitir investimentos de entidades do Mercado, em especial, empresas instaladas no

município e região, para suprir as históricas carências das dotações orçamentárias para o setor. As disputas políticas locais comprometeram a continuidade do Programa nos moldes dos interesses das administrações que se seguiram no Município e levaram a busca de outras fontes de recursos para o Esporte. A criação do Fundo de Apoio ao Esporte, a formalização de convênio com o recém-fundado Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba e a ação da administração municipal no sentido de subvencionar e destinar créditos adicionais para a Fundação Eprocad e o Grêmio, entidades públicas não-estatais, são reflexos de uma política “velada” voltada para o apoio para o Esporte de alto rendimento, especialmente no caso do Grêmio. Tais iniciativas dão sustentação às finalidades de projeção política de governos e governantes e ao mesmo tempo privilegiam os interesses das entidades do Mercado, embora na argumentação para justificar e apoiar tais ações, a Comunidade seja, via de regra, invocada como beneficiária. Ora, pela sua própria natureza, o Esporte de alto rendimento é altamente elitista e de acesso para poucos, ou seja, não promove a democratização da atividade esportiva, muito menos a evocada inclusão social através do Esporte, presente no discurso de documentos institucionais da SMAFEL, a partir de 2004.

Como já apontado na avaliação realizada na formulação do Plano Diretor para 2006-2013, grande parte dos recursos financeiros para o setor Esporte é proveniente da receita Município. Verificamos, a partir do depoimento do Secretário e das informações obtidas em documentos oficiais do Ministério do Esporte, que existem recentes ações do Executivo Municipal no sentido da captação de recursos também junto à esfera federal, que através do Ministério, passou a disponibilizar recursos para o financiamento de projetos de Esporte e Lazer nas cidades e aprovação para captação de recursos para projeto social através do Fundo Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Como parte dessa “política de captação de recursos”, em 2005 foi estabelecido Convênio com o GESP (entidade pública não-estatal, sem fins lucrativos) que “transferiu” para a entidade a execução de todos os programas e ações da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer do Município. Conforme ressaltado pelo próprio Secretário em seu depoimento, essa ação desonerou o Executivo de encargos trabalhistas, entre outros, e a SMAFEL passou a ter como papéis a coordenação das ações do GESP e a gerência dos contratos de locação de áreas privadas onde foram instaladas unidades esportivas na cidade.

Este quadro poderia ser avaliado como “terceirização” ou “filantropização” da Política de Esporte do Município, demonstrando que os interesses do Estado e do Mercado prevalecem, em detrimento dos interesses da Comunidade, apesar dos princípios do Partido que administra o Município nos últimos onze anos – o PFL, hoje DEM – no que se refere à

lógica da articulação dos interesses do Estado, do Mercado e da “sociedade dos cidadãos”, estarem pautados na visão de que os três segmentos devem interagir no sentido de “responder às complexas exigências da sociedade”.

A institucionalização da participação da sociedade civil através da criação do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, em 2003, e a sua implantação a partir de 2004, como verificamos na análise das informações obtidas, não garantiu a participação da Comunidade no processo e a atuação do Conselho não se efetivou até novembro de 2006, quando da aprovação e a entrada em vigor do Plano Diretor da Cidade para o período 2006-2013.

Da mesma forma, não houve estímulo a participação da sociedade civil através de outros canais, visto que não foram realizados outros fóruns municipais, nem houve mobilização para a participação popular na elaboração do Plano Diretor da Cidade, entre 2004 e 2005. Não foi cumprido, conforme levantamos como hipótese da presente Pesquisa, o papel do Conselho em se constituir em espaço para discussão e intermediação de interesses de grupos antagônicos com vistas a se equilibrar os interesses de um ou mais elementos da ordem social na Política de Esporte do Município. O que se evidenciou foi, na realidade, a não existência de uma política para o setor e a prevalência dos interesses do Estado e do Mercado na maioria das ações de Esporte efetivadas no Município.

Alguns dos possíveis motivos pelos quais o Conselho Municipal não se constituiu em instância efetiva para mudanças no cenário do Esporte em Santana de Parnaíba podem ser explicados pelas informações e esclarecimentos obtidos através dos depoimentos sobre os acontecimentos ocorridos durante o processo de implantação e implementação do Conselho Municipal de Esporte em Santana de Parnaíba. Deparamo-nos com uma trajetória pouco consistente do Conselho no Município, coincidente com aquelas percorridas por Conselhos Gestores de outras áreas sociais no País. Conforme observou Gohn (2000), os Conselhos Gestores na gestão urbana ainda se constituem em uma via de participação popular com grandes limitações e problemas. Dessa forma, “os conselhos não podem ser vistos como substitutos da democracia representativa nem como braços auxiliares do executivo, ou, ainda, como substitutos da participação popular em geral” (GOHN, 2000, p. 182).

Ao analisarmos, especificamente, a atuação do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física de Santana de Parnaíba, verificamos alguns pontos que julgamos importante destacar, e que podem retratar a realidade do País e servir como ponto de partida para reflexão dos avanços e impasses enfrentados no processo de implantação e avaliação da atuação de Conselhos de Esporte em outros municípios brasileiros:

- quanto ao significado do Conselho, foi possível constatar que o Executivo Municipal não considera o Conselho como mecanismo efetivo de participação democrática dos segmentos participantes. A visão predominante, revelada nos depoimentos obtidos do representante do Poder Executivo, do Presidente do Conselho e de representante da sociedade civil, configuram o Conselho como um instrumento meramente formal, “necessário e obrigatório” para a Administração viabilizar o acesso a verbas federais e estaduais;
- a competência e as atribuições do Conselho não foram construídas pelo conjunto das representações dos segmentos, sendo inicialmente determinadas pelo poder público, através de Lei. Embora tenham sido tema de questionamentos e discussão nas reuniões realizadas, devido aos entraves relativos à própria legitimidade da representação, até o período limite para a conclusão dessa pesquisa não houve consenso sobre o tema. Dessa forma, durante os três anos pesquisados de sua existência, o Regimento Interno do Conselho não foi aprovado e não houve deliberações relativas à Política de Esporte do Município;
- quanto à representação da sociedade civil, foi possível constatar a sua fragilidade desde a implantação do Conselho, o que evidencia a não existência de grupos organizados da sociedade civil em torno das questões de Esporte, no Município, que a legitimasse. Este quadro favoreceu ou reforçou a “manipulação” dessa representação pelo Poder Público, verificada pelas constantes alterações na composição do Conselho, no que se refere à representação da sociedade civil, comprometendo a representatividade deste segmento;
- soma-se a este fato, a não atuação do Conselho no sentido de minimizar ou eliminar os obstáculos à participação dos Conselheiros, especialmente dos representantes da sociedade civil, no que se refere à própria dinâmica de funcionamento, como por exemplo, quanto aos locais e aos horários de reunião, sempre em horário comercial. Estes obstáculos podem ser considerados como um dos elementos que comprometem a frequência dos Conselheiros às reuniões;
- quanto à representatividade, apesar da paridade existente nos Conselhos Gestores no sentido de um equilíbrio quantitativo entre membros do governo e

da sociedade civil, constatamos que houve desigualdade em relação à possibilidade do exercício da representação: a efetiva participação, para alguns segmentos (governamentais e algumas representações da sociedade civil), ficou comprometida pela falta de informação e formação do Conselheiros para atuar, assim como o desconhecimento do próprio papel do Conselho na definição, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Esporte.

A análise mais ampla acerca da participação da Comunidade, independentemente dessa via institucionalizada, revelou que a participação da população é considerada irrelevante nas questões de Esporte no Município, seja no âmbito do Conselho, seja quanto ao processo de elaboração do Plano Diretor da Cidade, dado que a população é avaliada como não tendo qualificação para discutir e opinar sobre o tema, e que somente os gestores “especialistas” detêm conhecimentos suficientes sobre a área.

Dessa forma, as decisões sobre os rumos do Esporte em Santana de Parnaíba ficam centralizadas no Poder Público, revelando um distanciamento entre a proposta participativa do Governo local e o que efetivamente ocorreu em termos da Política de Esporte no Município, no período pesquisado. Não foi identificada nenhuma ação do Conselho no sentido de interferir nos rumos da gestão do Esporte local, pelo contrário, o estabelecimento de Convênio entre o Executivo Municipal e o GESP, sem uma discussão mais ampla com a sociedade e mesmo dentro do próprio Conselho, parece ter sido um dos determinantes para a sua desmobilização.

Como perspectivas de ações no sentido de minimizar as limitações e lacunas verificadas no Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física de Santana de Parnaíba, apontamos algumas necessidades e possibilidades, a partir de experiências bem sucedidas relativas a Conselhos Gestores de outras áreas e aquelas implantadas em outros municípios (SANTOS, 2004; SOUZA, 2005), que poderão nortear o processo de efetivação dos Conselhos Municipais de Esporte como espaços reais de participação apropriados pela Comunidade :

- informar a população sobre a existência dos Conselhos e suas atribuições e atividades no sentido de legitimar sua representação e fortalecer sua representatividade;
- fortalecer as ações da sociedade civil junto aos Conselhos Gestores, através da criação de Fóruns de Conselheiros da sociedade civil, possibilitando a

discussão de temáticas de diferentes Conselhos existentes nas Cidades, no sentido de intensificar sua formação e informação, viabilizando uma maior representatividade e capacidade de intervenção na agenda dos Conselhos;

- capacitar os gestores de políticas sociais, através de formação técnico-política que permita a compreensão das múltiplas relações da organização do aparelho de Estado e das obrigações e compromissos do serviço público para com a sociedade.

Esperamos que as constatações e perspectivas levantadas nessa Pesquisa possam estimular novos estudos sobre o tema, no sentido de ampliar as discussões teóricas e contribuir para a fundamentação da prática da gestão pública de Esporte. Este foi um passo inicial, dado a partir de um caso, e, portanto, não passível de generalizações.

Entendemos ser relevante a realização de estudos sobre a dinâmica e o funcionamento de outros Conselhos ou mecanismos de participação social que incluam a análise de como a população e os grupos organizados da sociedade civil avaliam e interferem nas questões referentes às políticas locais de Esporte. Outro enfoque relevante seria se identificar qual o entendimento e o conhecimento da Comunidade sobre os canais de participação da população no processo de gestão dessas políticas.

Finalmente, esperamos que as constatações e análises apresentadas possam se configurar como novos elementos de reflexão que contribuam para a superação dos modelos tradicionais de gestão do Esporte, fortemente calcados em uma cultura centralizadora de poder permeada por elementos de manipulação política e econômica. Sabemos que estes modelos, no entanto, não são exclusivos das Políticas Públicas de Esporte, mas vêm sendo aplicados, de forma indiscriminada, nas políticas sociais, privilegiando os valores e os interesses criados pelo Mercado.

Em função da constatação do uso histórico e cultural das chamadas “políticas de balcão”, em que direitos sociais, enquanto direito de todos, são substituídos por “privilégios de poucos e para alguns”, que por sua vez são eternamente “gratos” aos que viabilizaram a sua fruição desses direitos, geram não só desconfiança, mas descrença de que os direitos de cidadania possam ser, algum dia, efetivamente assegurados.

Acreditamos que o caminho da gestão participativa e democrática, através da ação efetiva de Conselhos e outros mecanismos de participação da Comunidade, nos rumos das Políticas de Esporte no País, se configura como projeto a ser estimulado e implantado nos diferentes âmbitos de Governo. A busca do equilíbrio entre os interesses do Estado, do

Mercado e da Comunidade é um caminho possível, e a participação da Comunidade nesse processo, um ideal a ser perseguido, no próprio fortalecimento dos governos democráticos.

Afinal, Perry Andersen, um estudioso do desenvolvimento das democracias e da influência nefasta das políticas neoliberais na consolidação dos direitos sociais, na atualidade, nos lembra que

“o perigo de conceber a vida democrática como diálogo é que podemos esquecer que sua realidade primária permanece luta”.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **História Oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.

AMARAL, Silvia Cristina Franco. **Políticas públicas de lazer e participação cidadã: entendendo o caso de Porto Alegre**. 2003. 208 p. Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

ARAÚJO, João Paulo. Prefácio. In: ANJOS, J. Luiz dos. (Org.). **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: experiências e perspectivas**. Gráfica da UNIMEP. Secretaria de Esportes e Lazer e Atividades Motoras e Faculdade de Educação Física da UNIMEP, 2001. p. 7-8.

ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. **Consórcio CONFEF** (Conselho Federal de Educação Física) – Sesi (Serviço Social da Indústria) – Sesc (Serviço Social do Comércio) – FENABBB (Federação Nacional das Associações Atléticas Banco do Brasil) – ACM (Associação Cristã de Moços) – CBC (Confederação Brasileira de Clubes) – COB (Comitê Olímpico Brasileiro), 2004. 1 CD-ROM.

AZEVEDO, Paulo Henrique; BARROS, Jônatas de França. O nível de participação do Estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **R. bras. Ci. e Mov.** Brasília, v. 12, n. 1, p. 77-84, jan./mar. 2004.

BATISTA, Maria da Conceição Araújo. **A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esporte e lazer no Governo do Estado – Gestão 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”**. 2002. 162 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

BENTO, Jorge Olímpio. **Desporto, saúde e vida**. Lisboa: Horizonte, 1991. 78 p.

BETTI, Mauro. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991. 184 p.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knoop. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto: Porto Editora, 1994. 336 p.

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, Centro de Educação Física e Desportos, 1997. 133 p.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. Decreto-Lei nº 1.056, de 19 de janeiro de 1939. Institue a Comissão Nacional de Desportos. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 23 mai. 2004.

_____. Decreto-Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases da organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon>>. Acesso em: 23 mai. 2004.

_____. Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

_____. Lei nº 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

_____. Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

_____. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 30 fev. 2007.

_____. Medida Provisória nº 2.141, de 23 de março de 2001. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre o desporto e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2006.

_____. Ministério do Esporte. Indica membros para fins de composição do Conselho Nacional do Esporte. Portaria nº 98, 29 de julho de 2003. Disponível em: <http://www.portal.esporte.gov.br/conselho_esporte/legislacao>. Acesso em: 20 fev. 2007.

_____. Ministério do Esporte. Conferência Nacional do Esporte, Brasília, 2004. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

_____. Ministério do Esporte. Política Nacional de Esporte. Brasília, 2005. p. 49-77. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 21 mar. 2006.

_____. Ministério do Esporte. Projetos Esportivos Sociais/CONANDA. Projetos aprovados. Edital de 19 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

_____. Ministério do Esporte. Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esporte e Lazer. Esporte e Lazer na cidade. Resultados por Região – Anexo III – Região Sudeste. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2007.

_____. Ministério do Esporte e Turismo. Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto. **Plano Nacional de Desenvolvimento do Esporte**. Brasília: Ministério do Esporte e Turismo, dezembro, 1999.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 23 jan 2006.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros – Esporte 2003, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em: 15 jan 2006.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Gestão do setor público: estratégia e estrutura para um novo Estado. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peters. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001a. p. 21-38.

_____. Da administração pública burocrática à gerencial. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peters. (Orgs.). **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001b. p. 237-270.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal. In: _____. **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. p. 15-48.

CARTA DE PIRACICABA. In: ANJOS, J. Luiz dos. (Org.). **Políticas públicas de esporte e lazer: experiências e perspectivas**. Piracicaba: Gráfica da UNIMEP. Secretaria de Esportes e Lazer e Atividades Motoras e Faculdade de Educação Física da UNIMEP, 2001. p. 149-150.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. Campinas: Papirus, 1994. 225 p.

_____. Gestão municipal e política de lazer. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily Assbú. (Orgs.). **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 119-134.

_____. O projeto social esporte e lazer da cidade: da elaboração conceitual à sua implementação. In: _____. (Org.). **Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais**. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-15.

CHANTELAT, Pascal; FODIMBI, Michel. Présentation. In: CHANTELAT, P.; FODIMBI, M. (orgs.). **Sport et “Banlieue”**. Pratiques Sportives Juvéniles et Insertion. Spirales n. 10, Lyon: Centre de Recherche et d’Innovation sur le Sport – UFRAPS, Université Lyon 1, 1996. p. 5-6.

COAKLEY, Jay. **Sport in society: issues & controversies**. 7th edition. New York: McGraw-Hill, 2001. 555 p.

CONSTANTINO, José Manuel. **Desporto e Municípios**. Lisboa: Livros Horizonte, 1994. 159 p.

COUTO, Ana Cláudia Porfírio; LEMOS, Kátia Lúcia Moreira; COUTO, Maurício Azevedo. Contribuição do desporto para a gestão de projetos sociais. In: GARCIA, Emerson Silami; LEMOS, Kátia Lucia Moreira. (Orgs.). **Temas Atuais X em Educação Física e Esportes**. Belo Horizonte: Livraria Editora Saúde, 2005. p. 177-247.

CRISTÁN, Mara. Políticas de Esporte: uma metodologia de estudo. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo de Figueiredo. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. 248 p.

CUNHA, Edite Penha; CUNHA, Eleonora Schettini M. Políticas públicas sociais. In: CARVALHO, Alysson; SALLES, Fátima; GUIMARÃES, Marília; UDE, Walter. (Orgs.). **Políticas Públicas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Proex, 2003. p. 11-25.

DIGEL, Helmut. **Sport in a changing society: sociological essays**. Schorndorf: Hofmann, 1995. 198 p.

DOWBOR, Ladislau. O Poder Local diante dos Novos Desafios Sociais. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA - CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. ed. especial. São Paulo, 1999. p. 3-24.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Inovação e governo local no Brasil contemporâneo. In: JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio Gomes de. (Orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 41-75.

FUNDAÇÃO ESPORTIVA E EDUCACIONAL PRÓ-CRIANÇA E ADOLESCENTE (EPROCAD). Disponível em: <<http://www.eprocad.org.br>>. Acesso em: 29 nov. 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em: 4 set. 2006.

GEBARA, Ademir. História do esporte: novas abordagens. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; LUCENA, Ricardo de Figueiredo. (Orgs.). **Esporte: história e sociedade**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 5-29.

GODOY, João Francisco Rodrigues de; HEBLING, José Carlos Callado. Planejamento Estratégico em Esportes e Lazer – a experiência do “Projeto Piracicaba 2010”. In: ANJOS, J. Luiz dos. (Org.). **Políticas Públicas de Esporte e Lazer: experiências e perspectivas**. Gráfica da UNIMEP. Secretaria de Esportes e Lazer e Atividades Motoras e Faculdade de Educação Física da UNIMEP, 2001. p. 9-29.

GOHN, Maria da Glória. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, Ana Cláudia Torres (org) **Repensando la experiência urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores**. CLASCO, 2000. p. 175-201.

_____. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção Questões da Nossa Época, 84).

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio Gomes de. Introdução. In: _____. (Orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local: novos desafios, novos patamares**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7-21.

LEAL, Catia Regina Assis Almeida. **A materialização da democracia em Jataí: um estudo da relação do Poder Público com a comunidade jataiense na configuração da ação da Superintendência de Esporte e Lazer do município**. 2002. 152 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

LEITE, Carlos Corrêa; MOURA, Lia Cruz. Planejamento e receita - Santana de Parnaíba. In: FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM. Coordenadoria de Gestão de Políticas Públicas – Cogep. **Viver melhor no município: dez temáticas em destaque para uma gestão pública acessível, humanizada, democrática e cidadã**. São Paulo, 2006. p. 134-143.

LEONARD, Wilbert Marcellus. **A sociological perspective of Sport**. 5th edition, Needham Heights, MA: Allyn and Bacon, 1998. 469 p.

LIÃO JÚNIOR, Roberto. **Políticas Públicas de Educação Física, Esporte e Lazer no Governo do Distrito Federal, 1995-1998**: Tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico. 2003. 148 p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2003.

LINHALES, Meily Assbú. São as políticas públicas para a educação física/esportes e lazer, efetivamente políticas sociais? **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano XX, n. 11, p. 71-81, julho 1998.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Santana de Parnaíba**: memória e cotidiano. São Paulo: CEDAC/CONDEPHAAT, 1984.

MALHEIROS, Maria Cristina Menezes. Investigando uma proposta Municipal do Setor Esportivo de Atendimento às Crianças e aos Adolescentes da Camada Social Empobrecida. In: XII CONBRACE/Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001. 1 CD-ROM.

MANHÃES, Eduardo Dias. **Política de Esportes no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. 256 p.

MARINHO, Inezil Penna. **História da Educação Física no Brasil**. São Paulo: Cia Brasil Editora, 198?. 140 p.

MASCARENHAS, Fernando. Outro lazer é possível! Desafio para o esporte e lazer da cidade. In: CASTELLANI FILHO, Lino. (Org.). **Gestão pública e política de lazer**: a formação de agentes sociais. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 17-40.

MAZONI, Tomás. **O Esporte a Serviço da Pátria**. São Paulo: Tipografia Rossolillo, 1941. 139 p.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 5ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 291 p.

MEIRIM, José Manuel. Leituras pré-normativas do Desporto. **Revista Portuguesa de Gestão do Desporto**, Porto: Associação Portuguesa de Gestão do Desporto, ano 1, n. 1, p. 24-35, janeiro 2004.

MELO, Marcelo Paula de. Para além do salvacionismo ou considerações sobre políticas de esportes em favelas. In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003, Caxambu, MG. **Anais...** Campinas: CBCE, 2003. 1CD-ROM.

_____. **Esporte e juventude pobre**: políticas públicas de lazer na Vila Olímpica da Maré. Campinas: Autores Associados, 2005. 201 p.

MENEZES, Vilde Gomes de. **Políticas públicas para esporte/lazer: um estudo das políticas públicas voltadas para o esporte/lazer no âmbito do Governo Federal 1994-2000 e do Projeto Santo Amaro, Recife-PE, como uma das expressões dessas políticas.** 2001. 178p. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

MENICUCCI, Telma. Políticas Públicas de Lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, Hélder; LINHALES, Meily Assbú. (Orgs.). **Sobre Lazer e Política: maneiras de ver, maneiras de fazer.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p. 136-164.

MEZZADRI, Fernando Marinho; STAREPRAVO, Fernando Augusto; BASSO, Daniel; GUIMARÃES, Luisiana; REIS, Robson Privado dos. Políticas Públicas para o Esporte e Lazer nas Cidades do Estado do Paraná. In: MEZZADRI, Fernando Marinho; CAVICHIOILLI, Fernando Renato; SOUZA, Doralice Lange de. (Orgs.). **Esporte e Lazer: subsídios para o desenvolvimento e a gestão de políticas públicas.** Jundiaí: Fontoura, 2006. p. 43-60.

MIRANDA, Monalisa de; DORES, Lucilene Alencar das; VIEIRA, José Jairo. A política nacional de esportes: um estudo sobre as políticas públicas esportivas (PPE'S) do Ministério do Esporte e Turismo (MET). In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003, Caxambu, MG. **Anais...** Campinas: CBCE, 2003. 1CD-ROM.

OFFE, Claus. **Problemas Estruturais do Estado Capitalista.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984. 386 p.

_____. **The present historical transition and some basic design options for societal institutions.** Conferência apresentada no Seminário “Sociedade e a Reforma do Estado” do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), 26-29 de março de 1998. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br>>. Acesso em: 19 fev. 2007.

_____. Civil society and social order: demarcating and combining market, state and community. **Arch. europ. sociol.**, XLI, p. 71-94, 2000.

OLÉIAS, V. J. Políticas Esportivas no Neoliberalismo. Florianópolis: **Revista Motrivivência**, ano XI, n.12, p. 65-76, 1999.

OLIVEIRA, Bruno de Assis; HÚNGARO, Edson Marcelo. Esporte e Lazer como direitos sociais e a ofensiva neoliberal: primeiras aproximações. In: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005, Porto Alegre, RS. **Anais...** Disponível em: <http://www.cbce.org.br/CONBRACE.2005_Anais.pdf> . Acesso em: 02 dez. 2007.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz:** em direção às metas de desenvolvimento do milênio. 2003. Disponível em: <<http://www.esporte.gov.br>>. Acesso em: 9 nov. 2005.

PADIGLIONE, Vincenzo. Diversidad y pluralidad en el escenario deportivo. **Apunts: Educación Física y Deportes**, Barcelona, n. 41, p. 30-35, 1995.

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL (PFL). Diretrizes. Disponível em: <<http://www.pfl.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

_____. Princípios. Disponível em: <<http://www.pfl.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

_____. Refundação do PFL. Plataforma Democrática de Mudança. Disponível em: <<http://www.pfl.org.br>>. Acesso em: 12 ago. 2006.

PEREIRA FILHO, José Ribamar. **Complexo da Maré: possibilidades de construção da cidadania a partir de políticas públicas nas áreas de esporte e lazer**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1998. 213p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, 1998.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. Políticas Públicas de esporte e lazer: caminhos participativos. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano X, n. 11, p. 47-68, julho 1998.

_____. Inovação e avaliação: desafios para as políticas públicas de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 243-264.

SALDANHA FILHO, Matheus. Formulando políticas públicas do esporte e lazer no âmbito da cidade. In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003, Caxambu, MG. **Anais...** Campinas: CBCE, 2003. 1CD-ROM.

SANTANA DE PARNAÍBA. Câmara Municipal. Lei Orgânica do Município. 2002. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Decreto nº 2.589, de 26 de maio de 2004. Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Decreto nº 2.629, de 15 de outubro de 2004. Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Decreto nº 2.670, de 10 de fevereiro de 2005. Nomeia os membros do Conselho Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer do Município de Santana de Parnaíba. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Decreto nº 2.697, de 20 de maio de 2005. Altera dispositivos do Decreto nº 2.670, de 10 de fevereiro de 2005. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Decreto nº 2.775, de 9 de dezembro de 2005. Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Decreto nº 2.881, de 26 de outubro de 2006. Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Decreto nº 2.895, de 15 de dezembro de 2006. Dispõe sobre Abertura de Crédito Adicional Suplementar. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Histórico da cidade. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 996, de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre a criação do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 1.097, de 5 de dezembro de 1985. Dispõe sobre a criação da EPROPAR – “ESPORTE PRÓ-PARNAÍBA”. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 1.162, de 8 de agosto de 1986. Estabelece os critérios de funcionamento do Programa EPROPAR. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 1.404, de 5 de janeiro de 1989. Dispõe sobre o desmembramento do Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo criado pela Lei nº 1.003, de 13 de dezembro de 1983 – Artigo 3º, inciso IV e cria os cargos correspondentes e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 1.422, de 10 de abril de 1989. Altera a constituição da Comissão Diretora do EPROPAR. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.116, de 10 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a criação do Fundo de Apoio ao Esporte (FAE). Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.146, de 23 de novembro de 1999. Dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba, estabelece nova estrutura funcional, estabelece as atribuições dos órgãos da administração e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.404, de 29 de novembro de 2002. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santana de Parnaíba para o exercício de 2003. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.449, de 27 de agosto de 2003. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006

_____. Lei nº 2.490, de 28 de novembro de 2003. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santana de Parnaíba para o exercício de 2004. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.523, de 15 de abril de 2004. Altera a denominação da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.532, de 18 de maio de 2004. Autoriza o Poder Executivo a firmar convênio com o Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba, visando a concessão de subvenção, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.554, de 27 de julho de 2004. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santana de Parnaíba para o exercício de 2005. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei nº 2.637, de 30 de agosto de 2005. Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênios com o Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba, para os fins que especifica e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2007.

_____. Lei nº 2.670, de 5 de dezembro de 2005. Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Santana de Parnaíba para o exercício de 2006. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 set. 2006.

_____. Lei Complementar nº 11, de 1997. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Santana de Parnaíba, para o período 1998-2004, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

_____. Lei Complementar nº 30, de 17 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Santana de Parnaíba, para o período 2006-2013, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br>>. Acesso em: 14 fev. 2007.

SANTOS, Agnaldo dos. Os desafios do controle social nas Políticas Públicas. **Observatório dos Direitos do Cidadão do Instituto Polis**, 24 de abril de 2006. Disponível em: <<http://www.polis.org.br>>. Acesso em: 5 fev. 2007.

SANTOS, Mauro Rego Monteiro. **Desafios para a democratização da gestão municipal através dos conselhos municipais**: a questão da representatividade e da autonomia. 2004. Disponível em: <http://www.rls.org.br/publicar/media/Mauro_Santos.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2007.

SILVA, Jamerson Antonio de Almeida da. Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Estado de Pernambuco (1995/1998): a “Democratização do Esporte” no Programa Caic Esportivo. In: XII CONBRACE/XII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2001, Caxambu, MG. **Anais...** Caxambu, MG: DN CBCE: Secretaria Estadual de Minas Gerais, Secretaria Estadual de São Paulo, 2001. 1 CD-ROM.

_____. Política de Esporte e Lazer como educação emancipatória da juventude: contradições e possibilidades das políticas democráticas e populares. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2005. 280 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Paulo da Trindade Nerys. São as Políticas públicas efetivamente políticas “sociais”? **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano XI, n. 12, p. 79-91, maio 1999.

SOUZA, Wilson Luiz Lino de. Reflexões sobre o perfil do gestor de políticas sociais de lazer e esporte. In: XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2005, Porto Alegre, RS. **Anais...** Disponível em: <http://www.cbce.org.br/COMBRACE.2005_Anais.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2007.

STIGGER, Marco Paulo. Políticas sociais em lazer, esportes e participação: uma questão de acesso e de poder; *ou* subsídios para tomar uma posição frente à pergunta: “são as políticas públicas para educação física, esportes e lazer, efetivamente políticas sociais?”. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano X, n. 11, p. 83-96, julho 1998.

STEFFANO, D. W. Relación entre deporte y políticas: el caso uruguayo. **Efdeportes / Revista Digital**, Buenos Aires, ano 5, n. 26, 2000.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema de Informações da Administração Pública. Disponível em: <<http://200.235.5.85>>. Acesso em: 23 set. 2007.

TUBINO, Manoel José Gomes. **O Esporte no Brasil, do período colonial aos nossos dias**. São Paulo: IBRASA, 1996. 139 p.

TURINO, Célio. Futebol de Joga na Alma - Um Novo Caminho para o Esporte Social. In: ROSA, Alexandre Machado. (Org.). **Esporte e Sociedade: Ações Sócio culturais para a Cidadania**. São Paulo: IMK Relações Públicas, 2004. p. 63-89.

UNESCO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. Carta Internacional da Educação Física e Esporte, 1978. Disponível em: <<http://www.efmuzambinho.org.br/manifesto/carta68.htm>>. Acesso em: 17 out. 2004.

_____. IV Conferência de Ministros, Altos Funcionários e Responsáveis pela Educação Física e Esporte, Atenas, 2004. Disponível em: <<http://www.unesco.org>>. Acesso em: 15 fev. 2006.

VAZ, Alexandre Fernandez. Políticas Públicas para o Esporte e o Lazer em Santa Catarina: reflexões e considerações. **Revista da Educação Física/UEM**, Maringá, v. 12, n. 1, p. 89-96, 1º sem 2001.

_____. Teoria crítica do esporte: origens, polêmicas, atualidade. **Esporte e Sociedade. Revista Digital**, Rio de Janeiro: UFRJ, ano 1, n. 1, nov. 2005/fev. 2006.

VERONEZ, Luiz Fernando Camargo. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição de 1988**. Campinas: Universidade Estadual de

Campinas, 2005. 376 p. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VIRTUOSO, Deivid Horácio; CRISPIM, Silvia Martins; CARDOSO, Ana Lúcia. Portas Abertas. In: XIII Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 2003, Caxambu, MG. **Anais...** Campinas: CBCE, 2003. 1CD-ROM.

ZINGONI, Patrícia. Políticas públicas participativas de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. **Revista Motrivivência**, Santa Catarina: Editora da UFSC, ano X, n. 11, p. 31-46, julho 1998.

_____. Descentralização e participação em gestões municipais de esporte e lazer. In: WERNECK, Christianne Luce Gomes; ISAYAMA, Hélder Ferreira. (Orgs.). **Lazer, Recreação e Educação Física**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 217-241.

APÊNDICES

ROTEIROS DE ENTREVISTA

QUADRO COMPARATIVO COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE ESPORTE (1993-2006)

APÊNDICE A – ROTEIROS DE ENTREVISTA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – EDUCAÇÃO, ESTADO E SOCIEDADE

AUTORA: FLÁVIA DA CUNHA BASTOS

TÍTULO: “Participação da Comunidade e política municipal de Esporte: o caso de Santana de Parnaíba”

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Bloco A (Secretário)

- 1) Por que o governo municipal criou o Conselho Municipal de Esporte?
- 2) Como são definidas as ações referentes a política de esporte em Santana de Parnaíba?
Como se dá o processo de decisão? Que setores/segmentos sociais participam dessas decisões?
- 3) Houve participação da população na formulação do Plano Diretor 2006-2013?
- 4) Qual a relação/diálogo entre o Conselho Municipal e a SMAFEL quanto as políticas e ações de esporte no município?
- 5) Qual avaliação o Senhor faz da atuação do Conselho Municipal?

Bloco B (Secretário e Presidente do Conselho)

- 1) Qual a relação/diálogo entre o Conselho Municipal e a SMAFEL quanto as políticas e ações de esporte no município?
- 2) Houve participação do Conselho Municipal na formulação do Plano Diretor 2006-2013?
- 3) Qual a constituição estrutural do Conselho, em termos de representação?
- 4) Qual a sua natureza? Deliberativa, consultiva, de assessoramento?
- 5) Quantas reuniões foram realizadas no período 2003 a 2006? O que foi discutido/deliberado?
- 6) Como o senhor avalia a participação/absenteísmo dos segmentos representados? Quem participou?
- 7) Qual avaliação o Senhor faz da atuação do Conselho Municipal?

Bloco C (entidades setores/segmentos sociais)

- 1) Como sua entidade atua nas ações de Esporte no município? Na gestão dessas ações há articulação com as ações de outras entidades? Em que nível? Se não, por que?
- 2) Como você avalia as atuais ações de Esporte no município?
- 3) Qual é a relação/diálogo entre a entidade e a SMAFEL quanto as políticas e ações de esporte no município?
- 4) Sua entidade participa/participou do CMELAF?
- 5) Qual avaliação o Senhor faz da atuação do Conselho Municipal?

APÊNDICE B – Composição dos Conselhos de Esporte em nível federal (1993-2006)

1993	1998/2001	2002	2003-2006
CONSELHO SUPERIOR DE DESPORTOS Lei 8.672/93	CONSELHO DESENVOLVIMENTO DO DESPORTO BRASILEIRO (CDDDB) - Lei nº 9.615/98 / CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE - MP 2.141 – 23/03/2001	CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE Decreto nº 4.201, de 18 de abril de 2002	CONSELHO NACIONAL DO ESPORTE Portaria Nº 98, de 29 de julho de 2003
I - o Secretário de Desportos do Ministério da Educação e do Desporto, que o preside;	I – Ministro de Estado do Esporte e Turismo, que o presidirá;	I - Ministro de Estado do Esporte e Turismo, que o presidirá;	I - Ministro de Estado do Esporte, presidente;
	II – Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo;	II - Secretário Nacional de Esporte do Ministério do Esporte e Turismo;	II–Secretário-Executivo do Ministério do Esporte;III - Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento; IV - Secretário Nacional de Esporte Educacional;V - Secretário Nacional de Desenvolvimento de Esporte e de Lazer;
	III – Secretário-Executivo do Ministério da Educação; IV – Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores; V – Secretário-Executivo do Ministério da Justiça; VI – Secretário-Executivo do Ministério de Trabalho e Emprego;	III - um representante de cada Ministério abaixo indicado: a) da Justiça; b) da Educação; c) do Trabalho e Emprego; d) das Relações Exteriores;	
III - um representante do Comitê Olímpico Brasileiro;	VII – Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;	IV - Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro;	VI - representante do Comitê Olímpico Brasileiro - COB;
	VIII – Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;	V - Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro;	VII - representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro;
IV - um representante das entidades de administração federal do desporto profissional; V - um representante das entidades de administração federal do desporto não-profissional;			XV - representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desporto - ONED
	IX – Presidente da Confederação Brasileira de Futebol;	VI - Presidente da Confederação Brasileira de Futebol;	XVI - representante da Confederação Brasileira de Futebol - CBF;
VI - um representante das entidades de prática do desporto profissional; VII - um representante das entidades de	XV – um representante dos clubes de futebol.		XI - representante dos Clubes Sociais;

prática do desporto não-profissional;			
VIII - um representante dos atletas profissionais; IX - um representante dos atletas não-profissionais;	XI – Presidente da Comissão Nacional de Atletas;	VIII - um representante da Comissão Nacional de Atletas;	VIII - representante da Comissão Nacional de Atletas - CNA;
	XII – Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais de Esporte;	IX - Presidente do Fórum Nacional de Dirigentes Estaduais do Esporte;	IX - representante do Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer;
			X - representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer;
			XIV - representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira - CDMB;
	X – Presidente do Conselho Federal de Educação Física;	VII - Presidente do Conselho Federal de Educação Física;	XII - representante do Conselho Federal de Educação Física;
XII - um representante das instituições que formam recursos humanos para o desporto;			
			XIII - representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte - CBCE;
X - um representante dos árbitros; XI - um representante dos treinadores desportivos; XIII – um representante das empresas que apóiam o desporto; XIV - um representante da imprensa desportiva.			
	XIII – três representantes do desporto nacional, indicados pelo Presidente da República;	X - três representantes do desporto nacional, designados pelo Presidente da República;	XVII - seis representantes do esporte nacional, a serem indicados pelo Ministro de Estado do Esporte.
	XIV – três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois Deputados;	XI - três representantes indicados pelo Congresso Nacional, sendo um Senador e dois Deputados, que integrem as respectivas Comissões ou Subcomissões de Esporte e Turismo;	

ANEXOS

MATERIAL INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER/GRÊMIO ESPORTIVO SANTANA DE PARNAÍBA – 2006

ATAS DAS REUNIÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DE SANTANA DE PARNAÍBA

ANEXO A - MATERIAL INSTITUCIONAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER/GRÊMIO ESPORTIVO SANTANA DE PARNAÍBA – 2006

Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer.

Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba

Rua Meatinga, 64 – Centro – Santana de Parnaíba.

Cep: 06501-065

Tel / Fax: 4154-5014 / 6135 / 6353

SANTANA DE PARNAÍBA / ATIVIDADE FÍSICA, ESPORTE E LAZER- 2006

ATIVIDADE FÍSICA É SAÚDE:

PRATIQUE EM SANTANA DE PARNAÍBA!

Projetos e Eventos desenvolvidos

Logo no primeiro ano de gestão do Ex-Prefeito Silvinho Peccioli, a participação no esporte, lazer e atividade física, cresceu para 5.140 atendimentos, número que atualmente atinge a casa dos 220.000. Observe conforme o quadro abaixo:

1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
250	5.140	16.390	28.054	43.967	64.288	93.527	180.207	187.246	199.435

O primeiro passo foi incentivar a implantação de escolinhas de esporte nos bairros em 1997, e envolver toda a comunidade, com a realização dos I Jogos Escolares, em 1998, que abrangeu 09 escolas em 08 modalidades esportivas, desta data em diante o incentivo à prática de atividades físicas é uma das prioridades da gestão municipal, não só pelo desenvolvimento esportivo, mas principalmente por seu caráter social. Os projetos são realizados nos bairros, com objetivo de ocupar o tempo ocioso de crianças, adolescentes, adulto e idoso, trazendo-lhes opções gratuitas de lazer e cidadania.

Toda a equipe da Secretaria de Atividade Física, Esporte e Lazer e Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba atua em conjunto, inclusive em parceria com outras Secretarias, para oferecer as seguintes atividades, confira conosco conforme abaixo:

	<i>PROJETO</i>	PARCERIAS	PÚBLICO ALVO	DATA DE IMPLANTAÇÃO	Nº de Atendimentos anual (2005)
1	Agita Santana de Parnaíba - Atividade Física é Saúde	Sec. de Educação, Saúde e Cultura Programa Agita São Paulo	Todas as faixas etárias	2001	71.601
2	Iniciativas de Lazer e Recreação à Comunidade	---	Municipes	1998	42.145
3	Lazer nas Escolas	Secretaria de Educação	Estudantes (EMEF's, EMEI's e creches)	1998	13.500
4	Escolinha de Esportes	---	A partir de 2 anos	1997	7.189
5	Campeonatos, Jogos e Torneios	Sec. de Educação e Sindicato dos Servidores Públicos	Municipes	1998	62.000
6	Competições Externas	Iniciativa Privada	Atletas	1997	3.000
	TOTAL DE ATENDIMENTOS EM 2005			*199.435	

* O número de atendimentos é a soma de todas as pessoas atendidas pela SMAFEL/GESP, porém uma mesma pessoa pode ter participado de mais de um projeto/evento.

Cada um dos projetos tem diferentes propósitos e, com o intuito de atingi-los, é composto por diversas atividades.

CONFIRA AS ATIVIDADES POR COORDENADORIAS:

COORDENADORIA DE ATIVIDADE FÍSICA

Programa Agita Santana de Parnaíba – (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) Sob o tema “Atividade Física é Saúde. Pratique!!!”, esse programa é proveniente de uma parceria com o Programa Agita São Paulo, criado desde 1996, que atualmente repercute mundialmente. Esse projeto tem como objetivo básico incrementar o conhecimento da população sobre os benefícios da atividade física, aumentar o envolvimento da população com a atividade física, combater o sedentarismo e conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida por meio de hábitos saudáveis. Em 2005, 71.345 pessoas, estiveram presentes em atividades como caminhadas, passeios ciclísticos, atividades escolares, palestras, entre outros.

Dentro desse grande programa, existem alguns projetos contemplando esse principal objetivo, dentre os quais se encontram em andamento:

- Agita Galera: - (2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Direcionado a comunidade escolar (professores, alunos, pais e dirigentes), esse projeto tem como objetivo específico combater o sedentarismo entre os escolares, enfatizando e/ou estabelecendo a relação existente entre atividade física regular e saúde ao longo da vida. Aproximadamente cinquenta escolas do município participam do evento.
- Agita Funcionário: (Ginástica Laboral) – (2003, 2004, 2005, 2006) – Tem por finalidade diminuir a ausência no trabalho, aumentar a produtividade, diminuir a rotatividade, melhorar a imagem institucional, diminuir os custos médicos, melhorar relacionamento dos recursos humanos e logicamente, a qualidade de vida. Visa atender o funcionalismo público do município, promovendo atividades físicas, voltadas neste caso, para prevenção de doenças laborais (LER, DORT, Lombalgias e outras), bem como, massagens e eventualmente, atividades recreativas. Mensalmente são fixados e transmitidos, informativos sobre os benefícios da atividade física e diversos assuntos relacionados à saúde.
- Agita Trabalhador: (1º de Maio 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Tem como característica de ser um mega evento, atingindo em média, 2.000 pessoas. É realizado anualmente, no centro de Santana de Parnaíba (na praça e atrás da igreja Matriz no Centro Histórico do município). O público alvo são os trabalhadores e familiares, entretanto, contamos com

todas as faixas etárias, desde crianças até melhor idade (idosos). Esse projeto tem como objetivo oferecer atividades físicas, esportivas, lazer e serviços à população (tenda da Secretaria da Saúde – testes de diabetes, glicemia, colesterol e pressão arterial; tenda com corte de cabelo gratuito; tenda da SMAFEL/GESP, com avaliação física – peso, estatura, índice de massa corporal, circunferência de cintura e quadril, relação cintura-quadril, bem como orientações de atividades físicas e nutricionais).

- Semana da Atividade Física: – (2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Evento realizado anualmente, em comemoração ao dia 06 de Abril (dia estadual e mundial da atividade física), que visa promover um estilo de vida mais ativo e saudável a todas as faixas etárias. Durante essa semana, todas as escolinhas de esportes realizam atividades diferentes de sua habitual rotina, além de transmitir informações sobre estilo de vida ativo e saudável.
- Caminhando e pedalando nos bairros: - (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Tudo começou com o passeio ciclístico no ano de 2000, com saída atrás da Igreja Matriz e caminhadas a partir da Praça da Bandeira, localizada no Centro Histórico. As atividades foram crescendo e tomaram vulto nos anos seguintes. Em 2002, o Passeio Ciclístico reuniu cerca de 200 participantes, e a caminhada cerca de 300 pedestres. Hoje o projeto ampliou-se e foi descentralizado para diversos bairros do município, envolvendo as duas atividades num só evento. Seu objetivo é promover um estilo de vida mais ativo integrando a comunidade local. Os participantes fazem as inscrições no dia do evento e os 100 primeiros ganham uma camiseta do evento.
- Vivandando (2005, 2006)– projeto de grupos de caminhadas, iniciou em JANEIRO de 2005, nos bairros da Fazendinha, Colinas, Pq. Santana, Jd. São Luís e Bairro 120;
- Hiperdiálogo (2005, 2006)– com parceria da Secretaria de Saúde e, tem por objetivo sensibilizar os grupos de hiperdia (hipertensão e diabetes), dentro das unidades de saúde, sobre a importância de um estilo de vida ativo e saudável, no combate e prevenção dessas doenças.
- Torneios de lambaeróbica (2003, 2004, 2005, 2006) – reuni os grupos de lambaeróbica do nosso município e da região, com o objetivo de integrar as cidades e prestigiando nosso município.
- Mostra de dança (2005, 2006) – projeto que vem apresentar e promover integração e cultura da nossa região, numa noite super descontraída e animada.

- Trilha ecológica (2005, 2006) – projeto voltado para o público que busca aventura e ecologia, promovendo descontração, conscientização e respeito à natureza.
- Comemoração ao ano da educação física e esporte (2005) – o evento vem comemorar a ANO DA EDUCAÇÃO FÍSICA e ESPORTE, instituído pela UNESCO, assim, a SMAFEL, promoverá um torneio interno com diversas modalidades, no mês de Setembro, para todos os funcionários inseridos que quiserem participar.
- Avaliação Física: - (2004, 2005) – O projeto que tem o nome Avaliação, foi aprovado pelo prefeito no final do ano de 2003 e está dividido em fases, na qual uma delas já se iniciou (2004): a anamnese (coletas de informações de saúde e estilo de vida dos indivíduos). Onde o próximo passo é realizar os testes antropométricos (peso, estatura, circunferência, dobras cutâneas e outros), testes neuromotores (agilidade, força, flexibilidade entre outros), testes metabólicos (potência aeróbia e anaeróbica), análise de maturação sexual (nível de desenvolvimento maturacional), bem como trabalho em conjunto com nutricionista, objetivando inicialmente, diagnosticar e traçar o perfil de aptidão física dos munícipes que estão inseridos nos centros esportivos da SMAFEL, para estruturar e prescrever atividades físicas, exercícios físicos e planos de aulas com base nos resultados obtidos na Avaliação Física de forma adequada e segura.

Aulas de ginástica e danças – de segunda a sábado, com aulas de:

MODALIDADE	FAIXA ETÁRIA
1. Dança de Salão;	Acima 15 anos
2. Dança do Ventre;	Acima 13 anos
3. Ginástica Localizada;	Acima de 15 anos
4. Ginástica Aeróbica;	Acima de 15 anos
5. Ginástica de Solo	4 a 12 anos
6. Lambaeróbica;	Acima de 13 anos
7. Samba Rock.	Acima de 15 anos

- **Dia do Desafio** – (2003, 2004, 2005, 2006) – O evento tem organização geral do SESC. Em 28/05/2003 o município de Santana de Parnaíba venceu a cidade cubana de

Gibara, por ter conseguido mobilizar 54 mil pessoas que fizeram atividade física por pelo menos 15 minutos. Em 26/05/2004 o desafio foi com a cidade cubana de Cotorro, onde o número de munícipes foi menor. No entanto, nosso município foi o que mais “agitou” na região, mobilizando 49,52% da população. Em 25/05/2005 a mobilização foi de 18.000 pessoas. Já em 31/05/2006 nós concorremos com uma Cidade da Colômbia, Rioracha, que por sua vez teve sua primeira participação neste evento, e mais uma vez conquistamos a vitória com um público atingido em torno de 45.000, e a Cidade Colombiana teve uma mobilização de 5.400 pessoas.

COORDENADORIA DE LAZER

- Programa de Lazer – (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – a Secretaria de Atividade Física, Esporte e Lazer / Grêmio Esportivo Santana de Parnaíba, procura também democratizar o acesso às atividades de lazer e recreação, levando eventos a todos os bairros do município. As atividades recreativas estão inseridas nos programas de iniciativas de lazer e recreação à comunidade e compreendem as seguintes atividades: Ruas de Lazer, Verão na Praça, Ginásio Encantado, Natal Encantado, Dia das Crianças, Dia do Trabalhador, Ação Comunitária, Lazer nas Escolas, Brincando nas Férias e Eventos Extras, que são destinadas a todos os munícipes. Público atendido pelos presentes projetos no ano de 2005, 47.135 pessoas.
- Ruas de Lazer – (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Desde 1998, em todos os sábados e domingos são realizadas, cada dia em um bairro diferente, atividades de recreação e esportes em locais adaptados e de acesso gratuito para toda a comunidade. Durante todo o dia, participantes de todas as faixas etárias desfrutam de muita diversão, com dança, pintura facial, futsal, vôlei, xadrez, dominó, damas, pingue-pongue, pintura de rosto, cama elástica, piscina de bolinhas, pula-pula, futebol de sabão, *surfe* e touro mecânicos, tobogã, *bang run*, entre outros. O objetivo é proporcionar um dia de atividades para a população, em uma área de lazer adaptada e incentivá-la à prática esportiva, que estimulam e desenvolvem os quatro aspectos psicomotores: o cognitivo, o afetivo, o motor e o social. Os eventos costumam reunir de 60 a 1.500 pessoas por dia.

- Verão na Praça – (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Desde 2001, durante os meses de janeiro e fevereiro, em todos os sábados acontecem aulas abertas de dança, brincadeiras, jogos e ginástica na praça central da cidade. Os eventos chegam a reunir 1.500 pessoas/dia, em atividades de recreação, esporte e gincanas. O objetivo é divertir, promover a descontração, alegria e a criatividade no período pré-Carnaval, promovendo um evento esportivo e social, proporcionando mais uma opção de lazer durante as férias, integrando as crianças com idade de 07 a 14 ANOS permitindo que a criança expresse seus aspectos afetivos, emocionais, intelectuais e motores
- Ginásio Encantado – (2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – A primeira edição aconteceu em 2002 reunindo mais de 5.000 mil pessoas. São realizadas no mês das crianças atividades, visando retirar as crianças da ociosidade das ruas e ajudá-los a ocupar seu tempo de maneira saudável, com um espaço criado para crianças e adolescentes de 04 a 18 anos, com atividades recreativas que estimulam o debate em torno de temas como drogas, violência, vandalismo, entre outros. Jogos, brincadeiras, oficinas de artes, peças de teatro, brinquedos infláveis e passeios de trenzinho nos bairros respectivos todas estas atividades realizadas nos Ginásios Esportivos do Município, além de personagens infantis. Em 2005, o evento atingiu 17.000 crianças e adolescentes, em comemoração ao Dia das Crianças, com arrecadação de brinquedos para crianças carentes, no Ginásio de Esportes Armando Frediani (Vila Nova), Conjunto Poliesportivo Bairro 120 (Cento e Vinte) e Ginásio de Esportes Vereador Reinaldo Santos (Fazendinha). Ônibus alugados pela Prefeitura trazem as crianças de bairros mais afastados para o projeto. Todos os participantes ganham lanches, sucos e doces.
- Natal Encantado - (2004, 2005, 2006) – Realizado no mês de dezembro com atividades recreativas e de lazer, no Ginásio de Esportes Armando Frediani (Vila Nova), para resgatar o espírito de Natal, com a presença do Papai Noel na distribuição de doces, com muita diversão e alegria;
- Dia das crianças – Promover um dia de lazer e divertimento aos moradores do município, proporcionar um ambiente de sociabilização, com atividades que desenvolvam o lúdico, coordenação e a criatividade; Dia do trabalhador – Homenagear e integrar os trabalhadores do município, dando-lhes a opção de um dia de lazer, de forma que possam aproveitá-lo junto com a família e os amigos. Através de brincadeiras, gincanas, jogos, e ainda práticas de atividades físicas, com aulas de lambaeróbica e ginástica aeróbica, além de dicas para manter uma vida saudável. Ação

comunitária – Proporcionar atividades divertidas as crianças, adolescentes, adultos e idosos que estão utilizando os serviços comunitários, além de incentivar à prática de atividades de recreação, lazer, dança, jogos e arte, proporcionando um ambiente de sociabilização.

- Lazer nas Escolas (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – O projeto iniciou-se em 1998, em parceria com a Secretaria de Educação, levando recreação e esportes a todas as creches, EMEF, EMEI e a algumas escolas estaduais do município. A cada semana, o projeto é realizado em uma escola diferente, com a participação de mais de 13 mil crianças, nas mais de 45 unidades escolares, com idades entre 01 e 12 anos, durante todo ano letivo. O objetivo é despertar a criatividade, dando oportunidade para cada um ser o que é realizar-se e revelar-se, levando os alunos a ter confiança em si e em seus colegas, a ter responsabilidade e respeito ao próximo, desenvolvendo a criatividade, para que encontrem alternativas para qualquer tipo de situação; e desenvolver através do lúdico, representações (teatro), o respeito, consciência e espírito de cooperação.

Brincando nas Férias (2006)- Esse projeto tem o objetivo de ocupar o tempo ocioso das crianças do nosso município durante o seu recesso escolar. Através deste projeto abriremos um espaço para atividades recreativas que estimulem o desenvolvimento motor, cognitivo e social. Essas oficinas incluirão pintura facial, pintura de papel, teatro, jogos recreativos, festivais de pipas, brincadeiras de roda e outros. Projeto itinerante nos bairros, nas férias no mês de Julho.

Público-alvo: Crianças e adolescentes principalmente os escolares do nosso município.

Parceiros: Sem parceiros.

O projeto piloto foi inicializado em 03 de julho de 2006.

COORDENADORIA DE ESPORTE DE BASE

- **Programa Escolinhas de Esportes** – (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) - Desde 97 é realizada a implementação das escolinhas de esportes, que além de promover a integração e incentivar a prática esportiva, as escolinhas têm por finalidade desenvolver as aptidões e os limites dos participantes, proporcionando diversão, disciplina, competitividade, criatividade e responsabilidade. As atividades

acontecem de segunda a sábado, nos períodos matutino, vespertino e noturno, reunindo participantes a partir de 2 anos de idade. Público atendido pelo presente projeto no ano de 2005 foi de 65.183 pessoas.

- Torneios das Escolinhas - (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – semestralmente em todas as modalidades que são desenvolvidas nas escolinhas, os alunos participam de torneios esportivos, hidrões, festivais de natação, batizados de capoeira, troca de faixas entre as Unidades de diferentes bairros da SMAFEL, buscando integrar todos os alunos das escolinhas, com uma atividade divertida, sociabilizadora e emocionante.

Em 2005, as escolinhas atendem cerca de 7.000 alunos, em 21 modalidades.

Confira abaixo o número de atendimento nas escolinhas de esportes de base, no decorrer dos anos:

1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
707	1549	1727	2746	2961	3380	6264	7056	7189

MODALIDADES	<i>Categoria ou faixa etária</i>
1. Basquete	6 a 17 anos
2. Boxe	Acima de 7 anos
3. Capoeira	Acima de 5 anos
4. Futebol	6 a 17 anos
5. Futsal	5 a 17 anos
6. Ginástica Olímpica	4 a 12 anos
7. Handebol	6 a 17 anos
8. Hidroginástica	Acima 15 anos
9. Jiu-Jitsu	Acima de 7 anos
10. Judô	Acima de 7 anos
11. Karatê	Acima de 7 anos
12. Kick-Boxing	Acima de 7 anos
13. Mini-Tênis	4 a 10 anos
14. Natação	Acima de 2 anos
15. Skate	Acima de 7 anos

16.	Vôlei	<i>6 a 17 anos</i>
17.	Xadrez e Damas	<i>Acima de 6 anos</i>

Jogos Escolares - (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Criados, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, como alternativa às escassas opções de práticas esportivas no município e com objetivo de estimular a formação integral dos alunos no que diz respeito ao trabalho em equipe, disciplina, responsabilidade e sociabilização. Os jogos acontecem durante três meses, envolvem todas as escolas da rede municipal, promovendo disputa entre os alunos de 9 a 17 anos. Em 2004, os VIII Jogos Escolares teve início em abril, envolvendo 31 escolas e cerca de 3.500 atletas nas modalidades de atletismo, basquetebol, handebol, futebol, futsal, natação, queimada, truco, voleibol e demais.

Campeonato Municipal de Futebol – (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) - A SMAFEL promove em Santana de Parnaíba, os campeonatos de Futebol nas 1ª, 2ª e 3ª Divisões, que é tradição no município, o campeonato acontece anualmente e reúne hoje 84 equipes, no total de 2100 pessoas entre atletas e dirigentes. Desde 1997, todos os times inscritos recebem um jogo completo de uniforme e uma bola, oferecido pela Prefeitura Municipal. Em 1998, foram implantados os campeonatos na categoria juvenil e o rebole de futebol, em 1999 incluímos as categorias infantil e veterano, em 2002 foi inclusa a categoria veteraníssimo.

Campeonato Municipal de Futsal – (1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005) - Em 1998 iniciaram os campeonatos de futsal com a 1ª divisão, em 1999 foi criado o campeonato de 1ª e 2ª Divisões, sendo inclusas as categorias menores em 2000 e o rebole de futsal em 2001, os campeonatos contam com a presença de atletas parnaibanos e de outros municípios, é um sucesso total.

Tempo Livre – com início em (2004, 2005, 2006) de segunda, quarta e sexta, das 17:00h às 21:00h, sábados das 08:00h às 16:00h e aos domingos das 08:00h às 12:00h os espaços da S.M.A.F.E.L. são disponibilizados para o uso da comunidade, oportunizando a prática esportiva a todos os munícipes e promovendo a integração dos mesmos através do Esporte;

COORDENADORIA DE ESPORTE COMPETITIVO

Participações em competições externas - Desde 1997, os campeonatos marcaram o início de uma nova diretriz para o esporte parnaibano. As equipes de treinamento da cidade têm participado, com excelentes resultados, de competições internas e externas, em praticamente todas as modalidades esportivas, que têm como objetivo fortalecer noções de solidariedade, cooperação, trabalho em equipe e limites. Acompanhe:

Jogos Abertos do Interior – (2002, 2003, 2004, 2005, 2006) Os Jogos Abertos do Interior são realizados com as equipes melhores classificadas em Jogos Regionais, nossos atletas buscam melhores resultados.

Nossas equipes de treinamento buscam aperfeiçoamento em busca do resultado, onde os interesses são múltiplos e envolvem (instituições esportivas, clubes, associações, mídia, patrocinadores e dirigentes, tendo como principal referência o êxito do grupo envolvido). Participando pela primeira vez em 2002, com 10 atletas, nas categorias Boxe e Karatê, Santana conquistou ouro e bronze no Boxe. O Karatê Feminino ficou em 8º lugar. Em 2003 participamos também com o Boxe e o Karatê, conquistando medalha de bronze no Boxe. Em 2005, com as modalidades de Boxe e Luta Olímpica. Conquistamos 10 medalhas, 05 de ouro, 01 de prata e 04 de bronze.

Jogos Regionais - (1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) - Em 1997, Santana de Parnaíba participou pela primeira vez dos Jogos Regionais, em São Caetano, em apenas uma modalidade: o futebol. E em 2003 o Futebol, sub 21, obteve a melhor conquista coletiva, ficando em 3º lugar. Em 2006 Santana de Parnaíba participou nas modalidades de atletismo, basquetebol, bocha, capoeira, futebol, futsal, ginástica artística, ginástica rítmica desportiva, handebol, judô, karatê, natação, taekwondo, tênis, tênis de mesa, voleibol, vôlei de praia, xadrez e damas. Nestes jogos participaram trinta e nove municípios e mais de 9.000 atletas. No ano de 2006 nosso município participou nos 50º Jogos Regionais, pela primeira vez da 8ª Região Esportiva do Estado de São Paulo, região esta que é composta por 86 municípios. Participamos com um total de 39 modalidades esportivas, assim obtivemos o 3º lugar na premiação geral, uma das conquistas mais esperadas até hoje.

Público-alvo: Idade Sub 21 anos e categoria livre acima de 21 anos.

Parceiros: Somente duas empresas em 2006, para patrocínio das camisetas: Drogaria Central de Santana de Parnaíba e Alusa São Paulo.

EQUIPES DE TREINAMENTO, que representarão o município de Santana de Parnaíba em competições externas (regionais, estaduais, nacionais e internacionais), nas modalidades de:

MODALIDADES	NÍVEL	FAIXA ETÁRIA/ CATEGORIAS
1. Boxe	Nacional e Internacional	Acima de 13 anos
2. Futebol	Estadual	Sub onze à sub 21
3. Futsal	Estadual	Sub 11, 13, 15,17 e livre
4. Karatê	Nacional e Internacional	De 9 a Adulto
5. Luta Olímpica	Nacional e Internacional	Adulto
6. Natação	Estadual	De 9 a 18 anos
7. Skate	Estadual	Livre
8. Voleibol	Estadual	De 13 a 15 anos
9. Ciclismo	Nacional	livre

COORDENADORIA DE EVENTOS

Outros Eventos

Durante todo o ano, são realizados diversos eventos pontuais, que complementam as atividades da SMAFEL, como:

Arraial Esportivo - (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Em Santana de Parnaíba, até a Festa Junina “mexe” com a população. O evento acontece no Ginásio Poliesportivo Reinaldo Santos no Bairro da Fazendinha, tendo atividades de lazer (cama elástica, piscina de bolinha, balão pula-pula, touro mecânico, além das barracas características de doces, salgados e bebidas, pescaria, argolas e as brincadeiras de correio elegante, quadrilha e bingo). As prendas são doadas pelos comerciantes da cidade, da Rua 25 de Março, grupo Pão de Açúcar e outros, contando também com patrocínio do Hopi Hari (2004) e Playcenter (doações de passaportes) e também neste ano com o apoio do Programa Agita São Paulo (camisetas). A renda do evento é revertida para o Fundo de Apoio ao Esporte (FAE).

Festival de Pipas – (2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Já na primeira edição, em 2001, o evento reuniu 1000 pessoas no bairro da Fazendinha para empinar pipas. A atividade proporciona 4 horas de lazer e divertimento para toda a população. A mesma foi descentralizada para aos bairros em 2003. Com essa ação, cada bairro chega a receber, em média, 100 inscrições, que são realizadas por categorias: a maior e menor pipa, a mais criativa e a melhor mensagem, que além de empinar as pipas, também aprendem a confeccioná-las e fazer dessa atividade um lazer seguro. O principal objetivo é resgatar as brincadeiras tradicionais para as novas gerações e manter adolescentes e crianças ocupadas, além de fazer deste ato, algo seguro, longe dos fios elétricos.

Semana de Comemoração do Aniversário de Santana (2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Promove a integração entre crianças, jovens, adultos e idosos, com objetivo de divulgar os benefícios do estilo de vida saudável. Durante a semana do aniversário da cidade, o cidadão pode desfrutar de vários eventos de lazer, atividade física e esporte, no Centro Histórico do Município de Santana de Parnaíba.

Bingos – (1999, 2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006) – Além de propiciar divertimento à comunidade, ajuda a angariar fundos para o Grêmio Esportivo de Santana de Parnaíba

Campeonato de Truco - A SMAFEL promove os Campeonatos de Truco em Duplas – (2000, 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006). Voltado para participantes de 16 a 00 anos, o evento reúne duplas de diversas cidades no Ginásio Frediani e Conjunto Poliesportivo, na Fazendinha. Em 2004, o campeonato arrecadou 600 quilos de alimentos para distribuição entre as famílias carentes do município e os Campeonatos de Truco em Trios – (2000, 2001, 2002, 2003, 2004). Voltado para participantes acima de 16 anos.

Festival de Bocha – (2003, 2004, 2005) – A SMAFEL promove em Santana de Parnaíba o Festival de Bocha em Duplas de Santana de Parnaíba. No último foram reunidos 40 participantes de 3 cidades no CASA. Uma dupla de Santana ficou com o 1º lugar.

Projeto Arrecadar - A partir de 2000, alimentos não perecíveis passaram a ser arrecadado como forma de taxa de todas as inscrições para os torneios, campeonatos e jogos realizados pela Prefeitura. O projeto, que no início arrecadava 2,5 toneladas de produtos/ano, em 2000

alcançou a marca de 5 toneladas. A contribuição é encaminhada para a assistência social do município, que monta e distribui cestas básicas para famílias carentes.

Projeto Skate Skola Tur – Incentivar a prática do Skate aos munícipes de bairros que não possuem pistas municipais e o acesso à modalidade, visando desenvolver nas crianças, adolescentes e jovens um maior auto-controle, aprendendo a lidar com os riscos e desafios impostos pela sociedade, além de informá-los com conceitos de cidadania, drogas e violência, utilizando uma linguagem acessível a este público. Este projeto realiza-se de maneira itinerante nas Escolas Municipais nos diversos bairros do nosso município, proporcionando atividades nos finais de semana (um final de semana para cada bairro).

Público-alvo: Crianças, adolescentes, jovens e adultos de ambos os sexos.

Parceiros: Via Oeste que nos cedeu à pista itinerante, Goodyear e SKF.

O presente projeto será inicializado a partir de 05 de agosto do ano de 2006.

Projeto Viver Valores – O projeto Viver Valores é direcionado aos PPDs (pessoas portadora de deficiências), cujo objetivo é oferecer a prática de atividade física, esporte e lazer, oferecendo um maior perspectiva de vida ativa e saudável a crianças e adolescentes, pertencentes ou não a entidades do nosso município.

Público-alvo: Crianças e Adolescentes de ambos os sexos.

Parceiros: Entidades e Secretarias que são nossas parceiras neste projeto.

Publico atendido pelo presente projeto no ano de 2005, foi de 130 pessoas.

INFORMAÇÕES GERAIS:

Possuímos Unidades Esportiva nos Bairros: Centro, Fazendinha, Vila Nova, Parque Santana, Colinas da Anhanguera, Cento e Vinte e São Pedro.

A entidade está cadastrada no Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e coordenamos o Conselho Municipal do Esporte, Lazer e Atividade Física.

ANEXO B – Ata de Reunião do CMELAF, de 20 de abril de 2005**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA**

Aos vinte de abril de dois mil e cinco, reunidos em Assembléia Gerais Ordinárias, as 14:00 horas, na sede do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, onde se reuniu a Diretoria.

Iniciou-se a presente reunião, com a entrega dos documentos do conselho a seguindo a sessão foi colocada em votação à aprovação da ordem do dia que ficou disposta da seguinte maneira, como segue abaixo:

1º- 14:00h – Entrega dos documentos do Conselho;

2º- 14:15h – Leitura da Ata do CMELAF e recolhimento das assinaturas;

3º- 14:30h – Leitura e aprovação do Regimento interno do CMELAF;

4º- 15:30h – Elaboração do Cronograma de reunião (bimestral);

5º- 15:45h – Comunicado sobre os assuntos da próxima reunião;

6º- 16:00h – Coffe Break;

7º- 16:15h - Encerramento.

Após a definição da ordem do dia seguiu-se com a leitura do Regimento Interno e sua aprovação de artigo em artigo, como segue:

Art. 1º- Sem alterações (aprovado).

Art. 2º- Surgiram dúvidas em relação ao papel executivo nos itens III, IV e XIV do CMELAF, que será esclarecido e trazido à próxima reunião do CMELAF; no item II perguntou-se sobre o Fundo Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer – que também será esclarecido na próxima reunião. Os demais itens foram lidos e aprovados por todos os membros.

Art. 3º- Foi feita uma correção no texto, onde foi encontrado o excesso da palavra "Física", sendo retirada e aprovado no final.

Art. 4º- Aprovado sem alteração;

Art. 5º- Aprovado sem alteração;

Art. 6º- Aprovado sem alteração;

Art. 7º- Aprovado sem alteração;

Art. 8º- Foi alterado a frequência das reuniões, sendo que onde se lia "uma vez por mês" alterou-se para "bimestralmente". No inciso 3º foi retirado o texto "referente à prestação da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer no município. No inciso 6º foi

corrigida a palavra "regime" para regimento. No inciso 4º (após o 8º) foi corrigido a seqüência para inciso 9º.

Art. 9º- Aprovado sem alteração;

Art. 10- Aprovado sem alteração;

Art. 11- Aprovado sem alteração;

Art. 12- Aprovado sem alteração;

Art. 13- Onde se lia "realizações das ordinárias" corrigiu-se para "realizações das reuniões ordinárias";

Art. 14- Aprovado sem alteração;

Art. 15- Aprovado sem alteração;

Art. 16 - Aprovado sem alteração;

Art. 17- Onde se lia "acompanhado" corrigi-se para "acompanhando";

Art. 18- Aprovado sem alteração;

Art. 19- Aprovado sem alteração;

Art. 20- Aprovado sem alteração;

Art. 21- Aprovado sem alteração;

Art. 22- Aprovado sem alteração;

Aprovado o Regimento Interno por unanimidade, encerrou-se a leitura do mesmo e iniciou-se a elaboração do Cronograma de Reuniões do CMELAF, conforme segue abaixo:

01 de junho de 2005 - das 14:00 às 16:00 hs;

03 de agosto de 2005 – das 14:00 às 16:00hs;

05 de outubro de 2005 – das 14:00 às 16:00hs;

07 de dezembro de 2005 – das 14:00 às 16:00hs.

Os locais serão alternados, conforme sugestões dos membros, nas unidades esportivas da SMAFEL. O cronograma de reuniões para 2006 será elaborado na reunião do mês de dezembro de 2005, ficou acertada entre os membros que na próxima reunião 01 de junho de 2005, será eleita a Mesa Diretora do CMELAF.

Quanto à participação dos membros dos conselhos registramos: presença do representante da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esporte e Lazer - Srta. Bethania M. Brotto; representante da Secretaria Municipal de Educação - Sr. Silvano Dombosco Candido; representantes da Secretaria de Saúde – Sr. Fernando Fergh Neto e Sr. Robert Wagner; dois representantes de associações de amigos de bairro Sr. Vinícius Mocsanyi e Sr. Valmir Baptista; dois representantes de associações esportivas Sr^a. Luci Mara da Silva Moreno e Sr. Reginaldo Gonçalves de Aguiar, registramos a ausência dos representantes da Secretaria

Municipal de Assistência Social; Secretaria Municipal de Cultura e Turismo; Coordenadoria de Imprensa e Comunicação Social; representante de entidade social destinada a prática de atividade física, esportivas e de lazer. Registramos também a presença da representante dos professores de Educação Física – Sr^a. Jussarina Albertoni.

Informou-se ainda na reunião que o Sr. Nessim Mosseri encaminhou uma justificativa da sua ausência, e que o Secretário Municipal de Comunicação e Imprensa encaminhou um ofício ao CMELAF para a alteração dos membros indicados pelo poder público da sua pasta. Encerrou-se assim a reunião.

Onde todos os assuntos foram colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos presentes. Em seguida lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Secretário dos trabalhos e todos os demais participantes.

LISTA DE PRESENTES NA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DE 20 DE ABRIL DE 2005.

Bethânia M. Brotto
Robert Wagner
Fernando F. Neto
Silvano Dombosco Cândido
Vinícius Mocsanyi
Reginaldo Gonçalves de Aguiar
Luci Mara da Silva Moreno
Jussarina Aparecida M. Albertoni
Valmir Baptista Damas

ANEXO C – Ata de Reunião do CMELAF, de 01 de junho de 2005**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA**

Aos um de junho de dois mil e cinco, reunidos em Assembléia Gerais Ordinárias, as 09:00 horas na sede do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, onde se reuniu a Diretoria.

Iniciou-se a reunião com a Profª Bethania, referente à votação do Presidente, Vice-Presidente, I Secretário e II Secretário do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física.

- *Secretário e Secretário II do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física;*
- *Foi feita a leitura da última ata de reunião, assim a mesma sendo assinada pelos membros que estavam presentes;*
- *Foi aprovado por unanimidade que todas as reuniões, serão realizadas na parte da manhã, no horário das 09:00 às 11:00h;*
- *Houve a comunicação de alteração, dos representantes pelo Poder Público, da Secretaria de Comunicação Social, o titular Milton Jesus pela Michelli Sergio e sua suplente Maira Hirose pela Vitória Rapanelli. E da Secretaria Municipal de Atividade Física, Esportes e Lazer a titular Bethania Myriam Brotto pela suplente das Professoras de Educação Física Profª Jussarina A. M. Albertoni e vice-versa;*
- *Foi feita a leitura do que se cabe ao Presidente, vice- presidente, I Secretário e II Secretário;*
- *Por chapa única foi eleito Presidente Vinicius Mocsanyi, vice- presidente Jussarina A. M. Albertoni, I Secretário Valmir B. Damas e II Secretário Luci Mara Silva;*
- *Foi feita a leitura do art. 18;*
- *Houve-se então a substituição da mesa, passada para o Presidente Vinicius Mocsanyi, que iniciou sua fala com a mudança do dia da próxima reunião, para o dia 10 de agosto de 2005, justificando a mudança por causa do período dos Jogos Regionais no período de 18 de junho à de 02 de agosto;*
- *A vice- presidente Jussarina A. M. Albertoni sugeriu como um dos assuntos principais para a próxima reunião o Plano Diretor;*
- *Ficou acordado que o conselho irá mandar a cópia do Plano Diretor para sugestões dos membros e alterações;*

- *A Entidade Social o Titular Ferdinand Câmara da Costa, chegou às 10:00 h na reunião e não teve sua participação na votação, justificando que teve um problema no cartório, assim sendo, seu suplente Ruy Sergio Filho votou pelo mesmo;*
- *Ferdinand diz ter bastante experiência com conselho, pois este já é o quarto que o mesmo participa.*
- *Pauta para a próxima reunião:*
- *Leitura dos itens que competem ao conselho;*
- *Proposta de elaboração para estes itens serem contemplados;*
- *Formação de comissões e grupos de trabalhos;*

Foi passada a lista de presença da reunião, para que os membros colocassem seus e-mail e telefones.

Onde todos os assuntos foram colocados em votação e aprovados por unanimidade por todos presentes. Em seguida lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Secretário dos trabalhos e todos os demais participantes.

LISTA DE PRESENTES NA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DE 01 DE JUNHO DE 2005.

Bethânia M. Brotto
Luciano Frederico Pontes
Robert Wagner
Ferdinand Câmara Costa
Vinícius Mocsanyi
Reginaldo Gonçalves de Aguiar
Luci Mara da Silva Moreno
Jussarina Aparecida M. Albertoni
Valmir Baptista Damas
Gilmar Queiroz Santos
Ruy Sergio Filho
Vitória Rapanelli
Michelli Sergio
Luciana da Silva Ribeiro

ANEXO D – Ata de Reunião do CMELAF, de 13 de setembro de 2005**ANEXO D - ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA**

Aos treze de setembro de 2005 reunidos em Assembléia Gerais Ordinárias, as 09:00 horas na sede do Conselho Municipal de Esporte, Lazer e Atividade Física, de Santana de Parnaíba, estado de São Paulo, onde se reuniu a Diretoria.

O Presidente do CMELAF. Vinícius Mocsanyi não compareceu na reunião e ficou responsável a vice – presidente Jussarina A. M. Albertoni pela reunião. A reunião iniciou-se com a leitura da ata anterior pelo I Secretário – Sr. Valmir B. Damas, onde algumas dúvidas que ficaram da reunião anterior puderam ser esclarecidas, como o fundo de apoio ao esporte que o Sr. Ferdinand Câmara, falou também que é necessário registrarem em cartório todas as atas para terem validade e publicar o regimento interno nos jornais oficiais da cidade.

Os integrantes das entidades que fazem parte do conselho se não justificarem suas faltas nas reuniões ordinárias ou extraordinárias, deverão ser substituídos por outros.

Após verificarmos a quantidade dos representantes das entidades constatamos que tínhamos 50% mais 1 dos representantes legais, e podemos voltar para as formações das comissões de trabalho, quanto à denominação das mesmas e seus respectivos integrantes ficando para a próxima reunião decidimos os responsáveis. Antes porém ficou decidida a alteração das próximas reuniões ordinárias serão:

No dia 04 de outubro de 2005- as 09:00 as Centro – SMAFEL e no dia 06 de novembro de 2005 – as 09:00 as Centro – SMAFEL. Todos os representantes legais concordaram com as mudanças. Primeiramente alterar o regimento interno e aprovação final.

O SR. Robert Wagner leu na íntegra o regimento interno e durante a leitura foram feitas algumas alterações e foram aprovados por todos os responsáveis legais, e será redigidos novamente para ser entregue ao Sr. Prefeito para homologação do mesmo.

Iniciou-se a aprovação das Comissões de Trabalho que foram denominadas das seguintes foram: Comissão Fiscal, Comissão de Saúde, Comissão de Comunicação, Comissão Técnica. Formadas as Comissões de Trabalho com alguns integrantes:

Comissão Fiscal: Ferdinand, Michele e Reginaldo;

Comissão da Saúde: Robert, Jussarina, Victoria Rapanelli, Valmir;

Comissão de Comunicação: Ferdinand, Michele, Victoria, Roberto Wagner;

Comissão Técnica: Ferdinand, Mara, Jussarina, Valmir.

O final da reunião ficou decidido que é imprescindível à presença do Presidente e integrantes do Conselho como titular ou suplente. A vice- presidente Jussarina terminou a reunião agradecendo a presença de todos e pediu empenho para que todos comparecessem para a próxima reunião.

Onde todos os assuntos foram colocado em votação e aprovado por unanimidade por todos presentes. Em seguida lavrei a presente ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Sr. Presidente, e por mim, Secretário dos trabalhos e todos os demais participantes.

LISTA DE PRESENTES NA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER E ATIVIDADE FÍSICA DE 13 DE SETEMBRO DE 2005.

Robert Wagner
Reginaldo Gonçalves de Aguiar
Luci Mara da Silva Moreno
Jussarina Aparecida M. Albertoni
Valmir Baptista Damas
Victoria Rapanelli
Ferdinand Câmara da Costa
Michelli Sergio